

Universidade Federal de Minas Gerais

Departamento de Geografia

Marcina Amália Nunes Moreira

**TURISMO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM EM FAZENDAS,
CAMINHOS E AGLOMERADOS RURAIS: ROTEIROS DE ALTO RIO
DOCE-MG.**

Minas Gerais – Brasil

Março/2010

Marcina Amália Nunes Moreira

**TURISMO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM EM FAZENDAS,
CAMINHOS E AGLOMERADOS RURAIS: ROTEIROS DE ALTO RIO
DOCE-MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Allaoua Saadi

Belo Horizonte

Departamento de Geografia da UFMG

2010

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é dedicada ao Sr. José Nicolau, um “*homem de quatorze ofícios e quinze necessidades*” que se fez presente na trajetória desta pesquisa nas muitas tardes de depoimentos na Praça do Rosário e no alpendre de sua casa, quase sempre regadas a um jogo de damas.

Dedico também à amizade do Vandinho, mateiro, presente em sua ausência e sempre bem disposto a guiar-me pelos desconhecidos do “*Ridoce*”. Tanto o alpendre quanto o “mato” permitiram as conexões entre os espaços interiores e exteriores da vida, imprescindíveis para estabelecer os roteiros de que trato na pesquisa.

Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa concedida, proporcionando também a publicação de trabalhos e a participação em dois congressos internacionais e em quatro nacionais. Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Allaoua Saadi pela confiança, paciência e incentivo, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Curso de Turismo da UFMG, em especial às valiosas conversas com os professores Bernardo Gontijo, Fabiana Bernardes, Márcia Lousada e Mariana Lacerda. Aos discentes Júnia Borges e William Zanetti pela assistência na elaboração dos mapas temáticos.

Ao Fernando pelo carinho, paciência e presença em toda a trajetória da pesquisa. À minha mãe, Maria Cecília, pelos ensinamentos e amor incondicional e aos meus irmãos, Ana Beatriz, Wanderley e em especial à dedicada Ana Flávia pelo suporte emocional. Às amigas Igara e Leila pelos momentos bons e ruins compartilhados com muita união.

Por fim, agradeço aos representantes e à população do município pesquisado, em especial aos moradores da zona rural com os quais mais aprendi, sem dúvida alguma. Não poderia esquecer neste momento, o apoio dos amigos Robson Abrantes, Roberto Couto, Sr. Nonô, tia Nia, tia Bá, e os irmãos Túlio e Lúcio pelas mais diversas colaborações.

“E depois, olha! Vês, lá longe, o campo de trigo? Eu não como pão. O trigo para mim é inútil. Os campos de trigo não me lembram coisa alguma. E isso é triste! Mas tu tens cabelo cor de ouro. E então serás maravilhoso quando me tiverdes cativado. O trigo que é dourado fará lembrar-me de ti. E eu amarei o barulho do vento do trigo...”

"Eis o meu segredo: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos. Os homens esqueceram essa verdade, mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas."

(Antoine de Saint-Exupéry)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL.....	17
2.1	Breve histórico até os anos 90.	17
2.2	O PNT 2003/2007	18
2.3	O PNT 2007/2010.....	20
2.4	Minas Gerais e os Circuitos Turísticos	24
3	PAISAGEM-LINGUAGEM E INTERPRETAÇÃO TURÍSTICA	29
3.1	Paisagem: uma abordagem geográfica	29
3.2	Paisagem: uma forma de linguagem.....	31
3.3	A interpretação de recursos turísticos.....	35
4	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E METODOLÓGICOS	40
5	ANÁLISE SITUACIONAL DO TERRITÓRIO.....	45
5.1	Formação Histórica.....	45
5.2	As tropas e os antigos itinerários	46
5.3	Meio físico e uso do solo	50
5.4	Aspectos sócio-demográficos	56
5.5	Perfil econômico e setores produtivos	58
5.6	Infra-estrutura básica e de apoio ao turismo.....	60
6	ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS.....	62
6.1	Distrito Sede	62
6.2	Abreus.....	64
6.3	Missionários e Vitorinos.....	67
6.4	Arco Verde e Valverde	70
6.5	Brejaúba.....	72
6.6	Propriedades rurais	74

7	ELABORAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS ESPECÍFICOS	82
7.1	O caminho rural Córrego das Laranjeiras	82
7.2	O caminho rural para Brejaúba	87
8	LEVANTAMENTO DE ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DOS ROTEIROS.....	91
8.1	Envolvimento e competências dos atores	91
8.2	Avaliação e hierarquização dos equipamentos e atrativos.....	94
8.3	Análise do mercado, segmentação e pesquisa da demanda	96
8.4	Qualificação dos serviços turísticos.....	101
8.5	Precificação, Promoção e Comercialização	102
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	107
	BIBLIOGRAFIA	110
	ANEXOS	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce	26
Figura 2. Fluxograma do Processo de Roteirização Turística	40
Figura 3: Fluxograma da metodologia.	44
Figura 4: Igreja Matriz de São José	63
Figura 5 : Capela Nossa Senhora do Rosário	63
Figura 6:Praça do Rosário	64
Figura 7:Grupo Escolar Raul Soares	64
Figura 8:Centro Comercial Caxangá	64
Figura 9:Bloco da Burrinha	64
Figura 10: Panorama do distrito de Abreus	65
Figura 11: Vista da Serra de São Bento.....	65
Figura 12: Construção de alambique, Coivaras.....	65
Figura 13: Festa da Cachaça: marcas expostas em barracas	65
Figura 14: Apresentação do grupo de Congados Mirins de Abreus.....	66
Figura 15: Condições da estrada de Alto Rio Doce a Abreus	66
Figura 16: Paróquia de São Domingos, Missionários.	68
Figura 17: Paróquia de Santo Antônio, Vitorinos.	68
Figura 18: Campinho da Boa Vista	68
Figura 19: Vista do alto das Três Barras	68
Figura 20: Fazenda do Fumo, Cajanga.....	69
Figura 21: Fazenda da Chácara, Cajanga	69
Figura 22: Queijo “cavalinho” na venda de Arco Verde.....	71
Figura 23: Vista do Valverde.....	71

Figura 24: Tapetes em retalhos e bordados em sacos de linhagem.....	71
Figura 25: Aproveitamento do jeans em colcha de retalhos.....	71
Figura 26: Pintura de tecidos.....	71
Figura 27: Olaria tradicional.....	71
Figura 28: Gaiola artesanal.....	73
Figura 29: Crianças da comunidade.....	73
Figura 30: Pintura em cabaças.....	73
Figura 31: Artesanato em palha.....	73
Figura 32: Artesanato em taquara.....	73
Figura 33: Manutenção da estrada, Brejaúba.....	73
Figura 34: Artesãos de tijolos.....	78
Figura 35 Placa de proibição à caça.....	78
Figura 36: Ruínas de uma roda d'água.....	78
Figura 37: Cores da terra arada.....	78
Figura 38: Descida do rio Xopotó.....	78
Figura 39: Horta em pequena propriedade.....	78

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área de estudo.....	16
Mapa 2: Relevo.....	54
Mapa 3: Cobertura Vegetal e Uso do Solo.....	55
Mapa 4: Modelo de Pequena Propriedade.....	79
Mapa 5: Modelo de Média Propriedade.....	80
Mapa 6: Equipamentos e atrativos turísticos.....	81
Mapa 7: Perfil Topográfico do Caminho Rural Córrego das Laranjeiras.....	86

Mapa 8: Perfil Topográfico do Caminho Brejaúba	90
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos de campo realizados	41
Quadro 2: Itinerários usuais para a capital do Estado, 1925.	47
Quadro 3 Itinerários usuais para a capital da República, 1925.	48
Quadro 4: Distâncias aos principais centros.....	51
Quadro 5 - Histórico de formação político- administrativa de Alto Rio Doce-MG.....	57
Quadro 6: Média de moradores por domicílio	75
Quadro 7: Possíveis impactos na implantação dos roteiros turísticos.....	100

LISTA DE SIGLAS

ACTNRD- Associação do Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce

APA – Área de Proteção Ambiental

CBCC- Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio

CNTUR – Conselho Nacional de Turismo

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EFCB- Estrada de Ferro Central do Brasil

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

MTUR- Ministério do Turismo

ONG- Organização não-governamental

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT- Plano Nacional de Turismo

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF- Programa de Saúde da Família

SEBRAE- Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETUR/MG- Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais

SIAT- Sistema Integrado de Administração Tributária

SIG- Sistema de Informações Geográficas

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor o aproveitamento do espaço rural no município de Alto Rio Doce para a elaboração de roteiros turísticos. A importância do tema justifica-se pelo fato de que nunca se enfatizou tanto em políticas públicas de turismo no país o fomento a esta atividade em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. O Plano Nacional de Turismo vigente garante, neste aspecto, a possibilidade de participação de alguns municípios carentes em infra-estrutura básica, porém vantajosos em termos de recursos naturais e culturais. Para isso, utilizou-se de metodologia específica elaborada pelo Ministério do Turismo adotando-se a paisagem como categoria de análise geográfica do espaço e como uma forma de linguagem. A interpretação da paisagem em distritos e aglomerados, fazendas e caminhos rurais e a hierarquização dos mesmos enquanto atrativos e equipamentos turísticos possibilitaram a proposição dos roteiros. Por último, foram avaliadas algumas estratégias e ações que devem ser precedidas à implantação dos roteiros turísticos no município.

Palavras-chave: Turismo, ruralidade, paisagem, roteiros.

ABSTRACT

This paper aims to propose the use of rural land in the Alto Rio Doce city, to develop touristic routes. The importance of the topic is justified by the fact that it's never emphasized in Brazil's tourism public policies the promoting of this activity in cities with low human development index. The current National Tourism Plan guarantees in this aspect, the possibility of participation of some cities lacking basic infrastructure, however advantageous in terms of natural and cultural resources. For this, was used a specific methodology developed by the Ministry of Tourism taking the landscape as a category of geographical space analysis as a language form. The interpretation of the landscape by districts and clusters, farms and rural roads and prioritizing them as attractions and tourist facilities allowed the proposition of routes. Finally, some strategies and actions that must be evaluated must be preceded by the deployment of the tourist routes in the city.

Key-words: Tourism, rurality, landscape, routes.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre as possibilidades de elaboração de roteiros turísticos a partir da interpretação da paisagem e tendo em vista os pressupostos de regionalização do turismo no Brasil prevista nos planos governamentais para esta atividade. Os principais objetivos da roteirização turística versam sobre o incremento do fluxo de turistas visando um aumento da permanência média dos mesmos no destino.

A escolha do recorte espacial levou em consideração o fato do município de Alto Rio Doce (mapa 1), em Minas Gerais, integrar o Circuito Turístico Nascente do Rio Doce desde sua criação, em 1999, pela ONG Estrada de Terra. Desde então, vários seminários e encontros com representantes de municípios agregados ao circuito possibilitaram discutir sobre a política de regionalização do turismo do Estado.

Contudo, mesmo inserido na política dos circuitos mineiros além de compor o Programa Estrada Real, Alto Rio Doce não possui uma atividade turística consolidada, possuindo carência em trabalhos de inventários de oferta e demanda e de um plano municipal de turismo, o que justifica a presente pesquisa. Buscou-se evidenciar, através de pesquisa documental e pela tomada de depoimentos, toda a forma de ocupação deste município visando propor roteiros turísticos relacionados aos caminhos de tropeiros e ao modo de vida dos primeiros fazendeiros que se estabeleceram no município, ainda em período colonial. Assim, a pesquisa teve como principal objetivo nortear a elaboração de roteiros turísticos na unidade municipal coerentes com um estudo da paisagem tanto no passado como no presente, colaborando com a implementação de um produto turístico de qualidade.

Uma tentativa de resgatar a história local principalmente através da paisagem rural representada, pelo acesso, habitat e cultura é fundamental para a compreensão da identidade da população. Diante dessas premissas, pensou-se na possibilidade de uma viagem no tempo, partindo-se de leituras antigas daquele espaço, levantando-se os principais vestígios históricos de formação e ocupação e utilizando-se de memórias vivas.

Permitir a esta população o florescimento de suas interioridades face às exterioridades do mundo tem como pano de fundo o estudo do turismo enquanto dissipador

de câmbios e proveitos culturais. Ocasionalmente conflitante, por lidar-se com pessoas e a relação entre elas no território, buscou-se obter uma via de mão dupla num aguçamento de olhares sobre a própria identidade através da observação em trabalhos de campo.

Um estudo da paisagem rural do município identificou-se à construção de um referencial metodológico propício à pesquisa, enquanto categoria de análise geográfica. No decorrer do trabalho a paisagem foi analisada através da escolha de autores que a percebem de forma integradora dos aspectos naturais e sociais, ou seja, paisagens que retratam uma dinâmica antiga e também atual através das relações entre a sociedade e a natureza.

A interpretação das paisagens serviu-se como linguagem no decorrer das visitas de campo. Objetivou-se numa possibilidade de desenvolver um turismo interiorizado com vistas à disseminação de informações históricas a partir da interpretação de recursos culturais e naturais. Focalizou-se a interpretação sobre os usos de antigas trilhas e caminhos datados do período colonial reunidos à sede de algumas fazendas que originaram diversas localidades representativas às comunidades hoje. A paisagem histórica investigada a partir do antigo uso dos caminhos e habitat rural foi comparada à atualidade gerando um insumo de aproveitamento turístico no município, ou seja, gerando nova funcionalidade ao espaço rural aliada à tradicional.

Entende-se que a preservação dos valores e costumes de uma população a partir da disseminação do conhecimento e informação histórica é primordial enquanto construção de uma identidade coletiva uma vez que “[...] preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais” (HEWINSON, *apud* HARVEY, 2005:85).

Este resgate viabilizou o entendimento do habitat, predominantemente rural, tanto a partir de seus aspectos físicos quanto dos costumes e culturas instalados e, também, dos espaços de convivência interna e externa entre famílias e sua vizinhança. Aspectos relacionados ao labor rural e às formas de cultivo resgataram a estrutura dos casarões e sedes de fazendas, assim como a identificação do uso do solo em cada porção municipal, os tipos e formas relacionadas aos pomares, áreas de pastagem, galinheiros, hortas, terreiros. As estradas e caminhos rurais, equipamentos e atrativos relacionados aos aspectos do sistema turístico foram apresentados a partir de leituras cartográficas da paisagem nos distritos e aglomerados rurais, também feitas em campo.

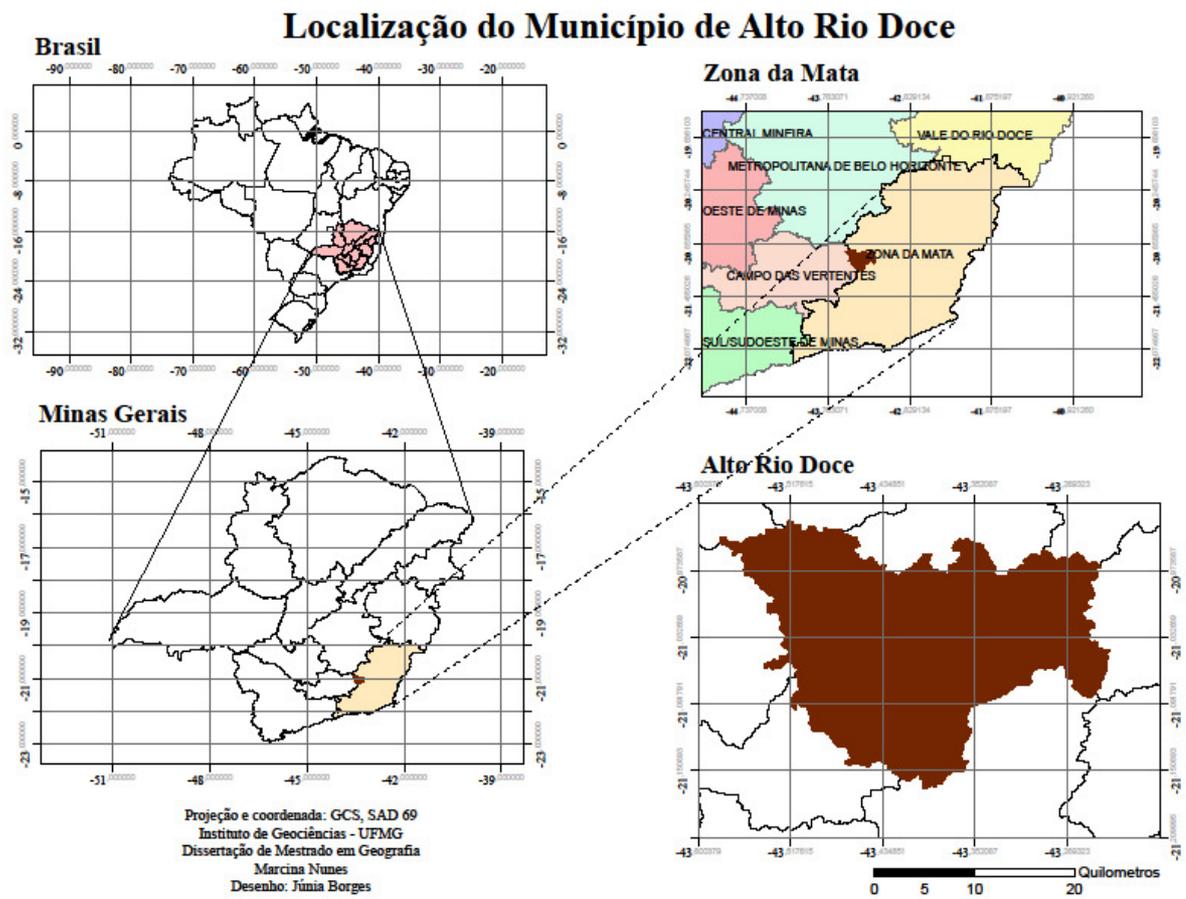
O capítulo II dá suporte teórico aos principais aspectos do planejamento turístico no Brasil partindo do entendimento básico desta atividade no território e das políticas públicas nesse segmento. Uma linha do tempo sobre as políticas de turismo em escala nacional é traçada desde o período militar até o PNT 2007-2010, mostrando focos diferentes em cada contexto.

O capítulo III é dedicado ao estudo da paisagem com vistas à interpretação e elaboração de roteiros turísticos em municípios. A paisagem foi tratada enquanto categoria de análise geográfica e como suporte à interpretação, enquanto uma forma de linguagem.

No quarto capítulo foi demonstrado o procedimento metodológico tratado na pesquisa, adaptando-se o modelo de roteirização turística do Ministério do Turismo à interpretação da paisagem. Na sequência, o capítulo V tratou da caracterização e análise situacional dos aspectos físicos e sócio-econômicos. Analisado juntamente ao capítulo VI que hierarquizou os principais equipamentos e atrativos turísticos, deram base para a construção da elaboração dos roteiros, desenvolvidos no capítulo VII.

No capítulo VIII foram levantadas as principais estratégias e ações para a implantação dos roteiros, tendo em vista a preservação dos atrativos e sua importância para a memória da comunidade. Por último, algumas considerações são deixadas a partir do desenvolvimento de toda a pesquisa com vistas ao aproveitamento turístico dos caminhos rurais que ligam as sedes de propriedades aos aglomerados no espaço rural.

Mapa 1: Localização da área de estudo



PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL

Este capítulo resgata o planejamento público do turismo no Brasil basicamente em dois períodos. O primeiro período abrange a criação da EMBRATUR, durante o regime militar e se esgota em fins da década de 90. Outro período remete à primeira década do século XXI, contexto de criação do Ministério do Turismo e sua participação junto aos Planos Nacionais específicos para a atividade. O objetivo, assim, é partir de um olhar sobre as políticas públicas de turismo, lançando bases para a elaboração de roteiros contextualizados e previstos nas mesmas, porém em escala municipal.

2.1 Breve histórico até os anos 90.

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e / ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e / ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território (CRUZ, 2000). Nesse sentido, infere-se que o planejamento governamental do turismo no Brasil nunca foi uma tradição pelo menos até a década de 90 do século passado, pelo fato de não haver vestígios de continuidade até os dias de hoje.

O planejamento da atividade turística no Brasil em termos de política pública inicia-se com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) no período do regime militar, especificamente no ano de 1966. Tornou-se relevante os investimentos em infra-estrutura hoteleira no Nordeste brasileiro apesar de não ter sido sistematizado um programa de sensibilização e capacitação nas comunidades de entorno dos grandes resorts. Neste período criou-se o Sistema Nacional de Turismo, constituído basicamente pelo CNTUR e pela própria EMBRATUR (atualmente, Instituto Brasileiro de Turismo) (PEREIRA, 2000).

A promulgação da Lei 8181/91¹ no governo Collor redefiniu os objetivos da Embratur que, desde então, formulava, coordenava e executava a PNT o que, por conseguinte, culminou na extinção do CNTUR. Os pressupostos de desenvolvimento

¹ Sancionada em 28 de março de 1991, a Lei “dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências”.

baseados na estabilização econômica e na redução dos desequilíbrios sociais do governo Fernando Henrique Cardoso instituíram outra PNT, no período de 1996-1999.

Um dos principais programas efetivados neste período foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, diferenciado por uma nova metodologia de planejamento com enfoque participativo. Foi relevante no quesito estímulo ao desenvolvimento turístico nacional partindo da descentralização de políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios.

Dados os aportes metodológicos revolucionários deste plano, ao mesmo tempo em que o PNMT deu entendimento social à atividade turística nos municípios o mesmo projetou a importância do envolvimento das lideranças nas diversas fases de seu planejamento. Em um momento em que pouco se discutia sobre o turismo no Brasil, o dito plano não conteve sua importância meramente econômica para os municípios. Entretanto Cruz (2000) esclareceu que o programa, além de frágil, expôs dúvidas em relação ao processo de participação da comunidade e as carências em função da exclusão de alguns métodos de avaliação das potencialidades de cada município, como é o caso do inventário de oferta turística.²

2.2 O PNT 2003/2007

O Ministério do Turismo foi uma antiga reivindicação do setor turístico, que necessitava de uma instituição federal que apoiasse e regularizasse toda a atividade turística junto às outras instâncias de poder - estaduais e municipais - objetivando um desenvolvimento integrado da atividade. Criado em 2003, na gestão Lula, o MTUR é atualmente composto por Secretaria de Política de Turismo, Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Conselho Nacional de Turismo. A EMBRATUR voltou, naquele contexto, a ter o papel de promover e divulgar o turismo brasileiro. Os pressupostos da gestão passam a transitar numa abordagem descentralizada e no estabelecimento de parcerias, fomentando a atividade turística do país.

² O Inventário da Oferta Turística pode ser entendido como o resultado do levantamento, da identificação e do registro dos atrativos, dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infra-estrutura de apoio ao segmento. Tem a finalidade de servir como instrumento solidificador das informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística (Mtur, 2009).

O Plano Nacional de Turismo criado pelo MTUR e denominado “Roteiros do Brasil” se constituiu como instrumento de planejamento que pretendeu explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo, além de orientar as ações para o desempenho do turismo no Brasil, sendo um elo importante entre os governos federal, estadual, municipal, entidades não governamentais, iniciativa privada e sociedade. Teve como objetivos gerais desenvolver o produto turístico brasileiro contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais além de estimular e facilitar seu consumo nos mercados nacional e internacional.

Em relação ao retrato do turismo brasileiro o MTUR favoreceu a elaboração de um diagnóstico desta atividade no Brasil, para melhor representar o território. Alguns pontos foram levantados e verificou-se a ausência de um processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao setor. Além disso, percebeu-se relativa deficiência de produtos turísticos ofertados e a falta de estratégias e articulação na sua promoção e comercialização.

A partir dos resultados do diagnóstico algumas metas foram traçadas pelo MTUR para os anos de 2003-2007³. Além de promover a geração de empregos e divisas no país, a ampliação da oferta turística brasileira com o desenvolvimento de produtos com qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal também foi prioridade.

Com o objetivo de facilitar a gestão de territórios tão diversificados foi necessária uma divisão do Plano Nacional do Turismo em macro programas. Estes, tidos como desdobramentos temáticos, facilitaram o levantamento dos problemas em diagnósticos. Dividiu-se o plano basicamente em sete macro programas.

O primeiro priorizou a gestão das relações institucionais no sentido de integração dos governos em âmbito federal, estadual e municipal, além de promover a integração do setor público ao privado. Outro macro programa referiu-se a ações de promoção ao fomento da atividade, gerando novos postos de trabalho, construção de infra-estruturas facilitando o acesso ao crédito, beneficiando a geração de divisas.

Através do fomento, a qualidade das infra-estruturas e equipamentos turísticos viabiliza o acesso do fluxo de turistas, equilibrando o desenvolvimento das regiões brasileiras. A estruturação e diversificação da oferta turística, assim, compuseram o quarto

³ Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007 publicado em 29 de abril de 2003.

macro programa, objetivando a diversificação do produto turístico e contemplando as diferenças regionais e a pluralidade cultural no Brasil. Nesse sentido, a melhoria da qualidade dos produtos resgataria um maior tempo de permanência do turista através de um leque diversificado de serviços ofertados.

Dessa forma, a qualidade do produto turístico representou o quinto macro programa e visou intensificar esforços voltados para o cumprimento das normas e regulamentos para os serviços facilitando a garantia da defesa do consumidor (turista). Foi objetivo também promover a capacitação dos agentes atuantes em toda cadeia produtiva do turismo, nos diversos níveis hierárquicos, tanto do setor público quanto do setor privado visando ocupar os novos postos de trabalho gerados.

Após a formatação do produto turístico, tratada pelos macro programas 4 e 5, a promoção e apoio à comercialização deste produto tornou-se meta do sexto macro programa. Esta meta envolveu a captação de uma quantidade maior de eventos para o Brasil, promovendo a diversidade cultural e regional visando um aumento no fluxo de turistas estrangeiros no país. O sétimo macro programa teve como objetivo dar suporte à decisão de investidores e conhecer a oferta turística do mercado nacional através da informação turística.

A preocupação por incorporar novas abordagens que ampliassem as dimensões do turismo aos problemas de ordenação do território justificou a necessidade de analisar e classificar uma série de fatores que contribuíram à explicação dos processos para o planejamento do território turístico. Tornou-se relevante uma visão aplicada aos componentes que influenciavam as formas de aproveitamento turístico, no marco de uma racionalização e de uma gestão eficiente dos recursos, tanto em territórios mais abrangentes como uma nação, quanto em territórios representados por municípios, por exemplo.

2.3 O PNT 2007/2010

O Plano Nacional de Turismo vigente desperta uma série de diferenciais em relação a toda a política de turismo já praticada no Brasil desde o regime militar. Denominado “Uma viagem de inclusão”, o plano traz um olhar especial ao turismo nacional ou

“interno” de forma que todos os brasileiros possam se beneficiar desse mercado, ainda que a promoção do Brasil no exterior permaneça prioritária no mesmo.

A inter-relação desta atividade com diversos segmentos econômicos justifica e demanda por um conjunto de ações setoriais para o seu desenvolvimento. As três esferas de gestão pública além das parcerias com a iniciativa privada e a participação do terceiro setor são iniciativas propostas pelo PAC e tornam-se um meio para que os recursos turísticos de determinadas regiões do país se transformem efetivamente em produtos turísticos.

O papel que o turismo tem na educação e formação cultural de uma sociedade é relevante no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável desta atividade, tendo em vista a valorização e proteção do patrimônio natural e cultural de cada região, além do respeito à sua própria diversidade. Dessa maneira, as metas e os macro programas do PNT 2007/2010 compõem, de forma geral, o Programa de Aceleração do Crescimento por estarem alinhadas ação setorial e proposta geral de ação do governo.

Este modelo de desenvolvimento, muito antes de contemplar um fomento econômico nacional além do reconhecimento internacional como as metas do plano anterior visa a harmonia entre a valorização do negócio e o bem-estar social. Tem como visão “[...] contemplar as diversidades regionais configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial” (PNT, 2007/2010: 16).

Assim, desenvolver um produto turístico que contemple as diversidades do país, promover um turismo interno e inclusivo por meio da geração de trabalho e renda é objetivo geral do plano. Dentre suas especificidades são relevantes a estruturação e adequação da infra-estrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, promoção e diversificação da oferta, consolidação de um sistema de informações turísticas e viabilização de uma logística de transportes em cada destinação.

Contudo, não basta a existência de recursos naturais e culturais em determinadas regiões, territórios ou lugares. Torna-se necessária a incorporação de ações que agreguem valor à atratividade desses recursos de modo a torná-los turísticos. Em âmbito nacional, essas ações estão tematicamente subdividas em macro programas, igualmente ao plano anterior, de forma a se cumprir as metas estabelecidas.

O planejamento e a gestão do turismo em escala nacional é tratado no macro programa um. Sua principal característica é implementar e monitorar a Política Nacional

de Turismo de forma descentralizada e participativa, alinhando-se ao planos macrorregionais, estaduais, regionais e municipais.

O macro programa dois está relacionado à informação e aos estudos turísticos e subdivide-se em Programa Sistema de Informações do Turismo e Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro. Ao mesmo tempo em que o primeiro inclui ações relativas à realização e disseminação de pesquisas sobre o turismo, o segundo propõe a avaliação da oferta turística nos seus diversos elos da cadeia integrada.

A logística de transportes é contemplada no terceiro macro programa e objetiva expandir a conexão aérea, terrestre, marítima e fluvial tanto em termos nacionais quanto internacionais além de qualificar a rede e a infra-estrutura de transporte de passageiros de forma a atender cada região turística do país.

A Regionalização do Turismo representa a quarta estratégia do PNT vigente e encontra-se subdividida em Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização, Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos, Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo e Programa de Apoio ao desenvolvimento Regional do Turismo. Seus objetivos norteiam à desconcentração da atividade, a estruturação de regiões e a diversificação dos produtos possibilitando a inserção de novos destinos e roteiros turísticos. Através da organização dos arranjos produtivos em comunidades locais, o macro programa potencializa os benefícios da atividade para essas comunidades, buscando um aumento no tempo de permanência do turista nos destinos e roteiros turísticos.

O fomento à iniciativa privada é a proposta do macro programa cinco. Dentre seus objetivos, destacam-se a ampliação da oferta de serviços e equipamentos turísticos de qualidade através de oportunidades de investimentos e captação de investidores para projetos localizados. A melhoria da infra-estrutura turística e da infra-estrutura pública, também conhecida como “básica”, são contempladas pelo macro programa seis. Além da melhoria na qualidade de vida da população receptora em destinos turísticos, esta estratégia potencializa os benefícios decorrentes do desenvolvimento turístico facilitando o acesso aos turistas.

O macro programa sete é denominado “Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos” e está subdividido em três programas: Programa de Normatização do Turismo, Programa de Certificação do Turismo e Programa de Qualificação Profissional. A normatização da atividade propõe o ordenamento dos instrumentos jurídicos relacionados à atividade turística objetivando o cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores

de serviços turísticos. A certificação tem a função de promover o desenvolvimento das empresas, também com foco à iniciativa privada por sinal, apoiando ações de assistência técnica. Por outro lado, a qualificação profissional deve estimular a educação continuada e a formação profissional dos funcionários, aumentando sua permanência nos empreendimentos.

Por fim, a última estratégia do PNT 2007/2010 diz respeito à “Promoção e Apoio à Comercialização”, tanto nacional quanto internacional, das destinações e dos produtos turísticos e associados.

Em termos de mercado interno, o macro programa busca “[...] promover o aumento de viagens com a inserção de novos grupos consumidores até então excluídos desse tipo de consumo, seja por meio de propostas de programas sociais e de oferta de produtos a custos acessíveis, seja derrubando o mito de que o turismo é uma categoria de consumo exclusiva das elites nacionais e estrangeiras” (PNT 2007/2010: 77). Para isso, ações em eventos como o Salão do Turismo - Roteiros do Brasil apresentam resultados do processo de regionalização e roteirização turística do país.

Por outro lado, a elaboração de um calendário internacional de feiras e eventos de turismo e de negócios bem como a captação de eventos internacionais fortalece a Marca Brasil internacionalmente. Este conjunto de ações leva à divulgação do produto turístico brasileiro como forma de ampliar sua comercialização.

Tomando-se como base os macro programas desenvolvidos nas duas últimas PNT's no Brasil pode-se notar avanços e retrocessos eminentemente presentes em cada uma delas, inclusive se comparadas às políticas vigentes até a década de 90.

Uma principal característica norteadora das Políticas Nacionais de Turismo no período que compreende a década de 60 até o final da década de 90 no Brasil abrange certa visão economicista dessa atividade. Tal característica é notável em grande parte da leitura do turismo, dominando a literatura produzida por especialistas e também por órgãos públicos. Ou seja, o turismo enquanto atividade puramente geradora de divisas contribuiu também e principalmente nesse período ao empobrecimento de seu discurso epistemológico e acadêmico.

A década de 90, assim, representou profunda atenção pública federal ao planejamento do turismo no Brasil, através de uma seqüência de políticas públicas específicas para o setor. Foram executados planos e programas direcionados ao ordenamento do território brasileiro para um uso turístico internacional e em massa.

Por outro lado, já nos primeiros anos do século XXI, identificam-se novas atribuições e adequações das PNT's no contexto territorial brasileiro. Embora o plano vigente esboce claramente um prolongamento de metas advindas do PNT 2003/2007, as adequações demonstram relevância e certa conformidade à realidade sócio-econômica do país.

Enquanto o PNT 2003-2007 converteu esforços ao desenvolvimento e facilitação comercial do produto brasileiro com o fim estabelecido em ações e resultados, o plano atual buscou adequar seus macro programas aos já existentes, porém inovando em parte as suas finalidades. “Uma Viagem de Inclusão” avança na perspectiva de expansão e fortalecimento do turismo interno com especial ênfase à sua função social, procurando dar ao próprio brasileiro os benefícios desta atividade.

Mesmo que o mercado internacional ocupe posição de destaque no PNT hoje, nunca se enfatizou tanto o mercado nacional e a interiorização turística no Brasil. E isso se dá, numa visão mais específica, a partir da diversificação da oferta e dos incentivos ao aumento do tempo de permanência do turista através, principalmente, dos roteiros a preços mais acessíveis e dos incentivos à produção associada relacionada, especialmente ao artesanato.

Dentre os esforços na construção das políticas públicas de turismo no Brasil talvez uma abordagem mais localizada e demandada pelas próprias comunidades se torne fator primordial na conquista da inclusão a partir do turismo. A descentralização deve partir do local, muito embora o local possua muitas carências e força política pormenorizada. Ainda que a política de turismo em curso tenha buscado inovar em alguns aspectos, em outros, deve-se dar especial atenção.

2.4 Minas Gerais e os Circuitos Turísticos

É neste contexto de discussões sobre as formas como o turismo vem sendo planejado, que se pretende dar continuidade aos aspectos da regionalização, ou seja, das ações relativas ao fomento do mercado turístico interno no Brasil. Para tanto, torna-se necessário entender as ramificações do plano intitulado “Uma Viagem de Inclusão” em detrimento à política estadual mineira. Por fim, entender a abordagem municipal destas políticas a partir da elaboração de roteiros, objeto desta pesquisa.

A Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais foi criada através da Lei 13.341 e tem por objetivo, conforme o artigo 19, “[...] planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado”.

O principal programa desenvolvido pela Setur é denominado “Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos” e tem a missão de fomentar o turismo e contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. As principais ações deste projeto têm sido articular a imagem de Minas Gerais em outros estados do país, estruturar o projeto Estrada Real, desenvolver e promover destinos turísticos estratégicos, criar um banco de dados informativos sobre cada destinação e promover a sinalização turística.⁴

Baseando-se na regionalização e descentralização, a política pública de turismo do Estado vem estimulando comunidades dispersas no espaço geográfico mineiro ao envolvimento na formação de Circuitos Turísticos. A denominação Circuito Turístico refere-se a “um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional”.⁵

Para Souza (2006: 332), a “[...] descentralização no interior de grandes unidades político-territoriais (...) atualizariam a possibilidade de exercício da democracia direta, viabilizando-a nas condições do mundo atual”. Em relação ao turismo, Molina (2003) enfatiza que “a descentralização das decisões contribui para um verdadeiro desenvolvimento do turismo, para a criação de estruturas de comunicação complexas, que impliquem as responsabilidades e os direitos de todos aqueles que se julgam ou são afetados pelo desenvolvimento turístico”.

Mesmo que os circuitos em Minas Gerais representem uma forma de descentralização política através da participação, dificilmente houve possibilidades de progressos em termos práticos tendo em vista as formas como as políticas públicas são adotadas tanto em territórios nacional e estadual, quanto municipal.

O processo de participação popular em políticas públicas de turismo considera “a participação do povo como um ator cuja presença é tolerada sob certas circunstâncias”

⁴ Dados obtidos no site: <http://www.turismo.mg.gov.br/programas/projeto-estruturador>, acessado em Junho, 2009.

⁵ Definição contida no Decreto Lei 43.321, assinado pelo Governador Aécio Neves em 08 de junho de 2003 que institucionalizou os Circuitos Turísticos.

(Souza, 2006: 333). Dá-se ênfase, aqui, à forma de elaboração de tais políticas que, por si só, não compreendem as carências de cada área antes mesmo de serem formuladas. Tal conclusão remete-se, por exemplo, ao apoio à pesquisa e estudos baseados em inventários turísticos que deveriam preceder a elaboração dos planos e, no entanto, isto não acontece.

Contudo, os circuitos são tidos como roteiros formulados em conformidade às características regionais predominantes. Minas Gerais possui um total de 52 circuitos turísticos distribuídos nas regiões turísticas: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-oeste de Minas e Central.

O circuito Nascentes do Rio Doce (figura 1) compõe junto a outros nove circuitos a região turística da Zona da Mata. É formado, atualmente, pelos municípios de Alto Rio Doce, Brás Pires, Carandaí, Cipotânea, Dolores do Turvo, Presidente Bernardes, Ressaquinha, Senador Firmino e Senhora dos Remédios. Criado pela ONG Estrada de Terra em 1999, o mesmo vem apresentando ações pontuais e pouco estruturadas até o momento, apesar de ter sido certificado pela Setur em junho de 2009.



Figura 1: Mapa do Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce⁶

Fonte: Secretaria de Estado de Turismo/MG

Os circuitos possuem autonomia de gestão através da composição das associações, entidades que coordenam as ações dos circuitos. Aos componentes das associações cabe o cumprimento do Estatuto do Circuito e Regimento Interno além da direção e coordenação

⁶ Os municípios de Carandaí e Dolores do Turvo foram aderidos ao circuito posteriormente à elaboração do mapa pela SETUR/MG, motivo pelo qual não estão representados.

do plano de ações e orçamento anual do circuito. Nesse processo, cabe à Secretaria de Estado acompanhar e orientar a gestão de cada circuito turístico, focalizando suas ações em infra-estrutura necessária ao incremento turístico de cada região.

Desde as reuniões que antecederam a formalização do circuito buscou-se, através do associativismo, atentar-se para diversos aspectos da cultura de cada município que o compõe a fim de transformá-los em oportunidades. Entretanto, alguns entraves políticos como o próprio relacionamento entre gestores de circuitos, gestores municipais e entre os mesmos e as governanças estaduais impossibilitaram e impossibilitam diversas ações coletivas em prol do turismo nos municípios.

Ressalta-se que esta nova delimitação do Estado de Minas Gerais é uma reorganização estratégica para fins da gestão do turismo, somente. Portanto, não houve preocupação em seguir os critérios adotados pelo IBGE, em termos da divisão dos estados em meso e microrregiões. Questiona-se, por este viés, a própria concepção conceitual dos circuitos em termos do vínculo por afinidades entre os municípios. No caso do “Nascentes do Rio Doce”, os municípios Carandaí, Ressaquinha e Senhora dos Remédios pertencem à mesorregião Campo das Vertentes. Os demais compõem a mesorregião da Zona da Mata, conforme classificação do IBGE.

Até que ponto a reorganização do espaço geográfico de Minas Gerais possibilitou realmente a construção de uma política pública de turismo? Ressalta-se que, por um lado, não houve exclusão dos municípios menores, carentes em infra-estrutura básica e turística, como é o caso da maior parte dos municípios formadores do “Nascentes do Rio Doce”.

De certa forma, tal política focaliza a oferta de atrativos muitos deles únicos em cada território municipal. Os roteiros podem ser explorados em cada unidade turística⁷ de forma ordenada e organizada pelo Circuito, viabilizando um planejamento adequado do turismo em cada município componente. A formação de circuitos garante, neste aspecto, a possibilidade de participação de alguns municípios carentes em infra-estrutura básica, porém vantajosos em termos de recursos naturais e culturais.

Por outro lado, percebe-se que tanto o projeto Estrada Real quanto a institucionalização dos circuitos turísticos em Minas Gerais não precederam de um planejamento adequado, em escala municipal pelo menos. A Estrada Real foi divulgada internacionalmente enquanto principal destinação turística mineira sem contar com o

⁷ As unidades turísticas são os municípios menores, que possuem atrativos naturais e culturais, que podem ser explorados mas não oferecem a infra-estrutura necessária para abrigar e atender os visitantes (Setur, 2002).

inventário de oferta turística de cada município integrante ao projeto o que foi, em parte, providenciado posteriormente ao lançamento do roteiro. Ou seja, o produto não foi estruturado antes de ganhar a mídia e o turista precisava de informações detalhadas a respeito de pousadas, restaurantes, acessibilidade, etc.

Os circuitos turísticos enfrentaram e enfrentam problemas semelhantes. Em termos de política nacional e estadual, uma das ações estabelecidas é a sinalização turística. Entretanto, o quê sinalizar no Circuito Nascente do Rio Doce, por exemplo? Atrativos devem ser criados e estruturados, assim como a construção de roteiros possíveis através do mapeamento de caminhos rurais, passando por fazendas que exprimem um pouco da história da formação do município, dados alguns aspectos que esboçam um modo de vida rural. Enfim, foram estes os argumentos que aguçaram um estudo de caso em Alto Rio Doce, vinculado formalmente a um circuito turístico e ao projeto Estrada Real no estado de Minas Gerais.

3 PAISAGEM-LINGUAGEM E INTERPRETAÇÃO TURÍSTICA

Sugere-se neste capítulo um resgate do tema paisagem enquanto categoria de análise geográfica e como uma forma de linguagem que possibilita interpretá-la. Inicialmente, o tema é abordado numa perspectiva da Geografia Cultural. Em um segundo momento, a partir da ciência dos signos, o estudo da paisagem ganha um caráter lingüístico e ontológico. Por fim, argumenta-se sua relevância na interpretação dos recursos que compõem a atividade turística em determinado território.

3.1 Paisagem: uma abordagem geográfica

O processo de investigação do conceito de paisagem foi influenciado por transformações profundas no imaginário social em cada período e contexto histórico. A investigação desse conceito passa pela representação do espaço, ou seja, o estudo da paisagem enquanto expressão da arte. Na Grécia Antiga, a arte foi sinônimo da representação da forma e do conteúdo, além de significar a mediação da relação homem/meio. Sobremaneira, a paisagem também foi retratada enquanto arte.

Alexandre Von Humboldt (1769-1859), cientista naturalista e um dos fundadores da geografia científica, aprofundou o sentido do termo paisagem a partir da observação da natureza e das sensações que tinha através disso. Não foi objetivo de o naturalista sistematizar um novo conceito de paisagem, mas sua contribuição no entendimento do mesmo enquanto importante contemplação pelos homens foi inquestionável. Dessa maneira, considera-se que Humboldt foi um dos primeiros a dar à paisagem um aspecto ontológico (Passos, 2003).

Foi somente nas últimas décadas do século XIX, que a paisagem ganhou significado científico com o surgimento da escola de geografia alemã, que passou a estudá-la enquanto estatuto científico e objetivo. O geógrafo Carl O. Sauer observou, no início do século XX, que o estudo da paisagem iniciado pelos alemães não poderia focalizar apenas o meio físico e excluir o homem que também fazia parte deste contexto e trouxe o entendimento da essência do espaço a partir do homem.

Para Sauer a paisagem deveria ser dividida em natural e cultural. As áreas naturais seriam aquelas em que o homem nunca teria agido sobre as mesmas, ou seja, não houve interferência humana. Por mais que isso possa aguçar o pensamento de alguns, essa tipologia encontra-se contraditória atualmente. As áreas culturais, por outro lado, seriam as naturais que sofreram interferências da ação humana, basicamente.

Para este autor, paisagem representaria uma unidade dentro do diverso, uma categoria-síntese de análise do espaço, resultado da ação humana em uma área, através de intervenções ou por outras formas de cultura. Naquele contexto, percebeu-se que o estudo da paisagem em geografia seria possível a partir da intervenção humana na natureza uma vez que “[...]a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são outro conjunto” (SAUER, 1998:42).

Corrêa & Rosendahl (1998, p.9) interpretam a teoria de Sauer, abordando que a “paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área e analisadas morfolologicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural”.

Seguindo essa abordagem, porém trazendo novas significações para esse conceito, Claval (1999) colabora à construção de um significado de paisagem enquanto representação cultural. Segundo ele “não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhes afetam sem levar em consideração os dinamismos culturais. Eles explicam a nova atenção dedicada à preservação das lembranças do passado e a conservação das paisagens” (CLAVAL, 1999:420). O autor inova o conceito de paisagem cultural, portanto, no sentido de que a mesma não é humanizada somente pela ação do homem, mas também pelo seu pensar.

A paisagem representa uma categoria de análise da Geografia. Contudo, inexistia uma geografia hoje que contemple o estudo da paisagem em sua totalidade devido à complexidade de suas abordagens. Cada vez mais suas curiosidades vêm sendo apropriadas pelas ciências que tratam dos estudos perceptivos, sensitivos e afetivos pelo fato de a paisagem possuir valores subjetivos relacionados à cultura.

Neste sentido, pode-se dizer que a paisagem possui, pelo menos, duas faces. A face material representa algo que, obrigatoriamente, deve ter um arcabouço natural, sendo o suporte do arranjo sócio-cultural. A topografia, por exemplo, representa um arcabouço natural que se impõe enquanto signo de uma paisagem específica. A segunda face do estudo da paisagem é essencialmente imaterial, representando uma expressão cultural compilada, em múltiplas visões.

3.2 Paisagem: uma forma de linguagem

O processo de socialização e presença humana no cotidiano demanda relações mediadas por uma rede pluralizada de linguagens. É, muitas vezes, através da leitura, da produção de formas e cores, gestos e expressões, sinais e linhas, que se produz e se lê.

A vida em sociedade é mediada pela linguagem, sendo que a comunicação é permitida não somente pela fala, mas pela produção de formas, movimentos e leituras. Portanto, a referência à linguagem, nesta pesquisa, trata de uma gama incrivelmente intrincada de formas sociais de comunicação e de significação que inclui a linguagem verbal articulada, mas absorve também, inclusive, a linguagem dos surdos-mudos, o sistema codificado da moda, da culinária e tantos outros. (SANTAELLA, 1988).

Numa abordagem categórica do espaço a partir da paisagem como um tipo de linguagem, “denomina-se semiótica a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido. (SANTAELLA, 1988:15).

No estudo semiótico, qualquer estímulo emitido pelos objetos do espaço é denominado sinal e, assim, é operado pelo homem e para o homem, enquanto produto de sua consciência. Esses sinais são emitidos enquanto signos e entendidos como um tipo de linguagem. Percebe-se diversos tipos de signos constituídos numa zona rural, por exemplo, nos cultivos agrícolas, pastagens, pomares e caminhos que contribuem ao entendimento das funções de cada objeto distribuído espacialmente em uma dada área.

As práticas sociais, assim como qualquer atividade humana, são dotadas de sentido. São, portanto, significantes. Partindo-se daí, há de se considerar, então, uma paisagem visível ou material, representante de um conjunto de significantes possíveis, passível de

diferentes interpretações ou “olhares”, que caracterizam seu (s) significado (s). Cada signo, conseqüentemente, declara seu próprio significado podendo possuir diversos significantes a partir dos sentidos de cada diferente observador.

Assim, a ação de produzir e interpretar signos na paisagem é cotidiana e é experimentada por todo ser humano ao longo da vida. O dinamismo social penetra-se na opinião do indivíduo que, ao interpretar a realidade, concebe a mesma. A interação com o mundo remete a um câmbio constante de informações, propiciando a cada indivíduo oferecê-la e recebê-la diferentemente uma vez que cada pessoa interpretará como lhe convier, de maneiras múltiplas, de acordo com sua história, tradições e modo de vida. Assim, “o mundo das formas, das representações do dia-a-dia é onde as coisas aparecem de maneira independente, onde ocorrem as manipulações e onde a mesma pode se revelar” (CARLOS, 2001).

Um gama de significados diversos para uma mesma paisagem advém da própria maneira de pensar das pessoas, conivente com sua formação cultural e educacional, sendo a interpretação do visível totalmente dependente da história de vida dessas pessoas, portanto, dependente de algo invisível ou não-palpável. Assim, estruturas objetivas conduziriam a um modelo de organização subjacente a todas as paisagens visíveis, fornecendo os signos/informações decodificados pelo observador (BERDOULAY & PHIPPS, 1985).

A paisagem material é estruturada por um conjunto de formas, texturas, linhas, cores. O relevo, os espelhos d’água e a vegetação interferem na categoria forma que tende a ter maior relevância visual quanto mais irregular o terreno, como morros, colinas e vales encaixados. As linhas são representações contínuas que podem ser imaginárias também. São percebidas nos cursos de rios e caminhos e quando diferenciamos uma vegetação de outra ou tipos diferentes de plantio cultivados em sequência.

Uma área de cultivo da cana-de-açúcar, por exemplo, reflete cores diferentes categorizadas pelo verde e suas variações de tons. Os signos de palhas amareladas deixados revelam sua colheita. As cores, neste sentido, determinam a qualidade estética desta paisagem que forma uma textura de contrastes pelas diferentes cores e irregularidades da superfície do terreno.

A textura de um reflorestamento é diferenciada de uma textura de pastagem e a visão abarca um conjunto de elementos que conversam entre si e com o observador. Olhar

muitas vezes significa distanciar-se. Por mais distantes que estes elementos pareçam estar, enxergar a paisagem é aproximar-se da mesma dado o caráter subjetivo de cada intérprete.

A paisagem existe através dos olhos de quem a vê. A feição da paisagem lida ou interpretada é influenciada pelas sensibilidades individuais e coletivas. Estas sensibilidades se modificam conforme as filiações, ou seja, o sentido de pertencimento cultural e territorial. O valor dado à paisagem varia de acordo com a opinião pessoal do observador, variando conforme sua própria relação com o meio. Isto é, se o observador é um agricultor, comerciante, industrial, residente, veranista ou turista, por exemplo, obterá diferentes focos de apreensão interpretativa da paisagem. Entender o território e seu modo de ocupação também influencia na observação da paisagem de determinado lugar. De acordo com um maciço de interesses diversos, os interesses acerca do estudo da paisagem estão em constante mutação. Assim, conclui-se que existem tantas percepções das paisagens quanto observadores e usuários das mesmas.

A interpretação da paisagem possui função pedagógica, histórica, turística, e a visão é o sentido humano mais utilizado para a interpretação. Todavia, os cinco sentidos permitem uma “compreensão” da ação de interpretar ainda mais abrangente: a constatação de odores, cores, sabores, sons, texturas e formas. Estes sentidos permitem a descoberta e redescoberta histórica dos costumes e do legado cotidiano das pessoas que habitam determinado lugar.

Contudo, a presença de filtros pode marcar uma leitura carregada de intervenções, sendo a própria cultura um filtro capaz de interferir na opinião e na interpretação do indivíduo. Desta forma, a interpretação é manipulada pela ideologia que assume o que se quer mostrar, permitindo o que se pode ver.

A política, por exemplo, pode ser um fator ideológico decisivo neste “desvio” de olhar, porque ela marca e modifica a opinião pública, passando de ideologia à manipulação daqueles indivíduos que não podem competir ou mesmo lidar com esta intervenção. Qualquer ideologia, assim, se transforma em “lupa” porque filtra a leitura. Ao direcionar o olhar para um lugar, o indivíduo é condicionado a uma transgressão de sua forma de pensar e interpretar, levando-o a uma leitura “interessada” do lugar.

Quanto mais distanciados de seu marco geográfico ou seu lugar habitual de vida mais a paisagem se torna importante ao viajante constituindo-se em algo inusitado e propiciando experiências diferenciadas. Uma estrada representa uma linha e marca o início

de uma transmissão dessas diferenças. Também são sensíveis às percepções do viajante as cores e odores modificados a cada quilômetro além do relevo, em constante mutação.

Entretanto, em cada lugar e por várias viagens a este mesmo lugar, a paisagem se modifica de acordo com as sensibilidades do viajante, que é o observador, porque cada contexto possui uma interpretação tal que modifica as impressões e percepções de cada sujeito. Estas interpretações são condicionadas ora pelo meio, conforme alterações climáticas, por exemplo, ora pelo estado de espírito e cultura de cada indivíduo. No âmbito da semiótica⁸, o indivíduo observador opera na linguagem com os outros e participa com os mesmos da constituição de um domínio de ações coordenadas, como um domínio de distinções, podendo gerar descrições e descrições de descrições (MATURANA, 2002).

A percepção está relacionada à associação, pelo observador, de seu próprio comportamento, utilizando-se destas realidades para caracterizar objetos perceptivos. Revela, por sua vez, uma postura subjetiva fundamental pressupondo a existência de uma realidade externa ao observador em um primeiro momento e, consecutivamente, que este observador possa conhecê-la a partir de suas interações com a mesma.

Sobre a percepção das pessoas, Maturana (2002), propõe “uma associação que o observador faz entre o objeto denominado perturbador, caracterizado pela conduta do organismo que o configura”. Ou seja, consiste na configuração que o observador faz de objetos perceptivos, mediante a distinção do que se vê (um objeto, um horizonte, uma pessoa, etc.). Por sua vez, o turismo utiliza deste processo enquanto razão manifestada pelo sonho de desbravar o desconhecido pela percepção esboçada por uma propaganda daquilo que se quer mostrar, convidar, proclamar.

De qualquer forma, trabalhar as subjetividades na interface do conhecimento representa, ainda, um grande desafio relativo à “desqualificação” do assunto por incoerência e/ou falta de cientificidade. Afinal, “nós recebemos informações não somente do mundo exterior, mas também de dentro de nossos corpos” (MARTIN, 1981: 158).

O processo de interpretação é mediado por uma linguagem, seja ela verbal ou não. A paisagem, da forma como é articulada nesta pesquisa, é uma espécie de linguagem não verbal que media as relações culturais entre visitante e visitado numa perspectiva turística. Em meio rural, a construção da paisagem é originada pela expressão de ordem cultural e do próprio modo de vida dos indivíduos, enquanto manifestação do processo de produção do

⁸ Nesta pesquisa, trata-se de sinais na paisagem analisados com interesse à interpretação turística dos mesmos.

espaço em comum no qual vivem. E esta paisagem torna-se um *continuum* dinâmico, marcado e influenciado pelo modo de vida das pessoas que a habitam e a constroem, refletindo transformações temporais e conservando testemunhos de uma época.

Portanto, os signos são marcas de uma época e formam determinada paisagem. Eles permitem construir a caracterização de uma comunidade ou de uma localidade, identificando os modos de ocupação do homem na paisagem. Uma encosta delineada com traçados horizontais na zona rural tem um significado assim como as diferentes cores nas vargens de plantio possuem.

Quando a paisagem “fala” através de seus signos, ela permite refletir sobre as diversas relações do homem com seu habitat. Relações estas que resultam, através da ação do tempo, nas mais variadas feições de paisagem estabelecidas, assim, pelas relações sociais e pelos sentimentos de uma sociedade.

Apesar desta concepção de leitura da paisagem ser tradicional no campo das ciências geográficas é imprescindível destacar sua importância recente nos estudos turísticos em todo o mundo, uma vez que permite a investigação das principais motivações que levam um turista à visitação de lugares, os mais variados. Além disso, o estudo da paisagem é um importante instrumento de planejamento local pelo fato de permitir o entendimento multifuncional da área de estudos, em sentido holístico.

3.3 A interpretação de recursos turísticos

O estudo da paisagem pressupõe certa dificuldade de discussão numa abordagem do cotidiano das pessoas, sendo a mesma um objeto de reflexão sob várias dimensões de análise, inclusive sob o ponto de vista turístico. Nesta pesquisa procurou-se desvendar a partir da interpretação da paisagem alguns aspectos relacionados às funções e usos dos caminhos rurais no passado e no presente. Os aspectos relativos ao habitat também foram resgatados a partir da paisagem do passado, de forma a atentar-se à preservação deste patrimônio a partir do turismo.

Tendo em vista o desafio de interpretar o espaço rural de Alto Rio Doce, partiu-se do pressuposto de que “a paisagem tem significado a partir de um conjunto material e imaterial que proporcione sensibilidade ao homem. Tais elementos que proporcionam sensibilidade reforçam a história coletiva do homem e sua identificação com seu lugar e

com algum território, fazendo com o que o mesmo desenhe sua paisagem a partir de suas sensações e racionalidades” (CLAVAL, 2002:28).

Assim, o conjunto material representa o arcabouço que suporta o arranjo sócio-cultural. Este arcabouço se impõe, formando diversos signos. A topografia, por exemplo, é o primeiro elemento fisiográfico da paisagem e, é sobre ela que, historicamente, o homem se instala a começar pelos pontos mais altos do relevo, alterando-o com o passar do tempo através de vários manejos, principalmente de usos agrícolas.

O outro conjunto se expressa enquanto cultura. Nomeada imaterial, esta concepção é exclusivamente dependente do “olhar” de cada indivíduo. A ação do homem no ambiente modifica a paisagem. Sua existência está condicionada àquele que a percebe, sente, olha, cheira, sendo essencialmente um insumo de aproveitamento turístico de qualquer localidade.

Diferentes abordagens sobre paisagem apontam para a compreensão de que ela se constitui como a porção visível do espaço geográfico (SANTOS, 2002), sendo então a primeira instância de contato do viajante com seu destino além de estar no centro do eixo de atratividade daquele espaço. Seu estudo constitui-se, assim, como um dos elementos mais importantes da atratividade nos espaços turísticos, pois um não se desvincula do outro, sendo diretamente relacionados entre si.

Assim, paisagem não deve ser tomada como categoria desvinculada do espaço. Ela é “[...] constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico” YÁZIGI (2002).

As diversas vertentes da atividade turística se dão devido às preferências das pessoas por paisagens diversificadas. Estas, por sua vez, estão relacionadas às motivações de viagem do turista. As paisagens turísticas existem a partir da existência de sociedades que, ao longo do arcabouço natural, constroem e reconstroem outras paisagens, aquelas denominadas culturais, políticas, sociais, econômicas, etc.

Os turistas movem-se através de cenários e, muitas vezes, os mesmos complementam ou representam integralmente sua principal motivação para viajar. Por outro lado, o turismo é considerado elemento essencial à proteção da memória e identidade, sendo relevante a leitura da paisagem em sua dimensão estética e cultural para o estabelecimento da oferta turística.

A viabilização da atividade turística enquanto prática social e espacial, considerada sua dimensão histórico-cultural, a partir da interpretação da paisagem possibilita uma adequada orientação das atividades humanas no território. Por isso analisar a paisagem é importante e contribui enquanto instrumento de adequação ao planejamento turístico do território.

Os processos sociais demarcam, assim, formas, funções e significados sociais no espaço e o turismo é um desses processos. A paisagem sugere o reflexo da sociedade que a (re) produz sob a relação sociedade, espaço e natureza, sendo a presença humana e a incorporação de subjetividades, condições essenciais de sua existência.

Caracteriza-se, desta forma, o conceito de paisagem que inclui aspectos físicos e humanos num contexto de estudos do Turismo, desvinculando-se a idéia de imagem, que remete somente à forma, excluindo-se as percepções e vivências do turista. Assim, para cada observador/turista a paisagem tem um sentido, seja de contemplação, utilitarista, estética e até mesmo indiferente.

A visão de espaço e o conceito de paisagem estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da atividade turística, pois o turismo apropria-se do espaço, consumindo o mesmo e estabelecendo relações de consumo, seja de cultura, mercadoria, conhecimentos, tradições entre visitante e visitado. Portanto, a interpretação e compreensão da paisagem, enquanto categoria de análise do espaço turístico permite que a busca pelo inusitado que fundamenta o encontro seja carregada de valores e significados, através da leitura de diferentes cores, formas, texturas e linhas.

Entende-se o estudo da paisagem focalizado na atividade turística enquanto resultado da interação do homem com o meio ambiente, no espaço geográfico. A leitura da realidade sócio-espacial através da paisagem exige uma abordagem integrada, no sentido de superar a dicotomia da sua natureza. Por estas razões é imprescindível transcender a observação e descrição superficial e buscar o entendimento da essência naquilo que se vê ou se sente, através de nossos sentidos.

A paisagem, enquanto recurso educacional e de desenvolvimento turístico é alvo de pesquisas no Brasil desde meados dos anos 90 do século passado. Seu estudo relaciona-se à formação de uma identidade coletiva e ao patrimônio de uma localidade. Se, de alguma maneira, sua interpretação valoriza a experiência do visitante em um lugar, de outra, a própria paisagem é valorizada e incorporada ao patrimônio enquanto atração turística. Seja a paisagem vista sob um viés cultural ou não, ela é o próprio patrimônio.

Em Minas Gerais, pesquisas acadêmicas na área do turismo dão enfoque especial às peculiaridades regionais a partir da leitura de diferentes paisagens como insumo ao aproveitamento do turismo⁹ posto que “[...] a paisagem de Minas Gerais tem constituído a pedra angular de um longo e complexo sistema simbólico ou ideologia regional, na qual se assentam a auto-imagem de seus habitantes” (FÍGOLI, 2004: 30).

Dessa forma, cada vez mais a interpretação baseada em leituras de paisagem tem ganhado destaque metodológico nas publicações acerca de diversas áreas do conhecimento por englobar, de antemão, uma característica mediadora do próprio ato de se comunicar, ou seja, a paisagem em sua função de linguagem.

Partindo desses pressupostos, uma das formas de se interpretar o patrimônio local implica no “processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar” (MURTA; GOODEY, 2002:3).

Igualmente a outros processos de produção da linguagem, a interpretação também pode utilizar-se de vários instrumentos facilitadores que realcem a informação do lugar que se quer transmitir. No turismo esses instrumentos normalmente são reduzidos a fotografias e desenhos que correspondem a imagens de apresentação do lugar e de expressões culturais do mesmo.

Uma fotografia, entretanto, é incapaz de expressar totalmente a paisagem porque um simples retrato não enfatiza a audição, a presença do lugar, o cheiro. Entende-se que os elementos visuais materializam a paisagem e o turismo tem um enorme e inegável potencial de enriquecimento da vida humana por permitir novas vivências e a própria presença no/do lugar, conseqüências de “novas leituras” inclusive sobre o mesmo local, independentemente do número de visitas feitas à mesma localidade.

O turismo promove in situ o significado do legado cultural instigando curiosidades e exaltando as emoções do visitante através de seus sentidos. Para Murta & Goodey (2002: 4), “nada substitui, no entanto, a interpretação ao vivo, quando realizada por guias condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes”.

A interpretação da paisagem com vistas ao planejamento do turismo é instrumento de comunicação entre o morador e o visitante. Tilden (1967) tenta balizar a interpretação a partir de alguns princípios que visam, dentre eles, direcionar os sentidos do visitante e,

⁹ LACERDA, M.O. *Paisagem e Potencial Turístico no Vale do Jequitinhonha* – Dissertação (mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Departamento de Geografia, 2005, 169p.

através disso, revelar novos sentidos, utilizando instrumentos visuais de forma a abranger um público diverso, estimulando suas curiosidades no entendimento completo do tema interpretado, seja ele a geografia, a história, ou outros.

De acordo com Murta & Goodey (2002: 18), acrescenta-se a esses princípios (dada a época em que os mesmos foram estabelecidos), a importância do envolvimento da comunidade local no processo de interpretação numa abordagem que envolva temas do passado, presente e futuro destacando-se as diversidades e pluralidades culturais. Para esses autores a articulação de uma infra-estrutura mínima de apoio ao turista em trilhas, por exemplo, é um elemento essencial à visitação.

A vivência cotidiana propicia o substrato ao atrativo turístico, no sentido de estabelecer sua sustentabilidade. Enquanto objeto de curiosidade momentânea, o atrativo é rapidamente esquecido. Porém, relevância é dada ao mesmo quando se adiciona à realidade o sentido de sua construção, traduzido pela incorporação da cultura e pela possibilidade de se incorporarem novos significados a partir da interpretação. A paisagem é, portanto, um signo (dizível) integrante de um imaginário social (geralmente regional) que aponta para um sentido (indizível), mais que ao objeto sensível que lhe serve de referência. (FÍGOLI, 2004:30).

A partir daí, conexões são estabelecidas entre os visitantes e os moradores locais mediadas pela paisagem. Neste sentido, Fígoli (2006: 439) acrescenta que “no horizonte de alguns imaginários sociais, a paisagem tem feito do entorno exterior e visível a chave para a compreensão do sentido da vida humana”, cenário-suporte da narrativa e da composição de cenas, supondo um espectador com um olhar particular sobre o mundo externo.

É irrelevante o papel da interpretação na popularização do conhecimento local em suas várias vertentes, sejam elas históricas, culturais, ambientais, econômicas, etc. Através das práticas turísticas sustentadas na interpretação da paisagem e com a participação e apoio das comunidades locais o fluxo de visitantes pode ser orientado à preservação e proteção daquela paisagem, seja a mesma material ou imaterial.

4 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E METODOLÓGICOS

A trajetória para a elaboração dos roteiros turísticos baseou-se na metodologia do Ministério do Turismo (Figura 2) dedicada no módulo operacional denominado “Roteirização Turística”, inserido no Programa de Regionalização do Turismo. De acordo com este módulo operacional, a roteirização significa um “processo que estrutura a oferta de uma ou mais regiões turísticas em um produto rentável e comercialmente viável” (BRASIL, 2007). Contudo, a fim de se obter uma melhor aplicabilidade a metodologia foi adaptada à realidade do município estudado, baseando-se na interpretação da paisagem.

O método de elaboração dos roteiros do MTUR prevê uma trajetória calcada, primeiramente, numa análise situacional do município com potencial para integrar roteiros turísticos. Utilizou-se, portanto de uma pesquisa documental, segundo a terminologia de Cervo & Bervian (2002)¹⁰, em que foram explorados órgãos públicos como a prefeitura, os institutos de pesquisa estatística (IBGE, Fundação João Pinheiro e SIAT) e institutos de pesquisa documental, como o APM, cartórios, casa de cultura e biblioteca municipal.

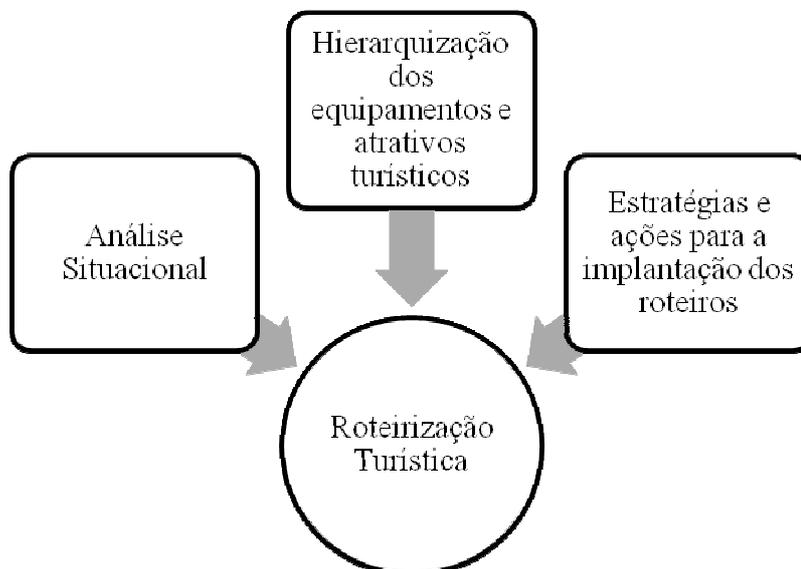


Figura 2. Fluxograma do Processo de Roteirização Turística
Fonte: Adaptado da Metodologia do Mtur (BRASIL, 2007).

¹⁰ CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242p.

Também foi explorado, nesta fase, trabalho anterior que retratou o potencial de fazendas¹¹ para hospedagem e o inventário da oferta turística do município elaborado pela parceria estabelecida entre a Associação do Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce e a Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2009. O objetivo da análise situacional do recorte foi nortear os passos para o processo de elaboração dos roteiros turísticos.

A etapa seguinte contou com uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas públicas de turismo no Brasil, buscando contextualizar a escala municipal de planejamento turístico. O referencial teórico contou também com o entendimento do conceito de paisagem com vistas à interpretação de recursos turísticos. Foi feito através da escolha de autores que percebem a paisagem de forma integradora dos aspectos naturais e sociais, ou seja, paisagens que retratam o passado e o presente através das relações entre a sociedade e a natureza.

Compreender o termo paisagem em geografia, enquanto uma categoria de análise e enquanto forma de linguagem, foi crucial para o desenvolvimento dos trabalhos de campo (Quadro 1) que compuseram a terceira etapa da pesquisa. Os trabalhos de campo foram dedicados à coleta de dados para a composição de um banco de imagens e elaboração de mapas temáticos. Considerou-se nestes últimos, principalmente os aspectos que compõem a ruralidade do município como as pequenas propriedades e fazendas do séc. XIX, os caminhos e os aglomerados rurais.

Principais atividades	Período
Campo de reconhecimento da zona rural e dos principais atrativos	27 a 30/05/08
Campo para coleta de dados junto aos equipamentos e atrativos	14/07 a 03/08/09
Campo para coleta de dados e depoimentos junto a “pessoas fonte”	22/09 a 07/10/09
Campo para coleta de dados junto ao SIAT	25 a 28/11/09

Quadro 1: Trabalhos de campo realizados

¹¹ MOREIRA, M.A.N. As contribuições do turismo para o desenvolvimento sustentável em meio rural: o caso de Alto Rio Doce, MG. Monografia (especialização) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Departamento de Geografia, 2007, 63p.

A coleta de depoimentos¹² junto a pessoas “fonte” foi determinante para a escolha dos principais equipamentos e atrativos que viriam a compor os roteiros turísticos no município. Contribuiu, principalmente para o entendimento da vida no campo e das paisagens e modo de vida no passado o Sr. José Nicolau, 90 anos, agricultor familiar, ao narrar sua participação em uma tropa para o município de Mercês na década de 1920. Os proprietários rurais, Sra. Maria Moreira (D. Naná), Fazenda Brejaúba de Cima, Sra. Maria Couto (D. Nia), Fazenda Cachoeira Linda e Marco Polo Couto, responsável pelo alambique na Fazenda Brejaúba também contribuíram para a elaboração do roteiro, narrando sobre suas perspectivas em relação ao turismo nas propriedades que compõem o Caminho Rural Brejaúba.

Na perspectiva de entender a dinâmica dos atores envolvidos com o fomento à atividade turística e cultural, o Sr. Reiginaldo Carvalho, gestor do circuito turístico Nascentes do Rio Doce, o Sr. Túlio Cícero, responsável pelo departamento de turismo junto à Secretaria de Cultura, os produtores de cachaça de Abreus Sr. Juraci Rezende e Sr. Luiz Baião e as artesãs Sra. Aparecida Couto e D. Sílvia do Valverde também deram seus depoimentos sobre a importância do fomento ao turismo e também sobre a formação de associações no município. A escolha dessas pessoas levou em consideração o nível de conhecimento do território a partir da trajetória de vida no mesmo.

Além do uso tradicional da paisagem pela geografia, foram complementados estudos do quadro de vida dos aglomerados tradicionais, produzindo-se uma caracterização destas comunidades sobre seu cotidiano e habitat. A mobilização abrangida pelo termo paisagem neste estudo é coerente na construção de um eixo a ser apropriada pelos atores sociais locais. A fotografia enquanto elemento de representação da paisagem foi utilizada para a composição de um banco de imagens por instrumentalizar a situação e a discussão dos problemas desta paisagem, seja ela natural ou cultural, especificando a qualidade de vida da população.

Os mapas temáticos foram elaborados com a utilização do software Arc-View 9.1 através do Sistema de Informações Geográficas (SIG) com o objetivo de auxiliar na estruturação do banco de dados e facilitar a sobreposição de informações que foram georreferenciadas. As cartas topográficas e as imagens de satélite, além dos trabalhos de

¹² Os depoimentos estão gravados em meio digital e serão anexados junto à versão final do trabalho.

campo, foram interpretadas visando obter produtos como a cobertura vegetal, uso e ocupação do solo, hipsometria, rede viária e a estrutura das propriedades rurais.

A quarta etapa contou com a elaboração do mapa de acessos do município de Alto Rio Doce, contemplando todo o território, escala 1:180.000, mapa de equipamentos e atrativos turísticos, escala 1:125.000, utilizando-se para o mapeamento a base Geominas (1997) e dados de campo. Os mapas de localização do município e de relevo, ambos com escala 1:200.000, foram desenhados a partir da base digital Geominas, UTM – DATUM SAD-69 – Fuso 23 K. O mapa de uso do solo, escala 1:170.000, e os modelos de média (1:10.000) e pequena (1:3.500) propriedades foram elaborados a partir do Google Earth (2007) e da observação em campo.

As propriedades rurais foram analisadas a partir do Sistema Nacional de Cadastro Rural na forma da Lei nº 8629 de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a classificação das propriedades através do módulo fiscal¹³ estabelecido aos municípios. Esta classificação denomina como pequena propriedade um imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais enquanto a média propriedade insere-se entre os quatro e quinze módulos¹⁴. A composição dos mapas temáticos e do banco de imagens proporcionou a hierarquização dos atrativos turísticos que, analisados em conjunto à situação física e sócio-cultural do território, possibilitaram a elaboração dos roteiros turísticos da Brejaúba e das Laranjeiras.

Na última etapa, foram analisadas as propostas de roteirização turística nos distritos e aglomerados rurais, de dois caminhos rurais e de pequenas propriedades e fazendas do século XIX a partir da interpretação da paisagem municipal presente em todas as outras etapas em que a pesquisa esteve envolvida. Foram levantadas, também, as principais estratégias e ações para a implantação dos roteiros.

¹³ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município considerando-se, dentre outros fatores, a exploração predominante no município, a renda obtida com tal exploração, outras explorações significativas em função da renda ou da área utilizada e o próprio conceito de propriedade familiar. Serve ainda de parâmetro para definir os beneficiários do Pronaf (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais).

¹⁴ O cálculo para a obtenção do módulo na propriedade é feito a partir da divisão da área total da mesma, em hectares, pelo módulo fiscal estabelecido para cada município. Em Alto Rio Doce o módulo fiscal é 28. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm, acessado em fevereiro de 2009).

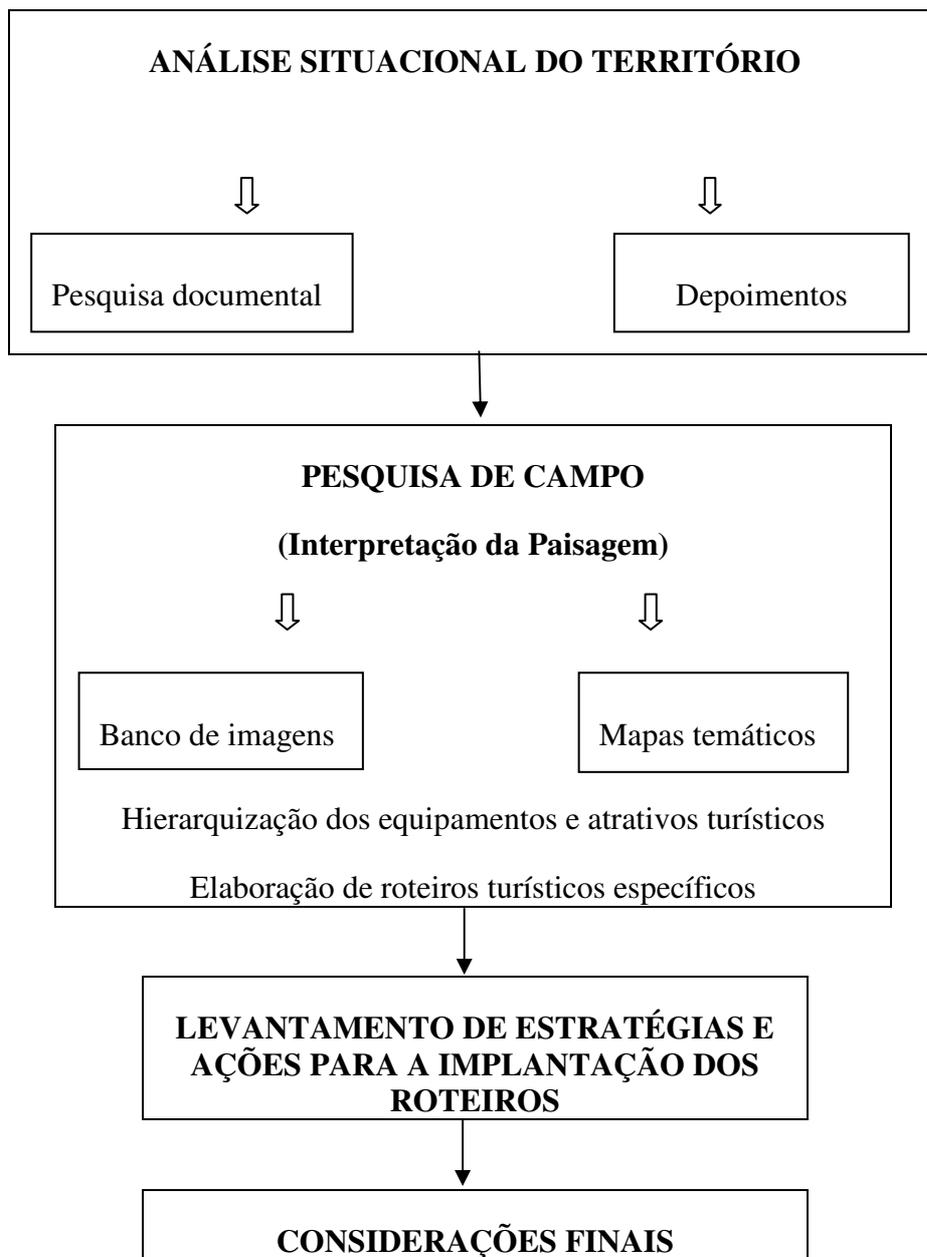


Figura 3: Fluxograma da metodologia.

5 ANÁLISE SITUACIONAL DO TERRITÓRIO

5.1 Formação Histórica

No contexto do povoamento histórico do território das Minas Gerais, entre fins do século XVII e início do XVIII “José Siqueira Afonso descobre as minas do Guarapiranga, origem da atual cidade de Piranga” (FERREIRA, 1958: 68). Ainda neste período, exploradores adentram no vale do Rio Xopotó¹⁵ em busca de novas minas de ouro.

O processo de ocupação do local onde está situada Alto Rio Doce iniciou-se a partir de Mariana, Ouro Preto e Piranga, basicamente ao norte, e ao sul, a partir da margem esquerda do Rio Pomba. Subindo pelo rio Pomba, penetravam os sertanistas no vale do Xopotó. No meado do século XVIII a colonização da área se intensifica. Estabeleciam-se os adventícios em pobres casebres cobertos de colmo e folhagens (MERCADANTE, 1973).

A ocupação objetivou a busca de terras apropriadas para agricultura e pecuária, em período no qual ainda existiam indígenas na área, pertencentes às tribos puris. “Em pleno sertão no século XVIII, viviam os arrepiados, com seus cabelos em trunfa, no alto da cabeça, e xopotós, indígena valente que deu nome ao rio nos altos vales do rio Doce” (MERCADANTE, 1973).

Os bandeirantes, em conquista pela bacia do Xopotó no extremo norte do município, dividiam-se em grupos, para novamente se reunirem em certo e determinado ponto, onde esperavam uns pelos outros. Este local ficou conhecido pelo nome de Espera, posteriormente distrito de Nossa Senhora da Piedade da Boa Esperança, hoje Rio Espera. Além da padroeira, tinham ainda estes bandeirantes, como patrono, o Senhor Bom Jesus da Paciência¹⁶.

¹⁵ A palavra Xopotó é de origem indígena e significa cipó amarelo.

¹⁶ Certas passagens do processo histórico de ocupação local foram privilegiadas devido sua relevância à interpretação da paisagem cultural com vistas à exploração turística. Essas passagens são primordiais à construção dos roteiros através da informação levantada sobre sua própria história.

A re-espacialização do sertão se deu na medida em que o mesmo foi apropriado pelo sistema político da colônia. Contudo, as doações de datas e sesmarias¹⁷ foram responsáveis por um novo sentido dado ao sertão e garantiram sua efetiva ocupação. Das cartas de 1710 a 1822 constam as concedidas a personagens históricos, todas às margens do Caminho Novo. A distribuição prossegue na segunda metade do século, na região da serra de São Geraldo, vertendo para o Turvo, afluente do Piranga, e nas vertentes do Xopotó, afluente do Pomba¹⁸.

Quando José Alves Maciel, fundador do povoado de São José do Xopotó, atual Alto Rio Doce, chegou à região, esta já se encontrava habitada por bandeirantes e índios Puris e, desde então, o município inicia sua distinção enquanto espaço socialmente construído já não sendo mais tão relevante suas características naturais.

No ano de 1890 São José do Xopotó é desmembrado de Piranga e elevado à vila com o nome de Alto Rio Doce, iniciando-se, assim, um período de várias ocorrências político-administrativas que geraram, ao longo de todo o século XIX, aumento e redução constante da população e dos limites territoriais do município.

5.2 As tropas e os antigos itinerários

O êxito das principais cidades mineiras que atualmente compõem a mesorregião Zona da Mata se deu através dos ramais da rede ferroviária Central do Brasil. O município estudado distava em 26 km, por estrada de animais, do alcance do ramal de Mercês. O trajeto até a capital do Estado constituía cerca de 400 km num percurso que utilizava três ramais da EFCB. O quadro 2 discrimina todo o percurso entre Alto Rio Doce e Belo Horizonte que, segundo depoimentos, tinha a duração de dois ou três dias, segundo os horários dos ramais das estradas de ferro.

¹⁷ A Sesmaria que originou São José do Xopotó, atual Alto Rio Doce, foi doada ao português José Alves Maciel que se estabeleceu em 1759.

¹⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XII, pag. 595.. Ovílio José, *Visconde do Rio Branco – Notas para a sua História*, Itatiaia, Belo Horizonte, 1958, pags. 25 a 27.

Sede Municipal	Designação	Percursos	Vias de comunicação	Extensão (Km)
Alto Rio Doce	Para Belo Horizonte	Alto Rio Doce-Mercês	Estrada para animais	26 km
		Mercês-Palmira	E.F.Central do Brasil (ramal de Piranga)	56,977 km
		Palmira-Dr.Joaquim Murtinho	E.F.Central do Brasil (ramal do centro)	153,648 km
		Dr. Joaquim Murtinho-Belo Horizonte	E.F.Central do Brasil, ramal de Paraopeba	162,128 km
				Total: 398,753

Quadro 2: Itinerários usuais para a capital do Estado, 1925.

Fonte: Elaborado a partir do Anuário Estatístico de Minas Gerais, Secretaria da Agricultura (1922-1925), Ano II.

O percurso de Alto Rio Doce até o município de Mercês era muito utilizado por tropas que abasteciam, principalmente, a capital da República via ramal da Central do Brasil. O caminho utilizado é atualmente conhecido como o antigo caminho para Mercês, passando pela localidade denominada Garrincha até ganhar a calha principal do Córrego das Laranjeiras.

A distância até o Rio de Janeiro abrangia pouco mais que 400 km, conforme a discriminação dos percursos abaixo (quadro 3). Contudo, todo o roteiro desta viagem foi alterada a partir da expansão do caminho para a antiga Borda do Campo. Até a década de 40 do século passado a viagem ao Rio de Janeiro era feita seguindo-se o sentido leste a partir do distrito Sede, passando-se pelos ramais de Mercês e Palmira.

Atualmente, a viagem segue o sentido oeste, através de rodovia pavimentada até Barbacena, ganhando-se o “Caminho Novo” 19 no trecho de Barbacena ao Rio de Janeiro. O trajeto normalmente é feito de carro ou de ônibus, economizando-se cerca de 80 km em relação ao acesso antigo feito por estrada de ferro.

Sede Municipal	Designação	Percursos	Vias de comunicação	Extensão (Km)
Alto Rio Doce	Para Rio de Janeiro	Alto Rio Doce- Palmira	<i>UT supra</i>	82,977 km
		Palmira – Rio de Janeiro	E.F. Central do Brasil (linha do centro)	324,175 km
				Total: 407,152 km

Quadro 3 Itinerários usuais para a capital da República, 1925.

Fonte: Elaborado a partir do Anuário Estatístico de Minas Gerais, Secretaria da Agricultura (1922-1925), Ano II.

Até a década de 40 do século XX, aproximadamente, as tropas representavam o único meio de transporte para muitas regiões. Os trilhos eram abertos a golpes de foice, portanto mal construídos e mal traçados, comporiam as estradas carroçáveis duas décadas depois (MERCADANTE, 1973:49).

A comitiva era composta por cerca de dez burros além do tropeiro e arrieiro. O tropeiro tocava os burros e o arrieiro era responsável pela mercadoria. Formadas em frente

¹⁹ Refere-se ao caminho que ligava o Rio de Janeiro à capitania de Minas Gerais. Registra-se que, ao longo do século XVIII, a estrada entre Minas e o Rio de Janeiro sofreu transformações. Multiplicaram-se as paragens, as roças, o volume da produção e do comércio, a população fixa e circulante e as atividades fiscais, devido às concessões de sesmarias às margens do caminho. Só no ano de 1756, por exemplo, foram concedidas inúmeras delas aos moradores de Borda do Campo, na comarca do Rio das Mortes, todas elas nas matas gerais da Mantiqueira, ao longo do Caminho Novo, destinadas à agricultura de subsistência.

à matriz²⁰ as tropas consistiam no trânsito de mercadorias destinadas ao comércio no ramal de Mercês.

Dentre os itens comercializados, destacavam-se os “capados” que eram sapecados e os toucinhos enfileirados nas cangalhas²¹ dos burros. Além deste item, as tropas levavam ainda café, feijão, arroz, galinhas, frangos, ovos e tubérculos. Em Mercês aguardavam as tropas os arrematantes que encomendavam e ficavam com toda a mercadoria. O arrematante levava a mercadoria para o Rio de Janeiro pela estrada de ferro e o arrieiro, com a mercadoria vendida, apurava sal e querosene, principalmente, fazendo o percurso de retorno a Alto Rio Doce.

O rancho de pouso das tropas que seguiam rumo a Mercês situava-se às margens do Córrego das Laranjeiras, sob o pé de uma figueira. Representava cozinha provisória e abrigo para tropeiro e arrieiro. Bastava-se que houvesse água corrente para o abastecimento da tropa e sombra para o descanso dos tropeiros.

Muito além de representar uma via de comunicação comercial entre a mata e a capital da República a atividade tropeira atribuiu importantes características ao tropeiro. Homem instruído e bem informado desempenhava uma função inerente aos jornais, muito raros no princípio do século XX. Era sábio, portador de recursos e instruções que guiavam as tropas picadas adentro possibilitando, através de seu bom relacionamento, a tradição oral dos acontecimentos provenientes do litoral.

As tropas, por sua vez, desenvolveram importante papel político no município, especificamente. Foram encarregadas de transportar telhas e cimento, dentre outros materiais, para a construção dos edifícios públicos do município como o hospital, o fórum e o coreto. Os antigos caminhos contribuíram para a integração econômica, política, social e mesmo cultural entre territórios insulares da Zona da Mata mineira e a capital da República.

²⁰ As informações sobre a organização das tropas foram levantadas através do depoimento do Sr. José Nicolau, ex-tropeiro, que conheceu o município de Mercês justamente acompanhando uma delas.

²¹ Armação que se coloca no dorso das bestas para sustentar a carga dos dois lados.

5.3 Meio físico e uso do solo

O município em estudo está localizado na região Sudeste de Minas Gerais tendo como municípios limítrofes Capela Nova, Rio Espera, Cipotânea, Brás Pires, Dores do Turvo, Mercês, Desterro do Melo e Senhora dos Remédios.

Sua posição geográfica é determinada pelo paralelo de 21°01' de latitude sul em sua interseção com o meridiano de 43°25' de longitude oeste. Localizado na mesorregião²² da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, Alto Rio Doce pertence à microrregião de Viçosa²³ e é integrante da Associação dos Municípios da Zona da Mata (AMMAN).

As principais rodovias que servem de acesso ao município são a BR-040, MG-280, MG-265 e MG-132. O acesso principal a Alto Rio Doce, a partir de Belo Horizonte, é feito através da BR-040, no trecho até Barbacena, no entroncamento com a MG-265 com destino a Desterro do Melo. A MG-132 faz ligação final entre esta última cidade e Alto Rio Doce. O Quadro 4 apresenta as distâncias entre o município e outros pólos nacionais.

A altitude da sede é de 832 metros do nível do mar, tendo a igreja Matriz como referência. Ocupando uma área total de 519 km² o município é composto por 4 distritos: Abreus, Vitorinos e Missionários, além do distrito Sede. Dois aglomerados, entretanto, compõem o território administrativo e, atualmente, são relevantes enquanto *locus* de ocupação da população rural: Arco Verde e Valverde. Além disso, o município conta com aproximadamente 41 aglomerados rurais distribuídos pelo território.

²² As Mesorregiões Geográficas são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, “que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou”. IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990, p. 8.

²³ O Estado de Minas Gerais está dividido em 12 macrorregiões e 66 microrregiões. De acordo com o IBGE, este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990, p. 9.

Municípios	KM
Belo Horizonte	219
Rio de Janeiro	325
São Paulo	600
Brasília	971
Vitória	510

Quadro 4: Distâncias aos principais centros
Fonte: IBGE, 2008.

A precipitação pluviométrica média fica em torno de 1400mm³ anuais, caracterizando o clima tropical de altitude. Segundo a classificação de Köppen, o clima predominante no município de estudo é mesotérmico com estação chuvosa no verão que via de regra é brando. O trimestre mais chuvoso, o de novembro a janeiro e o mais seco, o de junho a agosto; desta forma a temperatura média anual varia de 10° a 20°C (BARROS, 1987).

A geomorfologia local é caracterizada por planaltos dissecados e ondulações montanhosas e, geologicamente, há a predominância de granito-gnáissicas, quartizitos e metassedimentos (Espinhaço e Quadrilátero Ferrífero). Predominam, assim, rochas sedimentares, caracterizando um solo argiloso e arenoso (STRAUCH, 1955).

Predomina, assim, um relevo acidentado, caracterizado pelos “mares de morro”, entremeados por estreitas planícies aluviais. Alguns terraços compõem uma paisagem dominada por vertentes que terminam nas calhas dos cursos d’água. A paisagem morfológica presente, portanto, é resultante do prolongamento das serras que contornam a região e a enquadram, especialmente a Serra da Mantiqueira.

A topografia é bastante acidentada pelos altos confrontantes da Mantiqueira, formada por morros e colinas. Hipsometricamente (ou seja, correlacionando as áreas com as altitudes) reflete um planalto com vale encaixado (BARROS, 1987). O mapa de relevo (mapa 2) exhibe a porção leste caracterizada por vertentes côncavo-convexas e altitudes que variam de 820 a 1360 m. Por outro lado, a porção nordeste do município possui altitudes

que variam de 340 a 771 m e uma conformação geológica que propiciou a essa área um maior uso de atividades agrícolas

Fora da calha referente à formação de um dos principais afluentes do rio Doce no entorno do Distrito Sede estudado, denominado rio Xopotó, o relevo exhibe confusas formas, ora com alinhamentos ora sem qualquer orientação. Apresentam-se, assim, algumas áreas de relevos acidentados e vales mais profundos, com diversos ribeirões caindo em sucessão de cachoeiras de menor porte, formando pântanos e zonas lacustres próximo às planícies aluviais.

O curso do Xopotó, com sua nascente no município limítrofe Desterro do Melo, segue a direção S-SW-N-NE até Ponte Nova, onde sua confluência com o rio Piranga origina o rio Doce. Com imponente paisagem, o vale do rio Xopotó neste município possui traços sinuosos, resultado de um processo de meandrização. Estes traços sugerem um movimento contínuo e cíclico ditado, principalmente, pela dinâmica das chuvas. O rio, por sua natureza, é testemunho de movimentos, espaços e tempos que se renovam através de diferentes introduções tecnológicas, seja na sociedade, na agricultura, ou comércio. Acompanha a história do homem, suas tradições e seu labor assim como o homem o define, conforme sua utilidade.

A bacia do Xopotó possui forte representatividade em qualquer atividade que a população tenha exercido ao longo do tempo como a caça, a pesca artesanal, a agricultura, a abertura de passagens, caminhos e estradas. O rio abarca, portanto, as construções sócio-culturais e econômicas do homem no espaço ao longo do tempo.

Considerando os grandes biomas brasileiros, a cobertura vegetal (mapa 3) no território estudado é caracterizada pela Mata Atlântica, especificamente a Floresta Estacional Semidecidual. Esta se encontra bastante modificada pelo avanço das pastagens além de erosões e assoreamento.

Em relação ao uso do solo, a faixa sudoeste do município apresenta grandes manchas de floresta semidecídua e coincide com os topos de morro de maiores altitudes do território (mapa 3). A atividade agrícola se expressa fragmentada e é possível visualizar manchas maiores de cultivo em áreas de depressão. As encostas mais íngremes são ocupadas pela monocultura e beneficiamento do eucalipto em grandes extensões e é coincidente aos limites territoriais do município. O Gráfico 1 esboça as principais categorias de uso do solo no território, conforme dados do IBGE (2006).

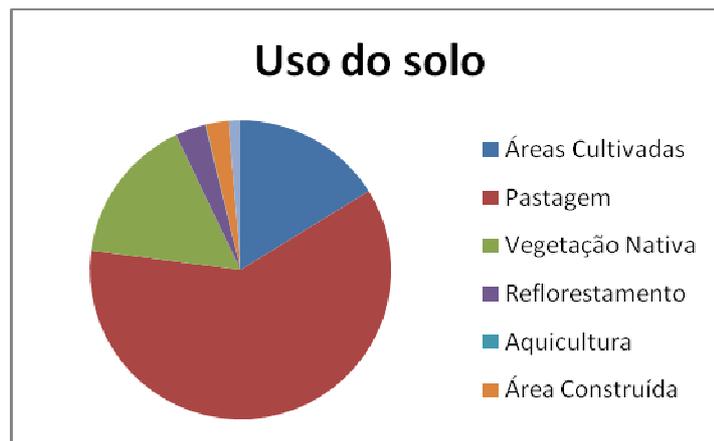


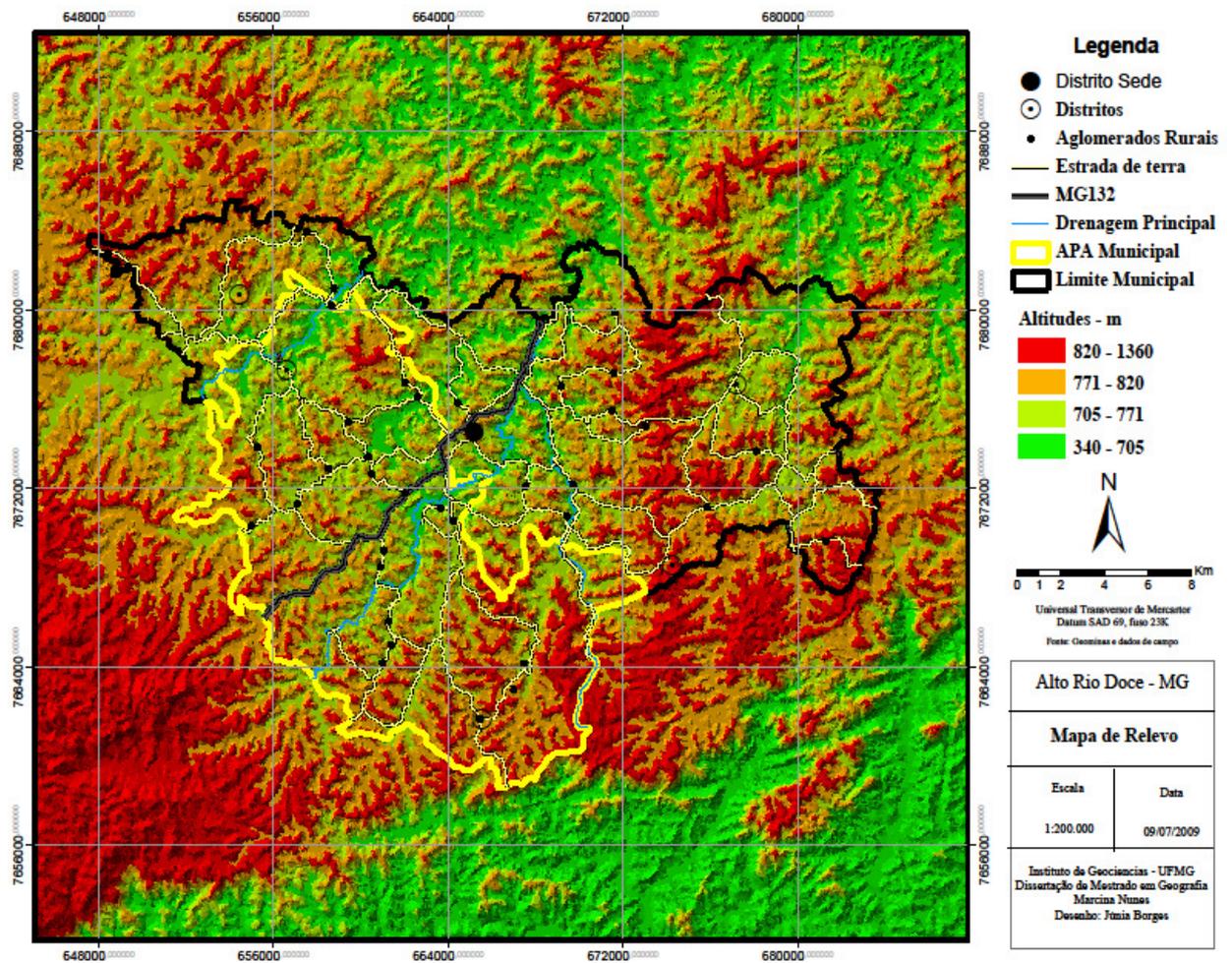
Gráfico 2: Uso do solo
Fonte: IBGE, 2006.

A Área de Proteção Ambiental (APA) é a categoria de unidade de conservação que prevê o estabelecimento de normas e restrições para a utilização das áreas privadas e reconhecidas de interesse público. Inicialmente, as APA's foram criadas pela Lei 6902/81, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Esta categoria foi a primeira proposta brasileira de unidade de conservação que considerou compatível manter a população residente e as atividades econômicas na área. Segundo a Resolução CONAMA nº10 de 1988, as APA's são definidas como "Unidades de Conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais".

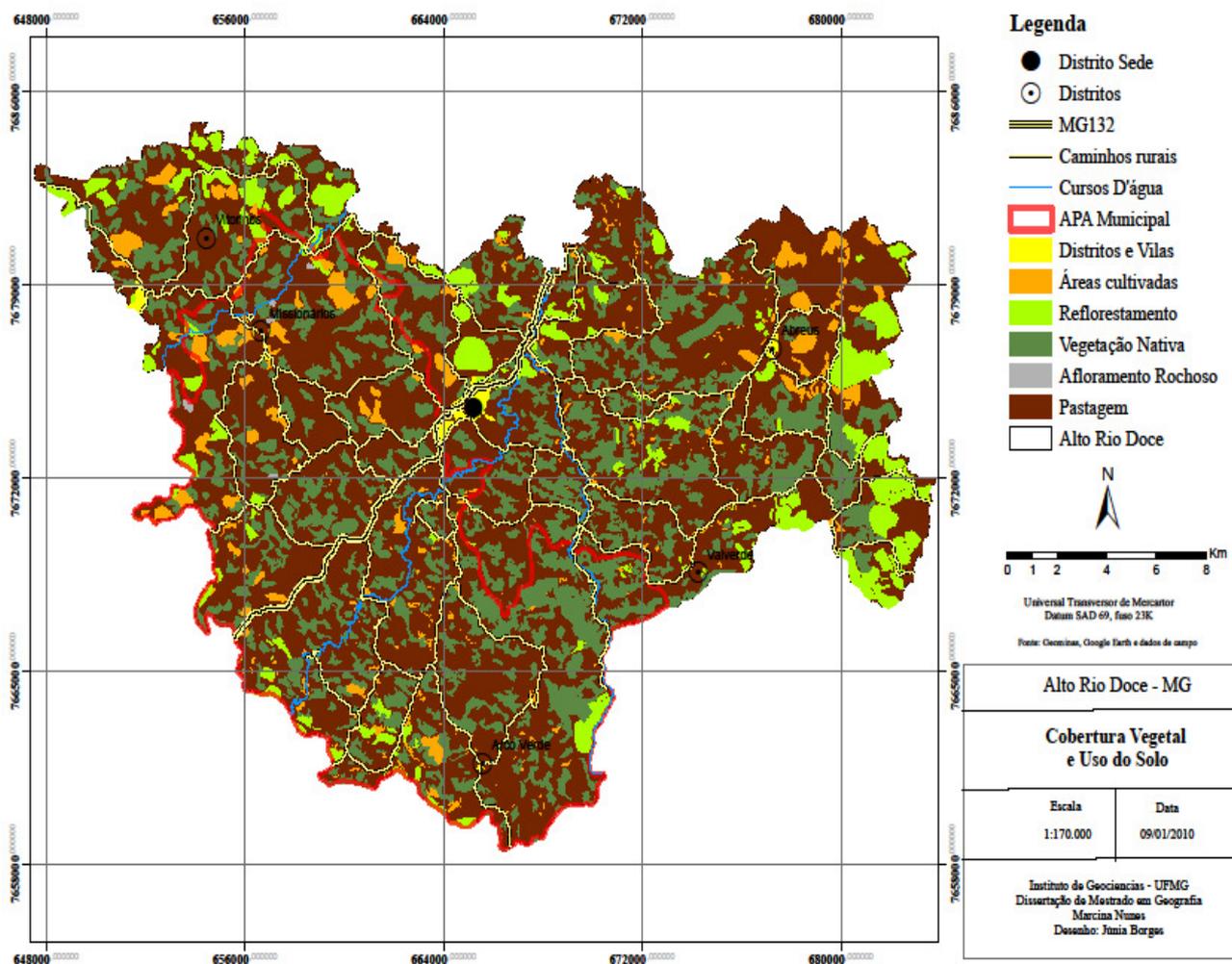
Em Alto Rio Doce, a APA foi criada pela Lei nº351 de Setembro de 2002 e suas zonas, para efeito do zoneamento ecológico-econômico, foram identificadas segundo as condições de uso e ocupação do solo e de acordo com seus aspectos bióticos e abióticos. Sua área compreende 23.473,27 ha, sendo 3.916,87 ha restritos à Zona de Preservação da Vida Silvestre, 4.800,00 ha, considerados Zona de Conservação da Vida Silvestre e, a maior parte, 14.756,40 ha reservados ao Uso Agropecuário.

Desta forma, o objetivo principal desta criação, em conformidade com as características locais de uso do solo, foi a regulamentação do desenvolvimento das atividades antrópicas na área delimitada pela APA, subdivididas em atividades proibidas, limitadas ou incentivadas. Contudo, não há o plano de manejo para nortear tais atividades na área abrangida pela unidade de conservação causando, na maioria das vezes, a desregulamentação das atividades antrópicas em sua área de abrangência.

Mapa 2: Relevo



Mapa 3: Cobertura Vegetal e Uso do Solo



Aspectos sócio-demográficos

Analisando-se a dinâmica demográfica de Alto Rio Doce desde 1920, percebe-se que ela acompanha a tendência nacional de crescente urbanização, impulsionada pelo êxodo rural. Nota-se que há preponderância da população rural em detrimento ao contingente urbano por todo o século XX e início do século XXI.

Entretanto, ressalta-se a variação populacional no tempo e no espaço, causada principalmente pelas divisões territoriais decorrentes da evolução histórica e administrativa de Alto Rio Doce (quadro 5).

A década de 20 representa, em números, uma população rural nunca antes percebida em Alto Rio Doce. Além de o município possuir três distritos desde 1911, o mesmo adquiriu em 1923 o distrito de São Domingos do Monte Alegre, outrora pertencente à Barbacena, o que certamente favoreceu o notável crescimento populacional rural no período mencionado, além de sua expansão territorial.

A queda brusca na população rural do município durante os anos 40 está relacionada ao desmembramento do distrito de Dores do Turvo, em 1938, distrito este que veio a formar novo município posteriormente. A redução populacional retratada entre as décadas de 50 e 60 é referente à perda ou desmembramento do distrito de Cipotânea de Alto Rio Doce em 1953, responsável por um saldo negativo em 4.620 indivíduos provenientes da contagem rural pelo IBGE em 1960 (Gráfico 4)

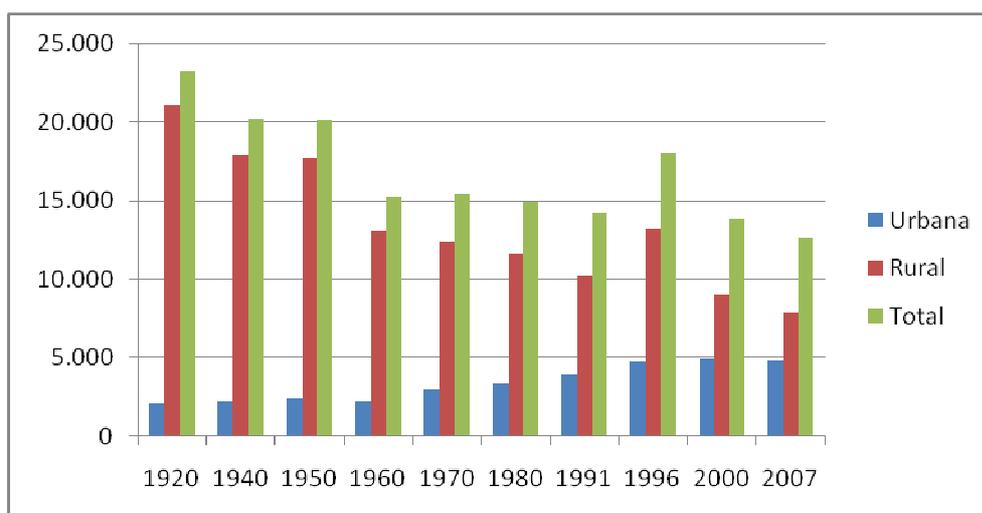


Gráfico 3: População Residente

Fonte: Censos Demográficos (1920- 2000) e Contagem da População (1996 e 2007).

Ano	Principais ocorrências	Legislação
1832	O povoado é elevado à freguesia com o nome de São José do Xopotó.	Lei Estadual nº 2 de 14-07-1832
1890	Desmembrado de Piranga e elevado à categoria de vila com o nome de Alto Rio Doce.	Decreto Estadual nº 26 de 07-03-1890
1892	Elevado à condição de cidade com a mesma denominação anterior.	Lei Estadual nº 23 de 25-05-1892
1911	O município é constituído de 3 distritos: Alto Rio Doce, Dores do Turvo e São Caetano do Xopotó.	–
1923	Alto Rio Doce adquire do município de Barbacena o distrito de São Domingos de Monte Alegre.	Lei Estadual nº 843, de 07-09-1923
1933	O município é constituído de 4 distritos: Alto Rio Doce, Dores do Turvo, São Caetano do Xopotó e São Domingos de Monte Alegre.	–
1938	Criado o distrito de Abreus e anexado a Alto Rio Doce. Distrito de Dores do Turvo se desmembra de Alto Rio Doce. O distrito de São Caetano do Xopotó passa a chamar-se Cipotânea e o distrito de São Domingos de Monte Alegre altera-se para São Domingos.	Lei Estadual nº 148, de 17-12-1938
1939-1943	O município é constituído de 4 distritos: Alto do Rio Doce, Abreus, Cipotânea (ex-São Caetano do Xopotó) e São Domingos (ex-São Domingos de Monte Alegre).	–
1943	O distrito de São Domingos passa a se chamar Missionários.	Lei Estadual nº 1058, de 31-12-1943
1944-1948	O município é constituído de 4 distritos: Alto do Rio Doce, Abreus, Cipotânea e Missionários (ex-São Domingos).	–
1953	Desmembra do município de Alto Rio Doce o distrito de Cipotânea, elevado à categoria de município.	Lei Estadual nº 1039, de 12-12-1953
1955	O município é constituído de 3 distritos: Alto do Rio Doce, Abreus e Missionários.	–
1962	É criado o distrito de Vitorinos e anexado ao município de Alto Rio Doce.	Lei Estadual nº 2764, de 30-12-1962
1963-2007	O município é constituído de 4 distritos: Alto Rio Doce, Abreus, Missionários e Vitorinos.	–

Quadro 5 - Histórico de formação político- administrativa de Alto Rio Doce-MG

Em 1980, a população rural (11.628) apresentava-se superior à população urbana (3.331). Uma década depois, permanece um desequilíbrio entre a população urbana (3.959) e a população rural (10.201). No ano de 2000 a população total era de 13.858 habitantes, sendo a população urbana (4.912) aproximadamente duas vezes menor do que o número de moradores da zona rural (8.946).

A população residente no ano de 2007 era de 12.657 habitantes, segundo a Contagem da População pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A redução da população rural praticamente em todo o período analisado também está relacionada ao fato de que Alto Rio Doce possui um índice de desenvolvimento humano baixo conforme classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Embora a população rural tenha se mantido até o último recenseamento superior à urbana, desde 1970 ela vem perdendo espaço, seguindo as estatísticas do Brasil e de Minas Gerais.

5.4 Perfil econômico e setores produtivos

A economia do município é baseada na agricultura. No que diz respeito à produção agrícola, referindo-se ao setor primário da economia, a lavoura de cana-de-açúcar apresentou uma produção de 31.500 toneladas. Contudo a área plantada desta lavoura foi de 450 ha, mostrando-se mais rentável que o feijão e o milho, com 1.560 e 13.650 toneladas colhidas e uma área plantada referente a 2.300 e 3.900 ha, respectivamente (gráficos 5 e 6).

O arroz em casca encerra uma dinâmica de plantio pertinente à do milho e feijão. Em uma área plantada de 190 ha, a quantidade produzida, ou colhida, correspondeu a 456 toneladas. Dentre as lavouras permanentes destacam-se a banana, com uma produção de 80 ton. e o café em grãos, com 48 ton. produzidas (IBGE, 2008).

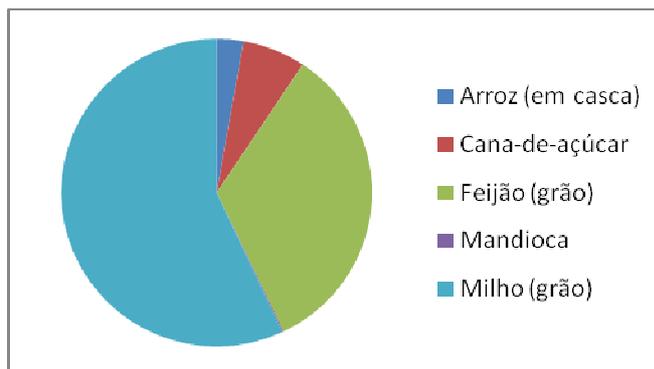


Gráfico 4: Lavoura temporária, área plantada.
Fonte: IBGE, 2008.

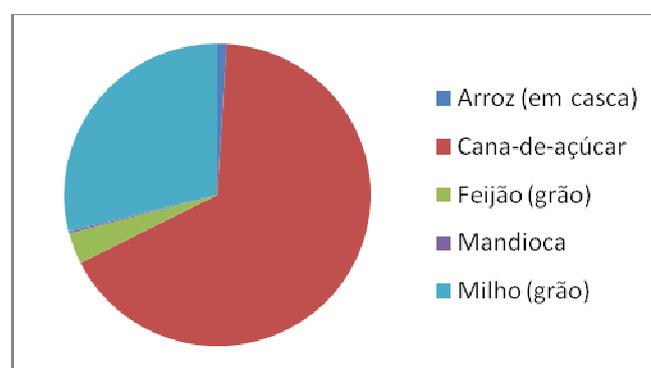


Gráfico 5: Lavoura temporária, quantidade produzida.
Fonte: IBGE, 2008.

A pecuária está relacionada, no município, a um arranjo agroindustrial, sendo destaque a produção leiteira. Existe uma cooperativa local que recolhe o leite nas estradas ou nos tanquinhos espalhados por todo o território, refrigera e distribui em comércio local e intermunicipal, basicamente. A criação de gado abrange 44% da pecuária, seguida pelas galinhas (26%), galos e frangos (16%). Suínos, eqüinos e caprinos perfazem os 14% restantes.

Lenha, madeira em tora e carvão compõem a extração vegetal e silvicultura com uma arrecadação de R\$11.000,00, R\$33.000,00 e R\$2.844,00, nesta ordem. Evidencia-se desde os últimos dois anos a exploração de cascalho no município. O destino do mineral é a CBCC – Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio, localizada no município de Santos Dumont, onde o cascalho é beneficiado, destinando-se à produção de acetileno, plásticos e produtos siderúrgicos nobres. Além disso, a exploração tem participação nas

obras do ProAcesso²⁴, no trecho de Barbacena a Cipotânea, passando pelos municípios de Desterro do Melo e Alto Rio Doce.

O valor adicionado do PIB em 2007 para o setor de serviços, especificamente, foi de R\$33.541, acompanhando a tendência de crescimento deste setor em Minas Gerais e no Brasil. Em contrapartida, a Indústria neste município não acompanhou a mesma evolução, detendo um valor adicionado de R\$6.075,00. De modo geral, percebe-se que a ocupação na atividade industrial, representando o setor secundário da economia, é menos expressiva.

Enquanto o setor terciário emprega 675 pessoas, o setor agropecuário detém 3.948 pessoas, dentre homens e mulheres, confirmando a principal característica da economia. O comércio movimenta, de forma concentrada, toda a área correspondente ao distrito Sede. Apresenta-se bastante diversificado, com supermercados, mercearias, padarias, banco, lotérica, bares, restaurantes, hotéis e lojas em geral.

5.5 Infra-estrutura básica e de apoio ao turismo

Alto Rio Doce possui como instrumentos de gestão o Código de Posturas (1973) cujo Código Sanitário encontra-se contido no mesmo, Lei Orgânica (1997), Código de Obras (2001) e Código Tributário (2003). São inexistentes, portanto, o Plano Diretor Municipal e o Plano de Manejo da unidade de conservação criada.

Em relação ao abastecimento de água, dos 3.467 domicílios registrados no Censo de 2000, somente 42% deles é abastecido pela rede geral, 51% possui poço ou nascente própria e os demais possuem outras formas de abastecimento. A coleta pública dos resíduos sólidos atende a cerca de 30% dos domicílios e 46% dos mesmos queimam o lixo. Os 24% de domicílios restantes dispõem seus resíduos em cursos d'água, em terrenos baldios ou enterram, causando prejuízos ao meio ambiente.

O sistema de comunicação é formado por dois jornais locais e uma rádio FM, além dos canais de televisão aberta. O município conta também com uma agência dos correios e telefonia fixa e móvel. Apesar de sua importância e além de representar um grande avanço

²⁴ O ProAcesso faz parte de um conjunto de ações do governo de Minas que visam melhorar a infraestrutura de todas as regiões do estado, diminuindo as diferenças regionais e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios mais carentes. Disponível em <http://www.transportes.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes-de-governo/proacesso.html>, acessado em dezembro de 2009.

no âmbito das telecomunicações, a telefonia móvel perde vez para os serviços prestados pela rádio comunitária local. Este veículo de informação é o mais utilizado para o atendimento de toda a zona rural do município.

No quesito saúde pública, existem sete estabelecimentos municipais, todos atendendo pelo SUS. Desses sete, dois deles atendem às emergências e um deles à internação, com um total de vinte e seis leitos em todo o território municipal. Há um posto do PSF (Programa de Saúde da Família) e um laboratório particular. Contudo, há carências em serviços especializados e precariedade no atendimento à população rural o que determina a busca por estes serviços em outras cidades, principalmente Barbacena.

A segurança pública é equipada com uma unidade policial da Cia 117ª da Polícia Militar designada pelo 9º Batalhão de Polícia Militar (13ª Região), uma Polícia Militar Ambiental e uma Delegacia da Polícia Civil (cadeia pública). Durante os dias normais, há patrulhamento preventivo e o policiamento é lançado conforme as necessidades cotidianas. Há policiamento nas escolas, no terminal rodoviário, na área comercial, além dos distritos rurais em regime de escala. Em feriados prolongados e durante os festejos tradicionais, a segurança municipal conta com reforços do 9º Batalhão além de um plano tático complementar que norteia as atividades dos policiais.

6 ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS

A seguir serão analisados alguns aspectos que compõem a atratividade de Alto Rio Doce buscando traçar um retrato do espaço rural a partir da análise da paisagem nos aglomerados, nas pequenas propriedades e fazendas do século XIX e nos caminhos rurais. Os atrativos foram avaliados e hierarquizados de acordo com os formulários de Pesquisa da Oferta Turística do MTUR.

Como já visto anteriormente, o espaço rural do município estudado é formado por três distritos além da sede, e por cerca de 40 aglomerados rurais. Para que os aglomerados fossem contemplados em uma análise conjunta, retalhou-se o território em áreas de influência conforme a localização e importância turística, subdividindo-o em: distrito Sede, os demais distritos Abreus, Vitorinos e Missionários, e os aglomerados rurais Arco Verde, Valverde e Brejaúba.

6.1 Distrito Sede

O distrito Sede de Alto Rio Doce (figura 4) foi analisado do ponto de vista da valorização do patrimônio existente, como um elemento favorável ao desenvolvimento turístico no território. Priorizaram-se elementos que compõem os principais atrativos culturais da zona urbana, como as arquiteturas religiosas e civis.

O acervo da zona urbana conta com inúmeras edificações correspondentes ao final do século XIX e início do XX, pelo menos até as décadas de 50 e 60. Alguns edifícios acompanharam a elevação da freguesia de São José do Xopotó a município de Alto Rio Doce, em 1890, ao desenvolvimento comercial e a formação de um novo núcleo de desenvolvimento urbano junto ao Rosário e, alguns anos mais tarde, junto ao centro comercial no Caxangá.

A Capela Nossa Senhora do Rosário (figura 5) foi tombada, por seu valor histórico e arquitetônico, pelo decreto 2.253 do ano de 2006, ficando o bem sujeito às normas de proteção do patrimônio cultural do município. Localizada na Praça do Rosário (figura 6), o

templo é o mais antigo do município, datado de 1894, caracterizando um exemplar arquitetônico com inspirações neoclássicas na ornamentação da fachada principal.

No início do século XX a cidade de Alto Rio Doce recebeu seus principais prédios públicos. A Câmara de Vereadores construída em 1920 encontra-se localizada junto à atual Praça Levindo Gomes Barbosa (figura 8). Neste edifício funcionou até 1954 o Grupo Escolar (figura 7) e, atualmente, funciona uma mercearia. A Escola Municipal Raul Soares e o Hospital, datados de 1927, encontram-se em bom estado de conservação assim como o Fórum, construído em 1930.

Há uma Casa de Cultura municipal cujo responsável pela mesma conseguiu reunir, num espaço-tempo de aproximadamente cinco gerações, um acervo documental composto por fotografias, jornais, manuscritos políticos, além de diversos objetos como móveis conservados, maquinário de costura, tecidos, material literário, e muitas outras relíquias. A Casa de Cultura é aberta ao público e corresponde a um dos principais atrativos culturais do distrito Sede, juntamente à biblioteca municipal, anexa ao mesmo prédio.

Além disso, o distrito Sede conta com um calendário cultural agitado durante todo o ano. De janeiro a dezembro, além dos feriados e festejos marcados pelo calendário religioso, são tradicionais os blocos do feriado de Carnaval (figura 9), as festas juninas, a exposição agropecuária e torneio leiteiro no mês de Julho e a Festa do Peão de Boiadeiro, em agosto.



Figura 4: Igreja Matriz de São José
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 5 : Capela Nossa Senhora do Rosário
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 6: Praça do Rosário
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 8: Centro Comercial Caxangá
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 7: Grupo Escolar Raul Soares
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 9: Bloco da Burrinha
Fonte: Arquivo Pessoal

6.2 Abreus

O distrito de Abreus (figura 10), localizado na porção leste de Alto Rio Doce, foi criado em 1938 e possui 142 km² de área, limitando-se com Dolores do Turvo, Mercês, Cipotânea, Brás Pires e com o distrito Sede. Sua população em 1991 era composta por 2.486 habitantes, tendo um decréscimo em 11%, de acordo com o Censo de 2000.

Na porção norte do distrito, nos limites com Cipotânea, encontra-se a Serra de São Bento (figura 11). A altitude do topo é de 942 m, onde se eleva um cruzeiro em madeira braúna datado de 1894. O local é tradicionalmente utilizado para fins religiosos e, atualmente, apresenta-se como um atrativo natural com potencial para o turismo de

aventura. A cachoeira de São Bento é outro atrativo natural e localiza-se às margens do caminho que dá acesso ao cruzeiro e ao topo da serra.

Banal, Coivaras, Pintos e Ribeirão São Joaquim compõem uma faixa de altitudes que variam de 820 a 1360 m. Várias quedas d'água atravessam os caminhos de acesso a esses aglomerados e as montanhas constituem o principal atrativo natural.



Figura 10: Panorama do distrito de Abreus
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 12: Construção de alambique, Coivaras
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 11: Vista da Serra de São Bento
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 13: Festa da Cachaça: marcas expostas em barracas
Fonte: Arquivo de Lúcio Flávio



Figura 14: Apresentação do grupo de Congados Mirins de Abreus
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 15: Condições da estrada de Alto Rio Doce a Abreus
Fonte: Arquivo pessoal

Os aglomerados rurais conhecidos por Morro da Samambaia, Morro da Mandioca, Gambás e São Dimas têm em comum o fato de abrigarem em suas matas próximas aos caminhos, ainda bastante conservadas, diversas espécies de aves. Há potencial para a observação de aves silvestres como faisão, seriemas, inhambus, dentre outros.

Os canaviais espalhados por diversas fazendas e o reflorestamento de eucalipto essencialmente nos limites com os municípios de Dolores do Turvo e Mercês caracterizam o uso da terra no distrito. Embora a cana de açúcar ainda seja a atividade agrícola predominante, outros usos vêm ganhando importância crescente neste distrito, o que, na maior parte dos casos, vem ocorrendo em áreas antes ocupadas com esta mesma cultura.

A Cachaça de Abreus (figuras 12 e 13) é conhecida pela tradição e qualidade, características marcantes da boa aguardente mineira, sendo apreciada por pessoas de diversos lugares do país e do exterior. O modo de produção é totalmente artesanal, com fermentação natural proveniente da própria cana de açúcar ou pelo acréscimo de fubá à garapa.

Atualmente Abreus possui vinte e três produtores de cachaça, mas apenas treze deles expõem seu produto no Festival da Cachaça. Realizado pelos próprios produtores todos os anos no mês de Junho, desde 1999, o festival tem como objetivo principal mostrar aos visitantes a qualidade da aguardente.

O evento ocorre durante três dias e é responsável por um fluxo turístico principalmente de parentes e amigos dos residentes de todo o município. A hospedagem ocorre em casas de família, entretanto a comunidade deve se planejar para o recebimento

de número maior de pessoas devido ao grande movimento de divulgação da festa pela Associação dos Produtores de Cachaça.

Outros festejos religiosos compõem o calendário de comemorações neste distrito. São tradicionais a festa do padroeiro São Sebastião, com a participação da procissão e bênção dos cavaleiros, a Festa do Divino e a festa do Rosário (figura 14).

Em termos de infra-estrutura, a qualidade da estrada que liga a Sede do município a Abreus encontra-se razoável, com boa sinalização (figura 15). Apesar de ser estrada de chão, há manutenção constante na mesma com maquinário e pessoal especializado, principalmente em épocas chuvosas. O transporte público para este distrito conta com uma linha regular de ônibus convencional que parte de e para Barbacena duas vezes ao dia, uma pela manhã e outra à tarde, passando por Alto Rio Doce. O valor da passagem até Barbacena é R\$17,00 e até Alto Rio Doce, R\$3,50 por pessoa.

6.3 Missionários e Vitorinos

Estes dois distritos (figuras 16 e 17) encontram-se localizados na porção noroeste de Alto Rio Doce. Missionários, antes denominado São Domingos do Monte Alegre, foi adquirido do município de Barbacena em 1.923, sendo o distrito mais antigo no território municipal. Vitorinos, antigamente denominado Santo Antônio da Vargem Grande, pertenceu a Rio Espera, Senhora dos Remédios e Barbacena, sendo incorporado ao território como distrito em 1962.

A população de Missionários em 1991 era de 1.336 habitantes, reduzindo-se para 1.308 no ano 2.000. Contraditoriamente, a população de Vitorinos aumentou em cerca de 12% no mesmo período. Se em 1991 a população somava 2.041 habitantes, este número subiu para 2.302 habitantes (IBGE, 2.000).

A proximidade de Vitorinos a Senhora dos Remédios, distante 4 Km por rodovia pavimentada, é um dos principais motivos do aumento populacional, melhorando a comunicação e facilitando o acesso ao comércio, banco, instituições de saúde, dentre outros. Muito embora este distrito pertença territorialmente a Alto Rio Doce, a população do mesmo é dependente do município limítrofe em termos da utilização de serviços públicos e privados.

Os principais atrativos naturais nestes distritos são as corredeiras Vista Alegre, em Missionários, e a corredeira de Vitorinos, como é conhecida. Além dessas, incluem-se a

corredeira Amorzinho e a corredeira do Funil no Sobrado, nas proximidades de Missionário. As mesmas inserem-se numa faixa hipsométrica com altitudes variando entre 340 e 771 m. Os aglomerados Condé, Couras, Três Barras e Boa vista (figuras 18 e 19) localizam-se em altitudes mais elevadas e têm potencial como mirante.

Os atrativos culturais são abundantes, destacando-se as edificações históricas, como a fazenda Vista Alegre, nas Três Barras, e as fazendas da Chácara e do Fumo no Cajanga (figuras 20 e 21), além da arquitetura dos templos religiosos. O “saber-fazer” também é um atrativo, destacando-se a produção de doces e quitandas nos aglomerados rurais Córrego da Égua, Marianos e Chácara dos Beneditos.

A estrada que dá acesso desde a Sede até Missionários e Vitorinos é municipal e possui muitos impedimentos em períodos chuvosos. A prefeitura é responsável por mantê-la transitável e há uma linha de ônibus diariamente, nos dois sentidos, com valor individual de aproximadamente R\$4,00 até Vitorinos e R\$3,00 até Missionários.



Figura 16: Paróquia de São Domingos, Missionários.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 18: Campinho da Boa Vista
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 17: Paróquia de Santo Antônio, Vitorinos.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 19: Vista do alto das Três Barras
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 20: Fazenda do Fumo, Cajanga
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 21: Fazenda da Chácara, Cajanga
Fonte: Arquivo pessoal

6.4 Arco Verde e Valverde

Arco Verde e Valverde são aglomerados rurais formados a partir do estabelecimento de ranchos pelos tropeiros que seguiam a caminho de Mercês, nos fins do século XIX e início do século XX. Atualmente, estes aglomerados possuem características culturais importantes para o desenvolvimento do turismo, principalmente em relação à produção associada.

Ambos os aglomerados estão localizados na porção sul do município, limitando-se com Mercês e Desterro do Melo e, ao contrário de Valverde, Arco Verde encontra-se inserido nos limites da APA. Enquanto a distância entre Alto Rio Doce e Arco Verde é de 18 km, para o Valverde são 16 km.

Em Arco Verde, a paisagem percebida em campo e através de imagens de satélite é uma paisagem carregada de signos de pastagem. Essas avançam sobre as encostas antes ocupadas por florestas estacionais e pequenas unidades de produção agrícola. Há uma bacia leiteira consolidada e os produtores têm no leite seu principal sustento. O leite é recolhido nas encruzilhadas e/ou armazenados em certas propriedades que possuem refrigeradores, denominados “tanquinhos”. Os derivados, como o queijo, o requeijão e os doces são comercializados entre as famílias e os viajantes em uma venda local (figura 22).

A estrada até o Valverde (figura 23) mostrou-se muito promissora em termos do potencial das mulheres para a produção de doces e artesanato, dentre outros saberes, percebidos durante os percursos em campo. Há confecção de tapetes e colchas em retalhos, aproveitamento de sacos de linhagem para a confecção de tapetes em ponto-cruz, pintura em tecidos, panos para pratos com acabamento em crochê, dentre outros (figuras 24, 25 e 26). No Amorins, um grupo familiar produz tijolos artesanais utilizando-se de tração animal para amassar o barro. A olaria (figura 27) é específica para a fabricação de tijolos que são comercializados na própria comunidade. O artesanato de tijolos emprega todos os homens de uma família, num total de cinco.

A condição das estradas para estes aglomerados rurais é boa. São estradas naturalmente pavimentadas por um cascalho mais fino, o que impede grandes erosões e lamaçal em períodos chuvosos. Há um horário em linha de transporte regular que realiza o percurso de Alto Rio Doce ao Arco Verde três vezes por semana. A passagem custa R\$3,00 por pessoa.



Figura 22: Queijo “cavalinho” na venda de Arco Verde

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 25: Aproveitamento do jeans em colcha de retalhos.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 23: Vista do Valverde

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 26: Pintura de tecidos

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 24: Tapetes em retalhos e bordados em sacos de linhagem.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 27: Olaria tradicional

Fonte: Arquivo pessoal

6.5 Brejaúba

A bacia do rio Brejaúba recebe as águas dos ribeirões e córregos: da Vaca, Boa Vista, Pombal, Indaiá e Três Barras. Tem seu curso nos distritos de Vitorinos e Missionários e sua foz no Rio Xopotó, já no Município de Cipotânea.

Localizado na porção norte do município, o aglomerado rural denominado Brejaúba faz divisa com os municípios de Rio Espera e Cipotânea. Em termos de ocupação histórica do município, o rio Brejaúba, afluente do Xopotó, representou um dos principais vetores do povoamento local, desde o extremo norte na divisa com Rio Espera. As fazendas mais antigas foram pioneiras na ocupação do termo de São José, tendo Guarapiranga como ponto de partida em meados do século XVIII.

A Brejaúba reúne características muito significativas do ponto de vista histórico-cultural. As edificações arquitetônicas autênticas do século XIX, as parcelas de terra notavelmente extensas ainda que partilhadas em inventários de família e a forma de utilização das terras comprovam a riqueza em bens materiais que este aglomerado representou e ainda representa, em termos de cultura, para o município.

Próximo à Brejaúba há uma comunidade formada unicamente pela família de sobrenome Bernardes (figuras 28 e 29). É formada por sete irmãos, chefes de suas famílias, com suas moradias distribuídas em uma mesma parcela de terra. As mulheres e alguns homens da família vivem em função do artesanato que produzem a partir da palha do milho e da taquara, além da pintura em cabaças (figuras 30 a 32).

A taquara usada é retirada da mata e desfiada em tiras com aproximadamente três centímetros de largura. Trançada artesanalmente produz balaios, gaiolas, esteiras, peneiras e cestos. As peneiras são usadas para escolher feijão, abanar arroz e os cestos para baldear o milho em casca.

Outros moradores dos aglomerados rurais Coelhos, Pombal e Morro Grande também trabalham com a palha do milho. São confeccionados desde pequenos balaios e cestos até calçados, bonecas e tapetes. A estrada até a Brejaúba (figura 33) é a que possui melhor manutenção em todo o município, com um funcionário em tempo integral. Uma linha de ônibus atende o aglomerado diariamente em um único horário, sendo cobrado o valor de R\$3,00 por pessoa.



Figura 28: Gaiola artesanal
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 31: Artesanato em palha
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 29: Crianças da comunidade
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 32: Artesanato em taquara
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 30: Pintura em cabaças
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 33: Manutenção da estrada, Brejaúba
Fonte: Arquivo pessoal

6.6 Propriedades rurais

Para dar continuidade à idéia da interpretação das paisagens enquanto um recurso de aproveitamento turístico cabe aqui caracterizar as propriedades pertencentes ao espaço rural com foco em sua estrutura e no modo de vida dos habitantes. Com isso, essa compreensão da ruralidade presente na pequena propriedade e nas fazendas que compõem as médias é crucial à interpretação turística.

Neste sentido, de um total de 1.818 imóveis rurais distribuídos em Alto Rio Doce há somente vinte e um imóveis que correspondem à média propriedade. Os demais imóveis possuem até quatro módulos, sendo classificados como pequena propriedade. Dentre as pequenas propriedades (mapa 4), a menor delas é detentora de uma área de 0,24 hectares e a maior possui 109 hectares²⁵.

A maioria das médias propriedades (mapa 5) foi construída ao longo do século XIX e compõe, no total, 1% das propriedades rurais do município. Dispersas em território municipal, ao mesmo tempo em que oferecem características comuns, revelam particularidades que as individualizam.

O espaço rural pesquisado possui características baseadas numa forma de produção familiar, se analisada a organização da atividade econômica da família que não contrata mão de obra externa à sua propriedade. Esta dispõe de meios de produção e, na maioria das vezes, é obrigada a trabalhar em ofícios não necessariamente agrícolas para complementar sua renda.

Para Wanderley (1995), “a família como proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Isto traz reflexos lógicos ao seu modo de agir na sociedade sob forma de integração à sociedade global, mas conservando sua autonomia e originalidade. O fato de dispor de poucos recursos restringe a melhoria de sua estrutura produtiva, sendo determinantes suas relações internas e externas.

A relação interna remete, consideravelmente, ao número de membros da família (quadro 9), ao relacionamento entre os mesmos e à organização do trabalho cotidiano, de maneira geral. Já a relação com fatores externos transmitem laços de solidariedade com a vizinhança em ambiente familiar, a participação em festas religiosas e a sociabilidade que as mesmas invocam.

²⁵ Conforme dados disponibilizados pelo Siat, referentes ao cadastramento de 2008.

As trocas mercantis dos excedentes de produção também permeiam tais relações. Sejam as trocas de ovos por leite, feijão por arroz, café, e vice-versa, assim como o empréstimo de tempo e mão-de-obra em mutirões destinados a construir, plantar ou mesmo festejar em meio rural.

Assim, embora o agricultor produza com base na família ele possui particularidades que o diferencia dentro do conjunto maior da agricultura familiar e que estariam ligadas não apenas aos objetivos da atividade econômica, mas também, às experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global.

Entretanto, há uma lógica e organização interna que relaciona a terra disponível com os demais meios de produção e a disponibilidade da força de trabalho familiar com as necessidades de subsistência da família. Desta forma, o número da família além do sexo e faixa etária dos membros caracteriza toda a organização produtiva e dita as regras quanto ao tipo e quantidade de produção em cada estabelecimento.

Situação do domicílio	Ano	
	1991	2000
Urbana	3,92	3,58
Rural	4,45	4,16

Quadro 6: Média de moradores por domicílio
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

No território estudado, a maior parte da produção do milho, por exemplo, advém de pequenas propriedades. O milho é utilizado para alimentação de aves de terreiro e do gado caipira e também na despesa pessoal, sendo processado nas propriedades. Contudo, nada se perde na pequena propriedade. O sabugo é utilizado como combustível para aquecimento dos fogões à lenha e a palha é usada para fazer artesanato.

Entretanto, as atividades dentro da propriedade não estão ligadas apenas ao objetivo de sobrevivência no presente, mas as relações no interior da família buscam também o sustento das futuras gerações. A especificidade de seu sistema de produção e a importância

dada à constituição do patrimônio familiar atribui à própria organização do trabalho uma diversidade de competências.

Serviços mais pesados como plantar, capinar e colher o milho são feitos pelos homens. As mulheres da família cuidam da criação de animais domésticos e da limpeza e roçada ao redor da casa. Ambos trabalham por todo o dia e outra fonte de renda é o aluguel de máquinas rústicas: o moinho de pedra faz o fubá e o pilão movido a diesel faz o processamento do milho²⁶, o farelo e a massa para a fabricação da farinha de beiju²⁷.

Para Chayanov (1974) a força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade. O tamanho da família reflete o número de consumidores e possui relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Os reflexos do número de componentes da família também podem ser observados no tamanho da terra e na estrutura da moradia.

A pequena propriedade, assim, é composta por uma paisagem natural e cultural variada dada a diversidade de funções organizadas em seu interior. Os ofícios “extrarurais” não substituem, mas complementam o trabalho campal, denotando multifuncionalidade a este espaço. Analisando-se o pequeno proprietário, tais funcionalidades podem ser percebidas se analisadas as produções associadas aos artesãos, às doceiras, às quitandeiras, dentre outros.

As diversas funções propostas inseridas cada vez mais ao meio rural são resultado direto de relações entre o sistema de produção agrícola e os ecossistemas que o rodeiam. O turismo vem aproveitando cada vez mais destas funções uma vez que as mesmas estão relacionadas com diversos âmbitos: o *social*, no que diz respeito à inclusão, melhores condições de vida e emprego e o *ambiental* resulta de todos os problemas ambientais causados pela agricultura intensiva e mecanizada.

O aspecto *patrimonial* está relacionado à importância na manutenção, reprodução e diversificação das espécies nativas da região, a concepção *estética* diz respeito à diversidade de paisagem enquanto elemento essencial do patrimônio social e base do desenvolvimento do turismo, tendo a própria agricultura um papel fundamental na

²⁶ Trata-se da variedade branca, do milho “canjica”.

²⁷ Na fabricação da farinha de beiju, o grão do milho é despelado e fica armazenado na água por dez dias, depois é socado. O pó, ainda úmido, é peneirado e depois vai para a chapa quente até ficar bem torrado. A produção da farinha de beiju é serviço das mulheres.

manutenção e diversificação desta paisagem. Além destas funções, o aspecto *recreativo e pedagógico* relaciona-se a uma nova concepção de atividade da agricultura e, por último, a *função alimentar*, sendo que a diversificação da produção assegura uma estabilidade econômica.

Desta forma, segundo Oliveira (2003) “(...) o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e pecuária.” Foi, neste sentido, que buscou-se traçar as principais características do espaço rural em questão, discutindo-se as relações internas e externas nas propriedades concomitantemente à oferta turística que este espaço proporciona.

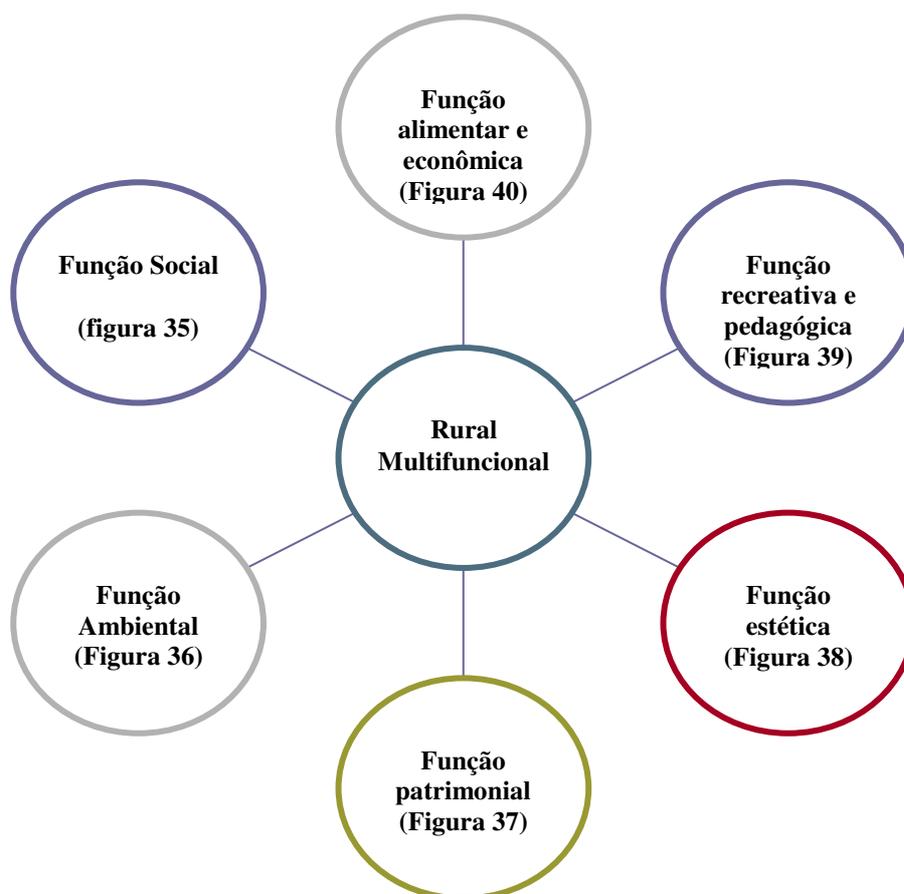


Figura 34: Fluxograma da Multifuncionalidade do Espaço Rural
Fonte: Adaptado do relatório LEADER II, Portugal (1994-1999).



Figura 34: Artesãos de tijolos

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 37: Cores da terra arada

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 35 Placa de proibição à caça

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 38: Descida do rio Xopotó

Fonte: Arquivo de Rodrigo Abreu



Figura 36: Ruínas de uma roda d'água

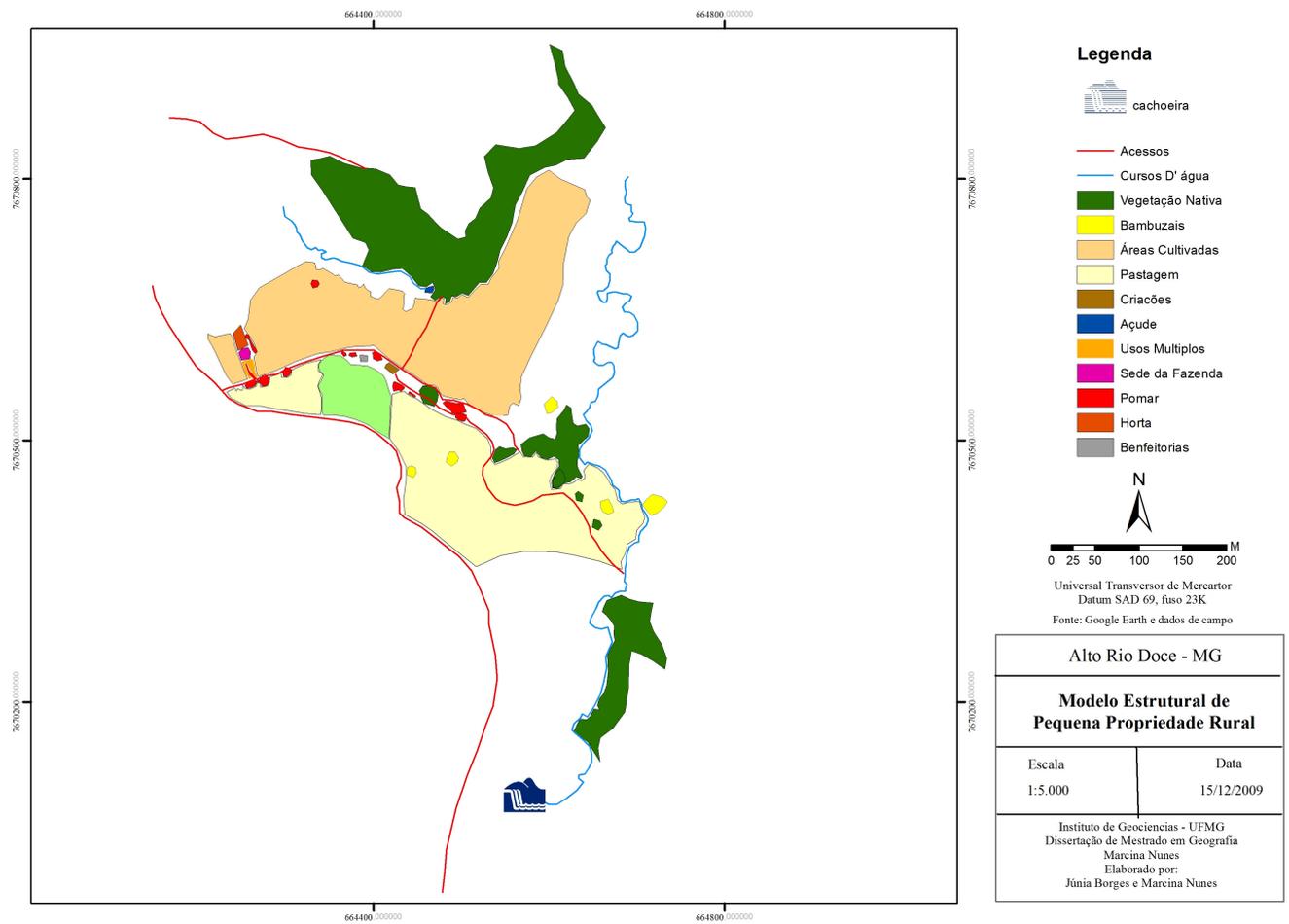
Fonte: Arquivo pessoal



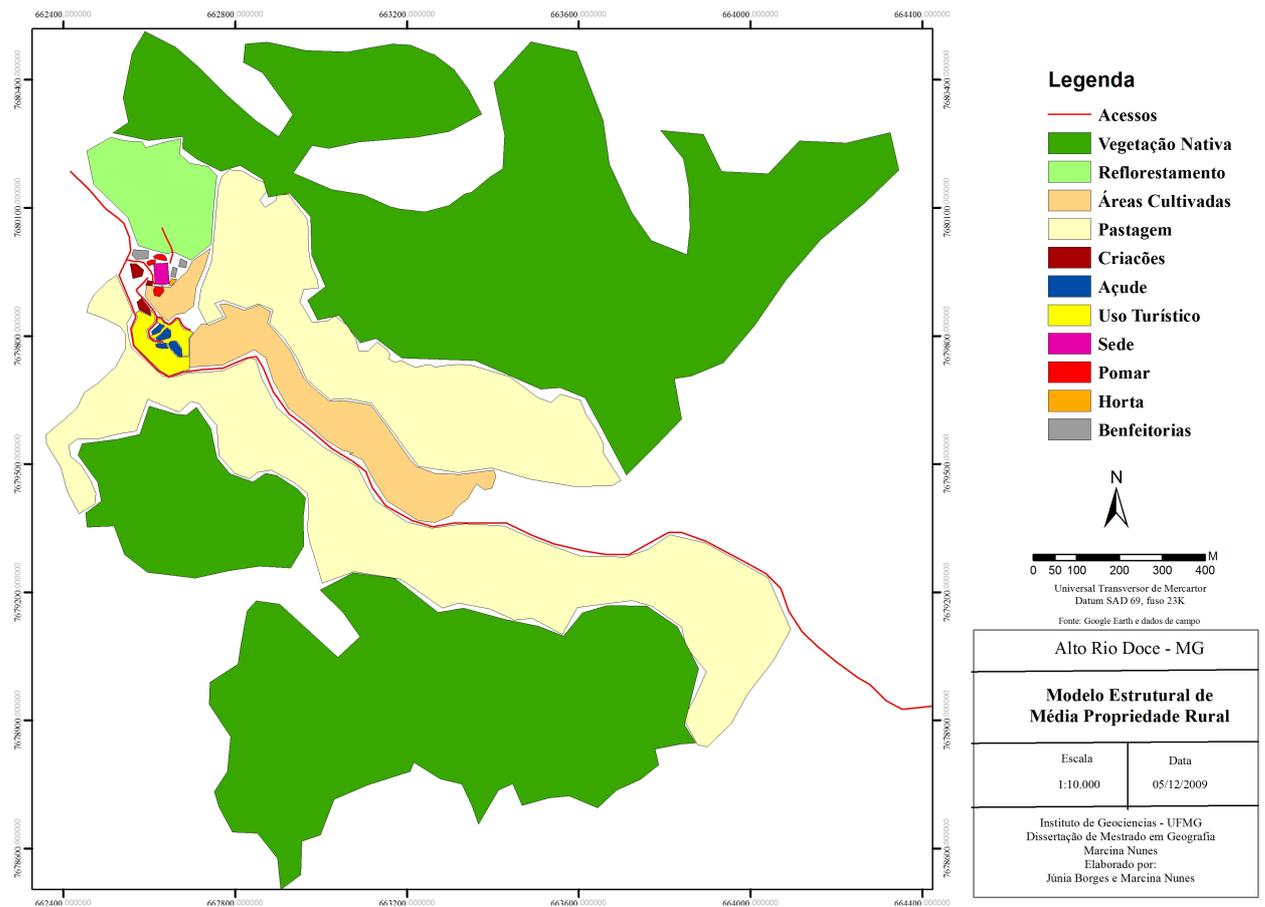
Figura 39: Horta em pequena propriedade

Fonte: Arquivo pessoal

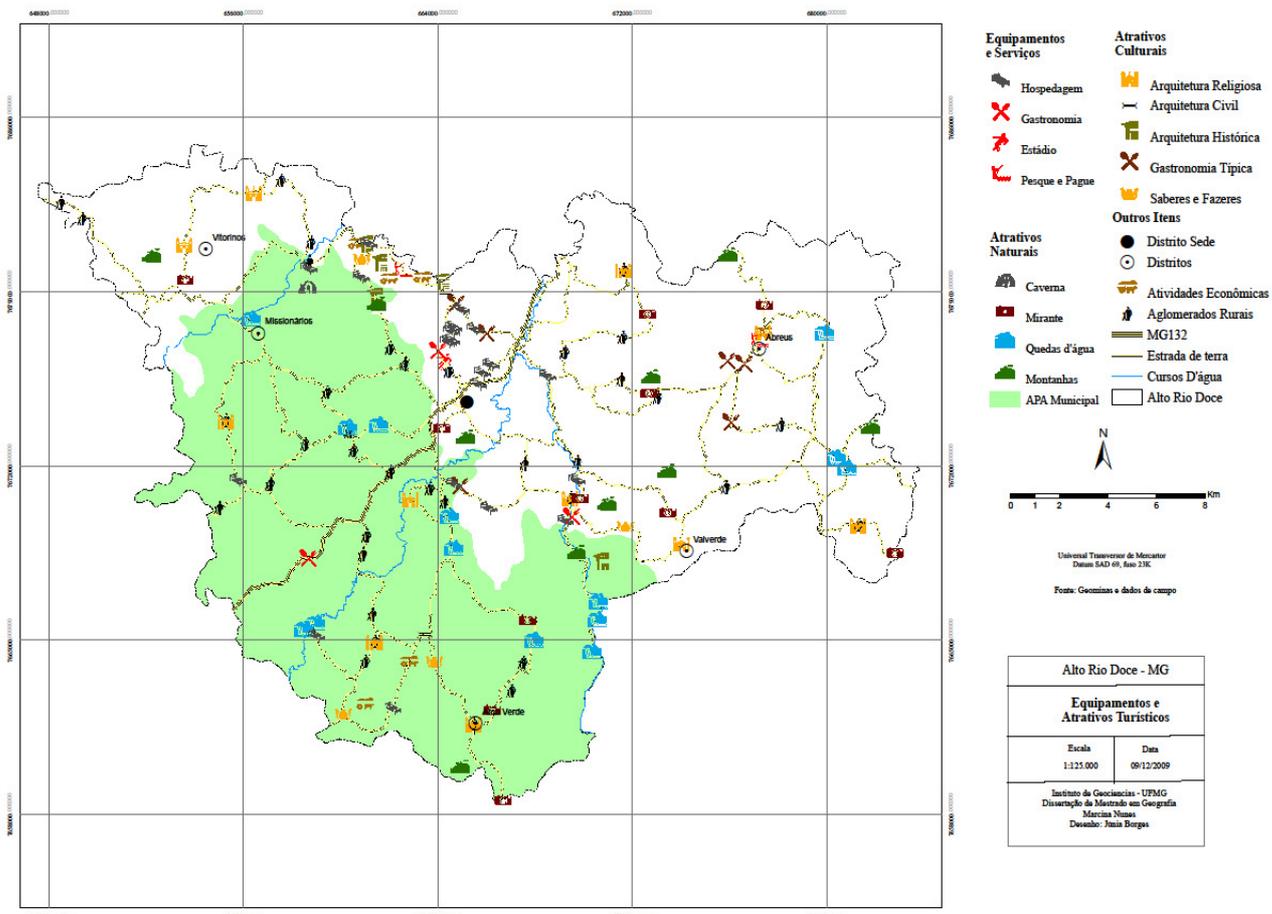
Mapa 4: Modelo de Pequena Propriedade



Mapa 5: Modelo de Média Propriedade



Mapa 6: Equipamentos e atrativos turísticos



7 ELABORAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS ESPECÍFICOS

7.1 O caminho rural Córrego das Laranjeiras

Tendo em vista as possibilidades de aproveitamento turístico dos caminhos históricos percorridos pelas tropas elaborou-se o perfil topográfico do caminho rural Córrego das Laranjeiras. Este caminho representou antigamente a principal via de comunicação entre o município e os trilhos da EFCB, no ramal de Mercês, além da possibilidade de escoamento de mercadorias através das comitivas de tropa.

Desde a construção da nova estrada para o município de Mercês na década de 1960, tal caminho foi entregue ao esquecimento pela “inutilidade” que, desde então, apresenta à população. Em contextos diferentes enquanto o caminho foi crucial para o comércio nas primeiras décadas do século XX, o mesmo não permaneceu notório até os dias de hoje.

Para chegar ao início da antiga passagem para Mercês deve-se partir da igreja Matriz em direção à ponte do Contrato (1 km) e seguir o caminho para o aglomerado rural denominado Sapé por cerca de 7 km. Antes deste aglomerado, nas proximidades de Bom Jardim, tomar à direita a encruzilhada para a localidade denominada Garrincha, por mais 5 km.

A 1000m do início do caminho, trecho ora conhecido pelo nome de Garrincha, ergue-se uma figueira preservada, ainda, da ação do tempo e do homem. A árvore centenária situa-se ao lado das ruínas de um rancho de pouso dos tropeiros e serviu de abrigo a muitos transeuntes que por ali passavam.

Seus troncos serviam de assento à noite, no momento do canto e da fogueira. Por outro lado, sua copa densa proporcionava ótima sombra durante o dia. Suas sementes são amplamente disseminadas por aves e macacos e a espécie é muito utilizada em todo o território para a arborização nos espaços rurais.

Além dessas atribuições, a figueira é um testemunho, signo da paragem dos homens no passado e no presente. A seu pé, estão enclausurados muitos cantos e contos de todos que ali pararam para desfrutar de boa sombra e descanso. É um signo relevante do caminho das tropas pelo córrego Laranjeiras e, sem ele, a paisagem esboçada pelo homem ao longo dos anos não seria a mesma.

A figueira é um ponto pelo qual se pode abarcar a visão da cobertura vegetal de algumas colinas circundantes, dos aspectos do caminho abandonado pela memória da população e do trecho desde sua localização até as corredeiras dos “pilões de pedra”.

O caminho antigo até Mercês é estreito e há presença de muitas folhagens, diversas vezes intactas, concomitante à ausência de marcas de rodas e pneus no chão. Dada a raridade de moradias²⁸, os signos no chão sugerem que não há manutenção pública constante do trecho devido o mesmo não ser utilizado pela população.

Situada junto à metade do caminho que compõe o perfil encontra-se a cachoeira do Pilão a 800 m de altitude. Notou-se que a mesma sempre foi muito temida pela população local e, portanto, muito pouco freqüentada por apresentar muitas depressões, daí ser conhecida popularmente pelo nome de “Pilão”.

Durante as cheias de verão o córrego Laranjeiras se transforma em grandes massas de água e sedimentos com enorme poder erosivo, principalmente seixos e areia. Neste sentido, as vibrações causadas pela turbulência da água e o choque de sedimentos alargam e aprofundam os “pilões” que, na geografia, são conhecidos como “marmitas”. O fenômeno fluvial é denominado cavitação e “[...] ocorre somente sob condições de velocidades elevadas da água, quando as variações de pressão sobre as paredes do canal facilitam a fragmentação das rochas” (CHRISTOFOLETTI, 1980: 74).

Da cachoeira do Pilão pode-se admirar o curso do córrego Laranjeiras à jusante até sua planície onde se encontra a figueira, compondo a paisagem do rancho de paragem. A área circundante a esta cachoeira é privada apesar de estar localizada num raio de 3 m do caminho.

Distante 13 km do distrito Sede, o Garrincha foi uma localidade praticamente exclusiva da ação de caçadores de animais silvestres pelo menos até a década de 60. Com a criação da Lei 5197²⁹ de 1967 que regulamentou a proteção à fauna, grande parte da mata nativa foi regenerada e preservada desde então, propiciando a reprodução de algumas espécies de aves e roedores principalmente ao longo do vale do córrego Laranjeiras.

²⁸ Existem poucas residências ao longo do caminho. Uma delas, em pau-a-pique, abriga uma família de cinco membros. O meio de transporte dessa família se resume em uma bicicleta. Outras três residências em alvenaria encontram-se abandonadas

²⁹ Seu artigo 1º dispõe: “Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5197.htm (Acessado em 17/05/2009)

Seguindo-se aproximadamente 1,5 km a partir da primeira cachoeira ao longo do caminho é possível vislumbrar o leito do córrego com boa parte da mata ciliar preservada. A umidade do ar neste trecho proporciona frescor e o local se tornou abrigo de inhambus e seriemas, dentre outras aves. Acompanhando-se o curso do córrego à montante, em direção ao limite territorial do município, é possível encontrar signos de grandes roedores. No local, há placas informativas proibindo a caça de animais silvestres e aves, incluindo a pesca.

Próximo aos limites territoriais, distante 5,5 km do início do caminho dos tropeiros no passado, existem “novas picadas” abertas para o tráfego de caminhões de carvão, fugitivos da legalidade. Similar a outras localidades que compõem limites territoriais neste município, a divisa com Mercês pelo caminho antigo, antes demarcado pelo Córrego das Laranjeiras e hoje por eucaliptais, apresenta um grave problema ambiental.

O plantio excessivo e desordenado de eucaliptos no local visa o comércio carvoeiro em grande escala. Antes de burlar as leis ambientais, a abertura de passagens para os caminhões de carvão impacta os pastos cultivados e as criações bovinas, uma vez que ocorre em terras privadas e devolutas. As dezenas de fornos de carvão contrastam com a paisagem à jusante do córrego desde o início do caminho nos arredores do Garrincha.

Imersa na zona de reflorestamento há uma cachoeira, denominada cachoeira da Divisa, totalmente impactada pelo cultivo no entorno. A 800 m de altitude, não apresenta condições à balneabilidade ou outra utilização para lazer apesar da queda possuir notável beleza cênica.

A inutilidade do caminho pela população causa o desconhecimento das atividades praticadas no mesmo, ficando à mercê as leis ambientais e de uso e ocupação do solo ao longo do córrego e do caminho, simultaneamente. A atividade turística planejada no local contribuirá para uma melhor organização espacial no quesito do uso e ocupação do solo, preservando os topos de morro e a nascente do córrego Laranjeiras.

A extrema divisa, representada como o último ponto do perfil, apresenta um contexto desfavorável do ponto de vista ecológico, devido à situação de impacto ambiental. O reflorestamento deve ser ordenado para garantir a preservação do córrego.

Do ponto de vista cultural, há outro impedimento. Se tomado como ponto de partida todo o legado histórico e sócio-cultural que as tropas deixaram para a população torna-se intolerante a abertura de “novas picadas”. Estes traçados, muito frequentes nos

pastos servem a interesse estritamente individual com vistas ao comércio de carvão, neste caso praticado por habitante do município vizinho.

Sendo assim, a construção do perfil deste caminho leva em consideração os seus usos no passado numa tentativa de esboçar nova significação e funcionalidade ao antigo caminho para Mercês, denotando novas utilidades públicas hoje. Sua adesão enquanto roteiro turístico ecológico e cultural contribui para a preservação das espécies de flora e fauna, constantes em florestas semidecíduas, além da bagagem de histórias antigas dos tropeiros que compõem o acervo de cultura do município.

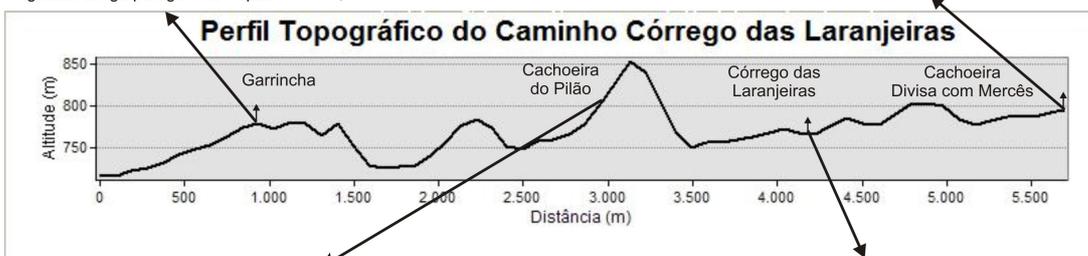
As picadas e trilhas, abertas com a passagem de tropas, “[...] desempenharam papel importante porque contribuíram para a integração econômica, política, social e mesmo cultural dos sertões que cortavam” (MARTINS, 1998: 25). Os primeiros ranchos de pouso apareceram ao longo destes caminhos e foram precursores de fazendas e povoados que se ergueram no município com o passar do tempo.

Atualmente a importância deste caminho está vinculada à preservação da APA que compõe a paisagem material do município, representada pelas nascentes, topos de morro, vida silvestre e presença humana. Compõem a paisagem imaterial todo o significado histórico das tropas e seu legado enquanto componente cultural da comunidade autóctone.

Mapa 7: Perfil Topográfico do Caminho Rural Córrego das Laranjeiras



Figueira: antiga paragem de tropas Aspectos do caminho Cachoeira da Divisa Impactos na Divisa



Corredeiras do Pilão Passagem pelas corredeiras Córrego das Laranjeiras Aspectos da mata ciliar

7.2 O caminho rural para Brejaúba

Nesse período, as doações de datas e sesmarias foram responsáveis por um novo sentido dado ao sertão e garantiram sua efetiva ocupação. Das cartas de 1710 a 1822 constam as concedidas a personagens históricos, todas às margens do Caminho Novo. A distribuição prossegue na segunda metade do século, na região da serra de São Geraldo, vertendo para o Turvo, afluente do Piranga, e nas vertentes do Xopotó, afluente do Pomba³⁰.

Através do sistema de sesmarias foram legalizadas posses de terras onde se implantaram as primeiras fazendas. Para obter a terra, o requerente devia comprovar condições de cultivá-la, assegurando-se dessa forma, o direito de propriedade. Desempenharam papel relevante no povoamento de extensas áreas e além do colonizador ter de produzir alimentos para a própria subsistência, a construção do abrigo foi também tarefa dele.

O estabelecimento das fazendas representou papel significativo, tanto de ordem econômica, social e política quanto étnica e demográfica. Ao mesmo tempo em que as minas decaíam, as fazendas contribuíam para a sobrevivência de aglomerados nas áreas de mineração. (MARTINS, 1998: 24). A dedicação exclusiva à agropecuária em grandes extensões de terra relacionou-se à inexistência aurífera na região da mata. As primeiras fazendas objetivaram a auto-suficiência e, gradativamente, aumentaram sua área de atuação abastecendo o Rio de Janeiro através de intermediários.

A disposição das habitações no aglomerado rural denominado Brejaúba deu ao “habitat” certa linearidade, acompanhando o curso do rio de mesmo nome, sendo as mesmas construídas nas meias encostas baixas e nos terraços fluviais, protegidas de inundações.

³⁰ Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XII, pag. 595.. Ofliam José, Visconde do Rio Branco – Notas para a sua História, Itatiaia, Belo Horizonte, 1958, pags. 25 a 27.

A instalação próxima às águas correntes atendeu melhor às necessidades alimentares e higiênicas de forma que o homem ficou a salvo de problemas acarretados pelas chuvas. Habitou-se neste aglomerado, visualmente passível de observação e interpretação, deixar as encostas para o café e para o gado e as grandes vargens para o plantio de cereais e cana-de-açúcar. Neste sentido, as estradas e os caminhos foram traçados pelas partes baixas da encosta acompanhando quase sempre os vales e procurando interflúvios nos pontos menos íngremes, contribuindo para manter as características primitivas do “habitat”.

As estruturas rurais foram analisadas externa e internamente. Externamente, analisaram-se os fatores que influenciaram a escolha do local para a construção habitacional assim como a funcionalidade e disposição de benfeitorias, pomares, hortas e terreiro. Os usos de toda a área da propriedade também foram categorizados em cultivo, reflorestamento e pastagem. Internamente, analisou-se a funcionalidade e disposição dos cômodos sem riqueza de detalhes. Procurou-se estabelecer o número da família, suas relações entre si e com a sociedade circunvizinha.

O perfil topográfico do Caminho para a Brejaúba (mapa 8) tem início no primeiro km, partindo da ponte dos Barbosas, assim denominada. O aglomerado rural encontra-se na porção norte do município, a cerca de 8 km do distrito Sede. Nos primeiros 3 km do percurso é possível observar os aspectos que remontam a qualidade do caminho, muito bem conservado por sinal.

As cercas acompanham o traçado linear do rio Brejaúba. As fazendas e suas sedes, após a ação corrosiva do tempo e das intempéries, são signos de várias partilhas provenientes de um mesmo tronco familiar. Essa característica parece adequar-se a praticamente todas as sedes de fazendas da Brejaúba, indicando uma particularidade na distribuição das terras.

A primeira propriedade de relevante interesse turístico é a fazenda Cachoeira Linda. Assim, o levantamento arquitetônico da sede e da situação do complexo agrário além dos depósitos serviu para traçar o modo de vida no passado e no presente. Os açudes compõem uma pequena estrutura de lazer assim como a própria sede da fazenda.

A sede designa um primeiro ponto de paragem do caminho Brejaúba, nos primeiros 3 km. Predomina junto às suas estruturas superiores o telhado quatro águas e pequena varanda projetada para frente com telhado contínuo ao corpo da casa. A função das varandas nas fazendas parece ser apenas a de proteger a porta de entrada principal,

inclusive dos animais de terreiro. Há uma pequena escada à frente da varanda, necessária devido à elevação da casa em relação ao nível do solo.

A casa possui dezoito cômodos além de amplo porão usado na armazenagem de pequenos implementos agrícolas e colheita de cereais. Suas benfeitorias resumem-se atualmente em uma madeireira situada no lado esquerdo do trilho que dá acesso à sede, e um paiol anexado à coberta para carros de boi, na lateral esquerda da sede.

A baixada onde foi construída a sede da fazenda se estende ornada com diversas árvores. Destaca-se próximo ao curral um grande Angico que sombreia a entrada principal da propriedade, sustentando várias parasitas em tons brancos e roxos. Copas de mangueiras e jaboticabeiras arredondadas compõem a variedade verde da paisagem circundante.

Além do curral, a propriedade conta ainda com pocilga e galinheiro. O terreiro é a área de convivência social tanto dos animais, quanto dos empregados e moradores. Convivem juntos os “cães de caça”, cuja função é proteger a casa e informar a presença de estranhos, aves em geral como patos, perus, gansos, galinhas além de faisões e jacus, não raros nas matas que acompanham este perfil.

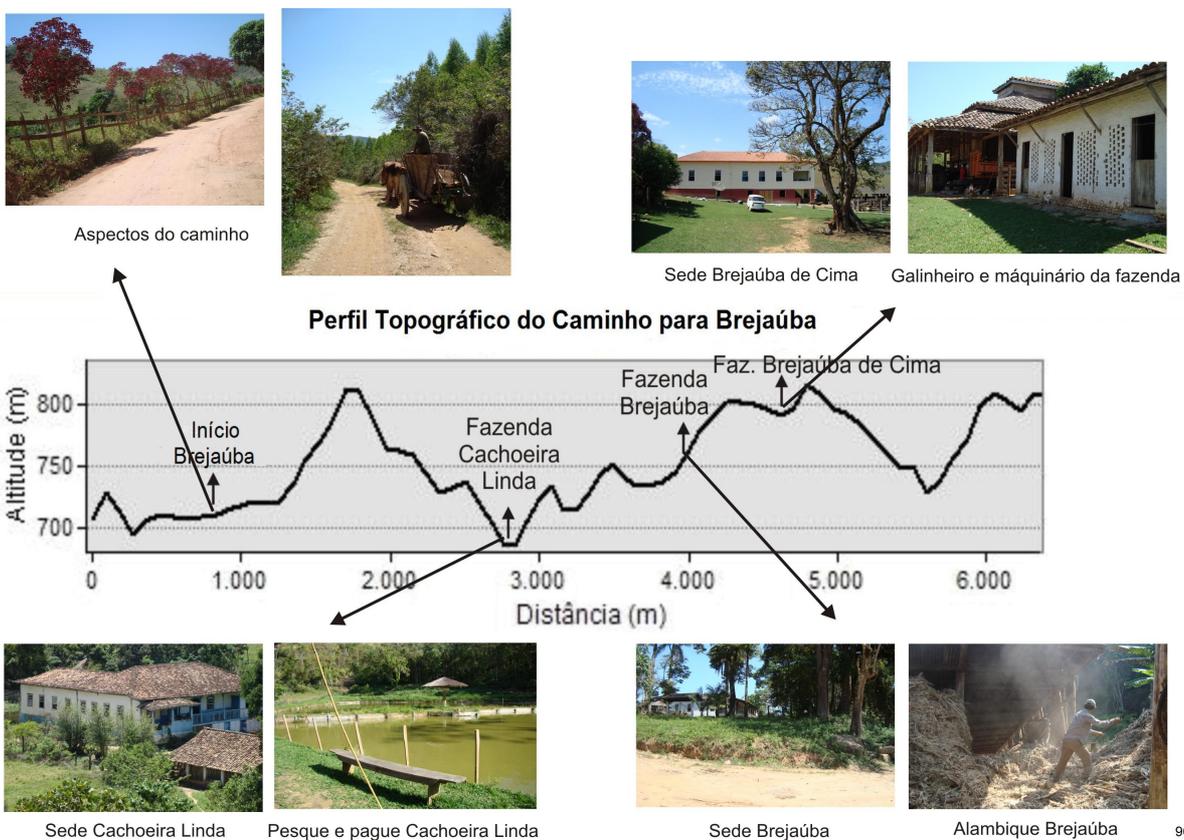
Somente uma herdeira vive nesta propriedade. D. Nia já recebeu grupos da maioria em alguns finais de semana, servindo lanches e refeições para os visitantes. Além disso, foram construídos quatro açudes para fins de pesca e lazer, além de uma infraestrutura básica com lanchonete e sanitários para o atendimento ao visitante de final de semana, advindos principalmente do distrito Sede³¹.

A fazenda Brejaúba representa um segundo ponto de paragem, cerca de 1,5 km mais à frente. As muitas curvas existentes no caminho impedem a visão de uma propriedade à outra. Inicialmente, essa fazenda era formada por grande extensão de terra e, com as sucessivas divisões para atender a direitos de herança sua sede encontra-se em completo abandono.

Neste sentido, a principal motivação nos trabalhos de campo nesta localidade foi evitar que o patrimônio material e imaterial presente na mesma desapareçam desta paisagem rural, uma vez que compuseram o processo civilizatório que originou este município na Zona da Mata mineira. As construções arquitetônicas marcam o pioneirismo rural no termo de São José do Xopotó, atual Alto Rio Doce, e a penetração do homem em local desconhecido.

³¹ A demanda de visitantes foi informada em depoimento pela proprietária.

Mapa 8: Perfil Topográfico do Caminho Brejaúba



8 LEVANTAMENTO DE ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DOS ROTEIROS

Depois de feito o levantamento dos equipamentos e atrativos seguido da elaboração dos roteiros turísticos específicos foram lançados alguns passos que poderão viabilizar sua implantação. Levou-se em consideração a análise do envolvimento dos atores e suas competências, a avaliação e hierarquização dos equipamentos e atrativos turísticos, a análise do mercado e pesquisa da demanda, a identificação dos possíveis impactos sócio-culturais, ambientais e econômicos, qualificação dos serviços turísticos e promoção turística.

8.1 Envolvimento e competências dos atores

É importante, no processo de elaboração de roteiros turísticos, identificar os principais atores envolvidos com o desenvolvimento da atividade turística do território que se pretende explorar. A sensibilização e mobilização da iniciativa privada, poder público, terceiro setor e sociedade civil é imprescindível para a disseminação de informações referentes à roteirização e à formação de redes de cooperação entre os atores.

Desde a criação da ONG Estrada de Terra, entidade responsável pela criação do circuito turístico em 1999, diversas ações foram promovidas a fim de mobilizar a população do município para as informações e conceitos referentes à criação da associação que comporia o circuito. A participação de pessoas vinculadas ao comércio local, como donos de hotéis e restaurantes, componentes de associações e sindicato dos produtores, políticos da região, estudantes de turismo e sociedade civil foi muito relevante, pelo menos quando, ainda, o circuito era criado.

O interesse das prefeituras mineiras em relação ao fomento da atividade turística nos municípios tem sido relevante, principalmente desde a promulgação da lei estadual nº 18.030 de 12 de janeiro de 2009. Esta lei dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Também chamada lei “Robin Hood” ou simplesmente “ICMS Solidário”, a mesma possui como objetivos descentralizar a distribuição da cota-parte do ICMS, incentivar a aplicação de recursos

municipais e induzir os municípios a um aumento de arrecadação criando parcerias com o estado.

De acordo com o artigo 9º “Os valores decorrentes da aplicação dos percentuais relativos ao critério "turismo" (...) serão destinados aos Municípios com base na relação percentual entre o índice de investimento em turismo do Município e o somatório dos índices de investimento em turismo de todos os Municípios do Estado, fornecida pela Secretaria de Estado de Turismo (...)”, sendo que o percentual para o critério turismo a partir do exercício de 2011 é de 0,10.

Entretanto, alguns critérios determinam a dinâmica de distribuição da cota-parte dos recursos de ICMS turístico nos municípios. Para se habilitar à participação no critério “turismo” o município deve integrar o Programa de Regionalização do Turismo da SETUR/MG, ou seja, deve estar associado a um circuito turístico, deve também elaborar uma política municipal de turismo com a constituição de um Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo.

Desde a promulgação desta lei, alguns grupos de atores encontram-se diretamente envolvidos com o turismo no território pesquisado e suas competências foram, assim, designadas conforme o Programa Nacional de Regionalização do Turismo de 2007, seguido pela política estadual de turismo. No primeiro grupo encontra-se o poder público representado pela SETUR/MG e prefeitura municipal. Cabe ao estado disponibilizar o material didático desenvolvido pelo MTUR para a elaboração de roteiros, articular ações entre as instituições governamentais e não-governamentais, monitorar e avaliar o processo de roteirização e apoiar sua promoção e divulgação.

Não há Secretaria de Turismo no município pesquisado e suas principais ações encontram-se vinculadas à Secretaria de Cultura. São competências desta, neste caso, mobilizar os agentes locais para a participação no processo, levantar e disponibilizar informações atualizadas sobre o município, zelar pela infra-estrutura turística e de apoio ao turismo, além de ordenar a atividade turística em âmbito municipal.

Em junho de 2009, Alto Rio Doce sediou a cerimônia de certificação da Associação do Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce pela SETUR/MG iniciando uma fase de concretização de todos os critérios estabelecidos pela Lei 18.030. Após a certificação, uma parceria com a UFMG responsabilizou-se pelo inventário da oferta turística de todos os municípios componentes do circuito.

Com o programa de regionalização do turismo em Minas Gerais, os Circuitos Turísticos são contemplados pela SETUR/MG com sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e de melhoria do serviço turístico. As ações da Secretaria de Estado de Turismo, dentro da política de fortalecimento dessas associações incluem ainda sensibilização, mobilização, elaboração de plano estratégico de desenvolvimento, roteirização até a promoção do destino turístico.

Outro importante grupo de atores identificado é o da iniciativa privada, seja ela relacionada diretamente à atividade turística ou não. Este grupo é representado pelos donos de restaurantes, bares, meios de hospedagem, meios de transporte, agências de viagens e turismo e representantes do comércio de maneira geral. É importante que a iniciativa privada fortaleça seus produtos e serviços pela melhoria da qualidade dos mesmos além de promover e comercializar os roteiros turísticos.

A Associação do Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce, a organização não-governamental “Estrada de Terra” e a Associação dos Produtores de Cachaça do distrito de Abreus compõem outro grupo. O circuito deve fornecer apoio técnico à elaboração dos roteiros e promover a integração e mobilização dos agentes. A ONG “Estrada de Terra” foi a responsável pela criação do circuito há cerca de dez anos atrás. Desde então a entidade contribui ao fomento de ações para a promoção da cultura além de estimular a qualificação e valorização de produtos e serviços associados ao turismo, como o artesanato, a produção de doces caseiros, queijos e aguardente.

A Associação dos Produtores de Cachaça de Abreus é responsável pela idealização do Festival da Cachaça em Abreus. É um importante parceiro porque promove a produção da aguardente artesanal associada à atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento do turismo no município.

A população geral ainda não se sensibilizou com o planejamento do turismo muito provavelmente devido à carência de informações pelo circuito e poder público local. Entretanto, espera-se que as próximas ações da equipe que compõe a associação do circuito sejam a divulgação de informações a partir de diálogos em reuniões, além dos esforços para a mobilização e sensibilização desta população.

O envolvimento dos órgãos públicos com a ACTNRD é bem intenso, assim como a proximidade entre os membros da organização não-governamental com os membros do circuito e com a associação dos produtores de cachaça. Esta associação também possui estreitas relações com a prefeitura e com a população do município. Entretanto, não se

pode dizer o mesmo das relações entre população e prefeitura, pois a intensidade do relacionamento entre estes atores é fraca. O mesmo ocorre entre os empresários do setor turístico e o comércio em geral, conforme se pôde constatar na pesquisa de campo.

Por outro lado, destacam-se alguns parceiros importantes como o SENAR e o SEBRAE, que vêm contribuindo com ações educativas para o turismo além de promover a capacitação de recursos humanos e empresariais. A empresa Carol Motta Produções Ltda, que norteia a captação de investimentos, a Actio Engenharia Turística, assim como a Emater e a rede Pronaf que apóiam a elaboração de roteiros e fomentam ações de fortalecimento da cultura e produção de artesanato.

Cada ator possui interesses diversos em relação ao estabelecimento da atividade turística no município. A população rural, por exemplo, quer o reconhecimento de sua cultura e das atividades que praticam no cotidiano, melhorando a qualidade de vida. O circuito quer promover o destino turístico através das parcerias estabelecidas com a SETUR/MG. O dono do estabelecimento de hospedagem quer aumentar sua renda, mas para isso terá de melhorar a qualidade de seus serviços.

Enfim, cada ator possui variadas representações que refletem sejam nos aspectos sociais, econômicos, culturais ou políticos. A mobilização para a implantação dos roteiros deve apresentar uma forma articulada entre os mesmos porque esses atores vão ditar a ordem e a dinâmica do território em relação à atividade turística no mesmo.

8.2 Avaliação e hierarquização dos equipamentos e atrativos

O potencial turístico do território analisado está atrelado, basicamente, à principal atividade econômica atuante no mesmo. A agricultura foi a responsável, desde o período colonial, por esboçar o tamanho de cada núcleo familiar e, portanto, a estrutura das sedes de fazendas e sua própria arquitetura. O município possui vocação para o turismo cultural inserido no espaço rural além do turismo de aventura e natureza.

O caminho rural que dá acesso desde a sede até o aglomerado da Brejaúba guarda uma composição variada de atrativos culturais, distribuídos em arquitetura histórica, civil e saberes e fazeres. Cada signo espelhado na paisagem revela uma atratividade e, juntos, conformam o roteiro turístico. Na propriedade Cachoeira Linda é possível observar as

atividades realizadas no cotidiano da fazenda e praticar a pesca esportiva. Há infraestrutura básica para atendimento ao público composta por sanitário e restaurante.

A fazenda Brejaúba, apesar de deter questões relativas a inventário de família, mantém ativa a produção de café e aguardente. A cafeicultura assim como a criação de suínos já foi muito expressiva nesta propriedade. Os funcionários, no entanto, guardam muitas histórias que podem ser compartilhadas organizando-se visitas ao cafezal. Há três alambiques na propriedade que produzem cerca de 1.000 L de aguardente por dia. Poderia haver visita para conhecer o processo de produção da aguardente, desde o plantio da cana-de-açúcar.

Por outro lado, o turismo rural pode ser atrelado a outras atividades como caminhada, ciclismo, cavalgada, e ao próprio turismo pedagógico, principalmente em relação à educação ambiental para todas as faixas etárias. Na fazenda Brejaúba de Cima há uma excelente estrutura de serviços de hospedagem. Há uma caverna nesta propriedade, distante cerca de trinta minutos a cavalo. Escavações datadas de 1940 revelaram a existência de artefatos atribuídos aos indígenas que habitaram a região. A caverna representa um atrativo natural e um passeio a cavalo pode ser organizado, fomentando o leque de serviços oferecidos pela propriedade.

Os saberes e fazeres se destacam enquanto importantes produções que, associados à atividade turística, tornam-se capazes de ampliar a oferta de serviços, melhorando sua qualidade. Estão distribuídos em todo o território, destacando-se os aglomerados Siqueiras e Brejaúba com o artesanato em palha, Arco Verde e Valverde com a fabricação de queijos e confecção de tapetes e colchas de retalhos, Missionários com o trabalho de reciclagem de jornais, Angicos com a olaria de tijolos, Sobrado com a fabricação de doces de frutas e quitandas e Abreus com a fabricação de aguardente artesanal.

Alguns atrativos naturais encontram-se distribuídos em todo o território e têm potencial para o aproveitamento turístico. Na localidade denominada Garrinchas exibem-se diversas corredeiras a uma altitude de 800 m. A Serra de São Bento em Abreus, os aglomerados de Três Barras e Boa Vista têm potencial como mirantes por estarem localizados em faixas de altitudes entre 820 e 1.360 m.

A Área de Proteção Ambiental, por si só, representa um importante atrativo não somente natural como estabelece a metodologia proposta pelo Ministério do Turismo, mas um potencial para o turismo pedagógico frente às questões que envolvem a conformidade de impactos que os diferentes usos impõem.

8.3 Análise do mercado, segmentação e pesquisa da demanda

Com base nos itens anteriores dá-se continuidade ao levantamento de ações para a implantação de roteiros turísticos no município estudado. Uma gestão eficiente de recursos turísticos deve ser precedida de um estudo de mercado, tendo em vista a análise das oportunidades existentes nas cidades de entorno e naquelas que compõem o circuito turístico Nascentes do Rio Doce.

Acompanhando a trajetória de crescimento do turismo rural em Minas Gerais, distinguem-se algumas propriedades notáveis para este segmento dentre os municípios que compõem o circuito. Por exemplo, a pousada Senhora dos Remédios localizada em município limítrofe de mesmo nome, possui represa para pesca, oferece passeios de bicicleta e caminhadas ecológicas. Há uma demanda maior de turistas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, adultos, e o preço médio da diária para casal com pensão completa é de R\$180,00³².

Em Carandaí, também componente do circuito, há o empreendimento “Estalagem Fazenda Lazer”, muito procurado para eventos empresariais e por famílias nos finais de semana. São oferecidos alguns atrativos diferenciados como rodas de viola e leite ao pé da vaca. O valor para casal no fim de semana é de R\$495,00, incluindo café da manhã, almoço e jantar³³.

O Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce possui um roteiro de ciclismo já consolidado há doze anos que abrange a maioria dos municípios, inclusive Alto Rio Doce. Em 2009, cerca de oitenta ciclistas participaram da trajetória que compõe o roteiro que inclui três dias e duas pernoites com refeições, veículo de apoio, guias especializados e seguro contra acidentes pessoais. A prioridade estabelecida na ocasião da criação deste roteiro foi a divulgação da paisagem dos municípios e aglomerados rurais que compõem o circuito.

Apesar de não haver pesquisa da demanda turística em nenhum município do circuito, as atratividades sazonais e a identificação da demanda em outros empreendimentos sinalizam as oportunidades, muito embora não substituam tal estudo e

³² As informações deste estabelecimento foram colhidas diretamente com a proprietária em junho de 2009.

³³ Dados retirados do site <http://www.estalagemfazendalazer.com.br>. Acessado em dezembro de 2009.

sua importância para a implantação de novos roteiros. O roteiro de cicloturismo denominado “Bike Cana” em 2009, contou com uma demanda de crianças, jovens e adultos, divididos entre ciclistas amadores e profissionais. A maioria dos turistas participantes foi de cidades do entorno, como Barbacena, Juiz de Fora, Viçosa, Conselheiro Lafaiete e Ubá. Contudo, a publicidade “boca a boca” ganhou outras localidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e o valor do roteiro variou entre R\$350,00 e R\$800,00.

Os roteiros turísticos propostos precisam da viabilização de uma pesquisa da demanda turística no município, periodicamente, durante os principais eventos como o carnaval, a exposição agropecuária e torneio leiteiro e a festa do peão. Conhecer o perfil da demanda, portanto, é uma estratégia para os gestores públicos e privados promoverem as vendas do produto turístico.

Na estruturação de produtos e elaboração de roteiros, a identidade dada a cada roteiro determina o reconhecimento de sua vocação turística, levando em consideração os aspectos da oferta. Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos em função da oferta e da demanda, de modo a caracterizar segmentos turísticos específicos (BRASIL, 2007:31).

8.4 Identificação dos possíveis impactos

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou seqüência de eventos, provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras (RUSCHMANN, 1993). Assim, a otimização de um plano municipal de turismo pode facilitar a tomada de decisões dos gestores públicos e reduzir o maior número possível de impactos negativos que o turismo pode causar.

A comercialização turística do destino deve preceder de uma melhor estruturação do mesmo através da melhoria da qualidade dos serviços públicos. Um aproveitamento melhor dos recursos para a implantação dos roteiros deve levar em conta a combinação do baixo custo do destino, se comparado ao mercado regional, aliado à melhoria da infraestrutura de acesso através da pavimentação da MG-132 que liga Desterro do Melo a Alto Rio Doce.

A acessibilidade tornou-se ímpar na discussão sobre o turismo em Alto Rio Doce. A via de acesso principal ao município está praticamente toda pavimentada, com a presença de sinalização de trânsito e turística por todo o trecho desde Barbacena, facilitando o transporte público e privado de passageiros.

Por outro lado, a acessibilidade facilitada pode levar a uma ampla urbanização do território. Alguns impactos sócio-econômicos como a especulação imobiliária do espaço rural e a substituição de benfeitorias por equipamentos turísticos podem se tornar uma constante. O planejamento do turismo através da implantação dos roteiros deve priorizar as atividades rurais da forma como as mesmas ocorrem. O turismo é um componente do espaço rural multifuncional e deve ser uma atividade complementar a este espaço, sem substituí-lo.

As construções desordenadas ao longo dos caminhos de terra e a carência de sinalização tanto de trânsito quanto turística colaboram à obstrução da paisagem e provoca caos na circulação. A gestão municipal deve aproveitar a ocasião de parcerias com a Setur para investir na manutenção das estradas e dos caminhos rurais, na sinalização de trânsito e turística, inclusive na sinalização interpretativa que chama a atenção do visitante.

Em termos de impacto cultural, notou-se, paralelamente às pesquisas de campo, que as pessoas “de fora” que visitam parentes e amigos na zona rural têm um olhar sobre a paisagem diferente daqueles que ali habitam. Por mais que o habitante autóctone possua o

sentimento de pertencer àquele espaço rural, o mesmo o identifica apenas como habitat e objeto de sua subsistência. Ao contrário, o visitante o percebe para praticar o ócio e se encantar com o cenário.

Neste mesmo contexto, os valores e ensinamentos perpetuados de geração a geração muitas vezes são interiorizados porque os habitantes rurais não os valorizam a ponto de exteriorizá-los. Isso se tornou relevante porque é base para a vivência do visitante e, na maioria das vezes, o modo de vida envolvido pela cultura é motivo principal da viagem e do aumento da permanência de turistas em determinado destino. A elaboração dos roteiros torna-se uma oportunidade para o resgate e valorização da cultura e da história das pessoas que vivem no espaço rural do município.

A principal motivação dos trabalhos de campo foi evitar que a paisagem enquanto patrimônio material e imaterial desapareça da memória da população rural. As construções arquitetônicas da Brejaúba, por exemplo, marcam o pioneirismo rural e a penetração do homem em local desconhecido neste município. Implantar roteiros turísticos que abordem tais temas contribui para a preservação do patrimônio edificado como a arquitetura religiosa e civil.

O reflorestamento desordenado no Caminho Rural Córrego das Laranjeiras, como já mencionado, representa uma limitação à implantação deste roteiro devido o mesmo estar inserido na área abrangida pela unidade de conservação. Ou seja, embora exista a lei de criação da unidade de conservação municipal, o plano de manejo da APA não foi criado dentro do prazo de cinco anos após a criação da mesma.

O plano de manejo é um instrumento norteador das atividades a serem desenvolvidas na unidade e na sua zona de amortecimento e é definido no capítulo I, Art. 2º - XVII da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000 que estabelece o SNUC, como “um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Por estes motivos, entende-se que a implantação dos roteiros pode influenciar na construção de um Plano de Manejo nesta APA. O turismo pode contribuir para ordenar os usos dentro de seus limites e a implantação do roteiro no Córrego das Laranjeiras colabora com a fiscalização ambiental das nascentes do córrego e dos topos de morro.

IMPACTOS POSITIVOS
<p>Melhoria da qualidade de vida favorecida pelos investimentos em infra-estrutura, saúde, etc.</p> <p>Geração de emprego e renda: utilização da população local como mão-de-obra direta ou indireta, aumento do consumo pelos produtos locais desde hortifrutigranjeiros até o artesanato;</p> <p>Recuperação e conservação de valores culturais: a preservação e a reabilitação de monumentos, edifícios e lugares históricos;</p> <p>Troca de experiências permite a revitalização dos costumes locais através do artesanato, folclore, festivais, gastronomia.</p> <p>Aprovação de medidas de conservação e melhoria da qualidade ambiental: a expectativa do aumento do fluxo de visitantes contribui com os esforços para a conservação da paisagem.</p>
IMPACTOS NEGATIVOS
<p>Inflação e especulação imobiliária: construções desordenadas ao longo dos caminhos rurais.</p> <p>Arquitetura não integrada à paisagem: impactos estéticos e paisagísticos, os projetos arquitetônicos provocam o isolamento dos moradores locais;</p> <p>Proliferação de lixo e esgoto: surgem graves problemas com o tratamento do lixo, desde a coleta e armazenamento até o aparecimento de depósitos incontroláveis.</p> <p>Erosão do solo: a proliferação de atividades esportivas como passeios a cavalo ou bicicleta, além de perturbar a tranquilidade do entorno, ocasiona problemas de erosão.</p> <p>Descaracterização da cultura do lugar: rivalidade na utilização dos recursos naturais e a competição que se estabelece entre turismo e outras atividades econômicas.</p>

Quadro 7: Possíveis impactos na implantação dos roteiros turísticos.

Fonte: Elaborado pela autora.

8.4 Qualificação dos serviços turísticos

Após a elaboração e estruturação dos roteiros, deve-se avaliar até que ponto os mesmos podem atingir as expectativas do turista. Sabe-se da importância da pesquisa da demanda no reconhecimento do perfil e das principais motivações do público potencial para qualquer destinação turística. Essas informações podem facilitar na tomada de decisões, por exemplo, em relação ao tipo de serviço a se prestar numa pousada rural e as providências para a melhoria da qualidade deste serviço.

Uma primeira ação é estabelecer um cadastro dos prestadores de serviços turísticos já existentes e também dos potenciais, como os proprietários rurais que querem inserir as atividades turísticas em suas sedes e não sabem exatamente como fazer isso. O inventário da oferta turística é um instrumento que pode facilitar esse cadastramento, uma vez que todos os estabelecimentos como restaurantes, meios de hospedagem, postos de gasolina e outros foram levantados.

A qualidade da produção associada também é primordial porque agrega valor ao produto turístico. Uma parceria entre a prefeitura e o Senar proporcionou a capacitação de aproximadamente noventa pessoas no ano passado em cursos gratuitos direcionados aos produtores rurais. Foram ministrados cursos de produção de derivados do leite (queijos, iogurtes, doces), fabricação de compotas e doces cristalizados, geléias, conservas vegetais e também houve uma preocupação em mostrar aos produtores como formar associações e capacitar lideranças. Os cursos tiveram um direcionamento agroindustrial, reforçando as normas de legislação e higienização e promovendo a qualidade da produção.

Para a implantação dos roteiros turísticos a qualificação profissional induz as ações que promovem a satisfação do visitante através do profissionalismo e da hospitalidade. Devem ser promovidos cursos de qualidade no atendimento ao turista para os futuros guias, para o produtor rural que fabrica aguardente, queijos e doces, para os empreendedores rurais que oferecem serviços de hospedagem dentre outros atores.

O conjunto de ações relativas à qualificação dos diversos tipos de profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo, bem como as ações voltadas à sensibilização da população local quanto à importância de sua participação incentivam a eficiência na prestação dos serviços turísticos aumentando o tempo de permanência do visitante.

8.5 Precificação, Promoção e Comercialização

Para promover os roteiros turísticos já elaborados é necessário definir os preços a serem cobrados, baseado na cadeia produtiva envolvida em cada um. Na montagem do roteiro para a Brejaúba deve-se cobrar pelo deslocamento, hospedagem, alimentação, aluguel de cavalos, guia para passeios até a cachoeira linda, caverna e aglomerados que produzem o artesanato.

Uma forma de reduzir o valor do roteiro é substituir o veículo para traslado pelo caminho rural por uma caminhada interpretativa ou desenvolver o roteiro a cavalo. Este roteiro pode durar de dois a três dias e o turista tem a opção de realizar atividades como conhecer a arquitetura de fazendas do século XIX, o cafezal nas meias encostas e o beneficiamento do café. Outra opção é conhecer o processo de produção da aguardente, desde o plantio da cana até a produção nos três alambiques que a propriedade possui.

Por outro lado, o roteiro das Laranjeiras pode ser realizado em um dia. O caminho pode ser percorrido preferencialmente a cavalo de forma que o turista trafegue com um guia que poderá conduzi-lo de forma criativa, interpretando cada signo deixado pelas tropas. O roteiro pode incluir trilhas à beira do córrego Laranjeiras para a observação de roedores e de seus sinais deixados na lama e uma moda de viola regada à gastronomia tropeira à sombra da figueira, signo de paragem das tropas no início do século passado.

O valor final de venda deve resultar da relação entre os custos do roteiro, a lucratividade pretendida e a concorrência existente. A definição de preços é competência da iniciativa privada, principalmente das agências e operadoras de turismo que deverão realizar também o teste do roteiro. Uma visita técnica deve ser feita para verificar se todo o roteiro pode ser realizado no tempo previsto e se o tempo de permanência em determinado atrativo foi bem dimensionado. Deve-se também avaliar os serviços oferecidos ao longo do trajeto e a satisfação dos visitantes com o produto oferecido.

Segundo Acerenza (1991:14), as atividades promocionais “(...) são conduzidas em dois níveis: a um nível institucional, isto é, de entidade vendedora, e a um nível de produto”. A promoção em nível institucional caracteriza-se pelas ações desenvolvidas pelo departamento público de turismo e o circuito visando incentivar o desejo de conhecer uma localidade. A promoção em nível de produto específico caracteriza-se pelas ações desenvolvidas pelas empresas privadas visando divulgar seus produtos e serviços disponíveis na destinação.

A promoção e comercialização dos roteiros estão diretamente vinculadas às imagens que compõem a atratividade do destino. Estas imagens estão relacionadas à paisagem rural composta pelo patrimônio histórico e cultural das fazendas e caminhos e aos elementos da ruralidade do território que abarca os distritos e aglomerados rurais.

Algumas ações já ocorrem com o apoio da ACTNRD. O evento de cicloturismo, por exemplo, é uma maneira criativa de divulgar a região que compõe o circuito Nascente do Rio Doce. O circuito participa também divulgando os roteiros dos municípios em espaço no Salão Mineiro de Turismo. Cabe, portanto, ao departamento responsável pelo turismo no município em parceria com as instâncias de governança regional divulgar os roteiros turísticos junto ao *trade* regional e estadual em feiras e eventos, inserindo o município em material promocional de divulgação.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência à descentralização das políticas referentes ao planejamento do turismo no Brasil apresenta um contexto favorável ao fomento desta atividade em diversas escalas. Neste aspecto, há uma ampliação da participação e inclusão social, ambiental, cultural e política de alguns municípios menores, carentes em infra-estrutura básica, porém vantajosos em termos de recursos que podem ser explorados de maneira sustentável na atividade turística. Assim, a operacionalização de roteiros turísticos em um município com baixo IDH pode apresentar um produto competitivo, fortalecendo o turismo interno e dando ao próprio brasileiro os benefícios desta atividade.

A roteirização turística proposta pelo MTUR conta com ações que envolvem a sensibilização e integração de cada ator local, a pesquisa do perfil da demanda, a análise dos possíveis impactos positivos e negativos, a qualificação dos serviços turísticos e a promoção dos mesmos. Contudo, a adaptação da interpretação da paisagem em campo a tal metodologia sustentou um olhar aproximado inconcebível no processo adotado pelo governo.

A elaboração visual do território partindo das imagens de satélite e dos trabalhos de campo regados a muito diálogo são instrumentos imprescindíveis à caracterização de uma paisagem com vistas à elaboração de roteiros turísticos. Numa abordagem polissêmica, tratar destes instrumentos em conjunto permite abordar se realmente um está em conformidade com o outro, retratando estilos de vida, atividades cotidianas, cultura e história local.

A paisagem percebida no município estudado é fruto da apropriação e funcionalidade da terra que o homem construiu no passado e constrói atualmente de forma dinâmica. É um produto das ações do homem no meio através da cultura e modo de vida. Partindo de sua interpretação foi possível diagnosticar um leque de atrativos potencialmente turísticos, hierarquizados como naturais e culturais.

A interpretação da topografia induz à possibilidade de diferenciação de graus de monotonia no território. Em situação de relevo plano, principalmente, na faixa centro-norte, há maior grau de monotonia. Aglomerados como Vitorinos, Missionários, Brejaúba e parte de Abreus têm as menores altitudes e, portanto, uma tendência maior para se

trabalhar o turismo rural porque os principais atrativos nas altitudes baixas estão relacionados à agricultura.

Deve-se explorar turisticamente no caminho rural da Brejaúba, por exemplo, o processo de produção da aguardente junto à estrutura de alambiques, o beneficiamento do café e as tendências históricas à ocupação deste aglomerado. Os signos esboçados na terra e nas propriedades sejam em sua estrutura ou arquitetura e todos os signos expressivos da multifuncionalidade do espaço rural compõem, em conjunto, roteiros que podem ser explorados inclusive pedagogicamente pelo turismo.

Em contrapartida, com maior variedade morfológica, alguns locais têm destaque no conjunto, ou seja, possuem maior complexidade visual. Bananal, Coivaras, Pintos e Ribeirão São Joaquim compõem uma faixa de altitudes que variam de 820 a 1360 m. As montanhas constituem o principal atrativo natural, tanto como mirantes quanto para a observação de animais silvestres como aves e roedores. A fauna e a flora possuem riqueza de cores, movimentos, texturas e sons. Produzem apelo visual pela cor e movimento produzidos complementando a atratividade local.

A complexidade do relevo, assim, pode ser um fator determinante do tempo de permanência de um turista em determinado destino. Apresentando condições favoráveis à exploração de tipologias de turismo envolvendo a contemplação de paisagens aguçadas tanto pela visão quanto pelo olfato e demais sentidos.

A forte presença de quedas d'água ao mesmo tempo em que apresenta um fator importante na constituição visual da paisagem, através de efeitos de reflexão e de movimentos sonoros, é condição essencial à definição das sedes de fazendas e do casario rural. A concentração de quedas d'água na porção centro-sul, contemplando Arco Verde e Valverde, denotam um potencial para o turismo de natureza nestes aglomerados.

Assim, a implantação do roteiro turístico Córrego das Laranjeiras pode contribuir com a aprovação de medidas de conservação e melhoria da qualidade tanto ambiental do córrego quanto visual dos topos de morro, impactados pelo reflorestamento de eucalipto.

Tanto os aglomerados quanto as propriedades rurais pequenas ou médias são alvos de um programa de qualificação e capacitação tanto para o atendimento ao turista quanto para o fomento à produção associada, relacionada ao produto artesanal de todo tipo. A qualificação permitirá à população aquisição de potencial humano de desenvolvimento, agregando valor ao produto, no caso aos roteiros, e permitindo a criação de uma nova forma de se pensar o turismo. A idéia de um “novo turismo” passa, então, pela recuperação

das tradições, valorização do patrimônio arquitetônico construído, dinamização das artes e ofícios tradicionais e pela defesa e preservação da paisagem em que se enquadram.

Neste sentido, os trabalhos de campo possibilitam confrontar uma única paisagem às suas diversas formas de interpretação. É na observação que as subjetividades são aguçadas a várias maneiras de percepção e a interpretação não deve se basear somente a um estudo histórico aprofundado, pois existem tantas percepções das paisagens quanto observadores e usuários das mesmas. Após ser percebida e interpretada enquanto linguagem, a paisagem reverte todas as informações ao suprimento das necessidades humanas.

Por fim, o homem é considerado o principal elemento da paisagem por sua coerente capacidade de modificá-la. A ação de olhar sustenta o aspecto da distância provocando a separação entre observador e objeto. Entretanto, trabalhos que envolvam o olhar enquanto estratégia de motivação para se pensar o turismo merecem distinção uma vez que permitem ao observador ver a paisagem sem se separar da mesma, vendo-o com ela.

Um roteiro turístico deve levar em conta a minimização dos impactos negativos e a melhoria da qualidade a partir da diversificação da oferta turística, aumentando a permanência média do turista e tornando positiva a experiência da visita. Perante todas as considerações esboçadas a partir da presente pesquisa espera-se que os atores dêem prosseguimento ao discurso e à prática por uma forma efetiva de turismo comprometido à realidade territorial e à dinâmica pela qual a população está envolvida.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do Turismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em Turismo**. Campinas: Papirus, 2002.
- BARROS, M.C.V. **Estudo das características físicas e hidrológicas da Bacia do Rio Piranga até Ponte Nova, no Estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: DNAE, 1967.
- BENI, Mário. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.
- BERDOULAY, V., PHIPPS, M.: **Paysage, système, organization**. In: BERDOULAY, V. & PHIPPS, M.(orgs.). *Paysage et Système: de l'organisation écologique à l'organisation visuelle*. Éditions de l'Université d'Ottawa, 1985.
- BERTRAND, George. **Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico**. Revista GEO/USP, São Paulo: USP, 1971. (Caderno de ciências da terra).
- BOULLÓN. R.C. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru – SP: EDUSC, 2002.
- CARLOS, A.F.A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.
- CLAVAL, P. **A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia**. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.). *Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. UERJ: Rio de Janeiro, 1998.
- CRUZ, Rita de Cássia. **O Nordeste que o turismo (ta) não vê**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo, modernidade, globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Introdução a geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2000.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- EMBRATUR. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília: EMBRATUR, 1999.
- EMÍDIO, Teresa. **Meio Ambiente & Paisagem**. São Paulo: Editora Senac São Paulo,

2006.

FÍGOLI, Leonardo. Verbete “Paisaje”. **Diccionario de la existência**. In: A.ORTIZ-OSÉS, P. Lanceros et alli. (Org.) Barcelona: Anthropos, 2006.

FÍGOLI, Leonardo. **A paisagem como dimensão simbólica do espaço: o mito e a obra de arte**. In: Anais do Seminário Cultura Contemporânea e Imaginário, Araraquara: Unesp, 2004.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Layola, 2005.

LACERDA, M.O. **Paisagem e Potencial Turístico no Vale do Jequitinhonha – Dissertação (mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Departamento de Geografia, 2005.**

LUCHIARI, M. T. D. P. **A Mercantilização das Paisagens Naturais**. In: III Ciclo de Debates, 2001, Campinas. Enfoques Contemporâneos do Lúdico III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

MARTINS, Helena Teixeira. **Sedes de Fazendas Mineiras**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste: estudo de uma Região, a Mata Mineira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MOREIRA, M.A.N. **As contribuições do turismo para o desenvolvimento sustentável em meio rural: o caso de Alto Rio Doce, MG**. Monografia (especialização) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Departamento de Geografia, 2007.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual**. In: Interpretar o patrimônio - um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PASSOS, M.M. dos. **Biogeografia e Paisagem**. Presidente Prudente: Edição do Autor, 2003.

PEREIRA, Jaqueline de Olliveira. **Descentralização das Políticas Públicas em Turismo: Análise do Programa Nacional de Municipalização do Turismo no Rio Grande do Norte – Natal (RN)**. Dissertação (mestrado em administração) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2000.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2001.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** São Paulo: Papirus, 1997.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica.** São Paulo: Brasiliense, 1983

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem.** In: CORRÊA; ROZENDAHL (orgs). Paisagem tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STRAUCH, N. **A Bacia do Rio Doce.** Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1996, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1996.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Hucitec, 2002, 3ª ed. 241p.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2003/2007: Diretrizes, Metas e Programas**. Ministério do Turismo. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010: Uma viagem de Inclusão**. Ministério do Turismo. Brasília, 2007.

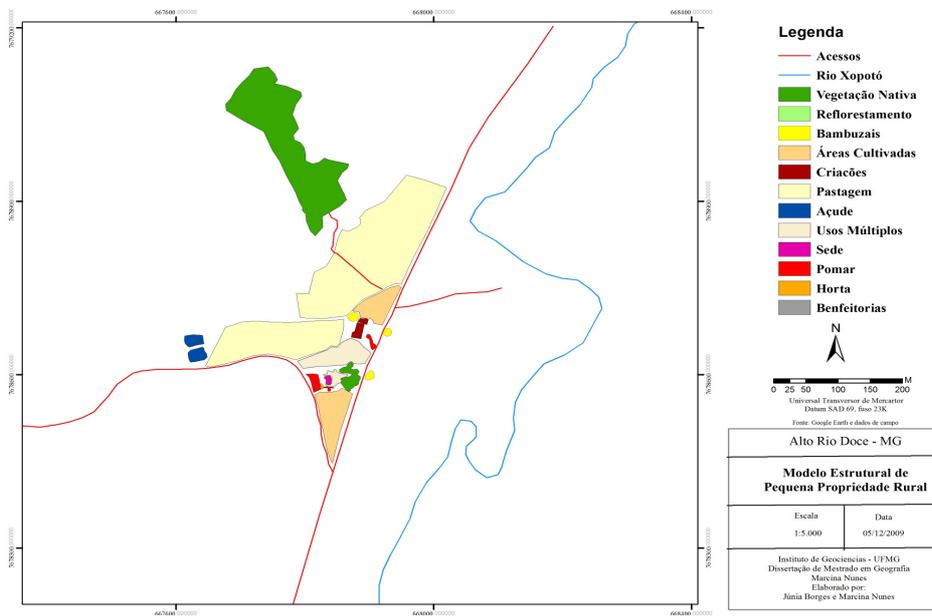
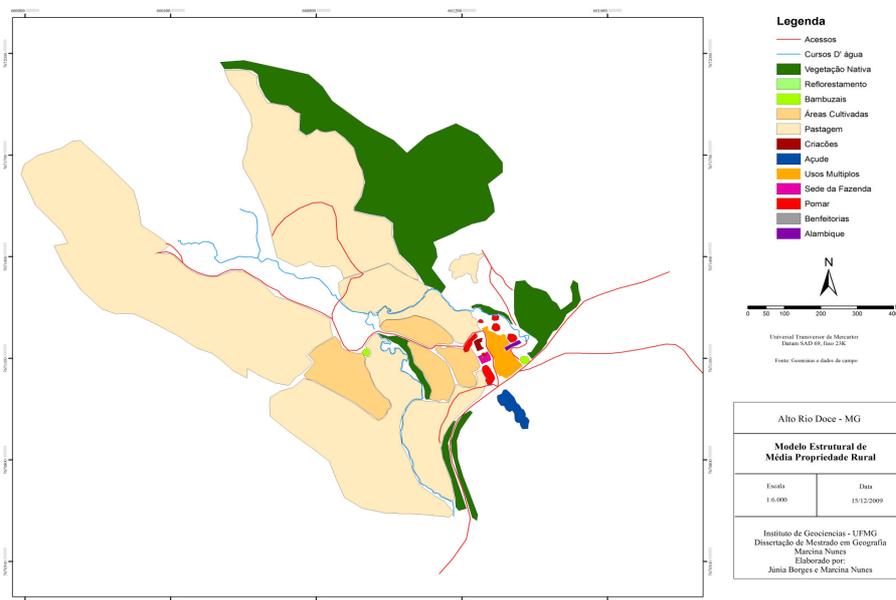
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Disponível em <www.fjp.gov.br> Acesso: Meses de abril e maio

IBGE. **Municípios Mineiros**. Disponível em www.ibge.gov.br Acesso: Meses de abril e maio.

IPHAN; EMBRATUR; DENATRAN. **Guia brasileiro de sinalização turística**. Brasília, 2003.

IPHAN. **Patrimônio cultural: patrimônio material e patrimônio imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 05 de Janeiro de 2009.

ANEXO A- MODELOS DE PROPRIEDADES RURAIS



ANEXO B: SIGNOS DA PAISAGEM DE ALTO RIO DOCE



Pegadas de uma capivara



Carro-de-boi: signo da infância na pequena propriedade



Aspectos de uma moenda de cana tradicional



Utilidades de um porão em média propriedade



Mensagens deixadas nas porteiras ao longo dos caminhos rurais



Rancho em meio à roça de milho



Signos da colheita de cana